



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL  
CAMPUS PORTO ALEGRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**

**ADEMAR KUMINIKI**

**MEMÓRIAS DAS AÇÕES DESTINADAS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO  
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS NOS NEABIS DO IFRS**

Porto Alegre

2026

**ADEMAR KUMINIKI**

**MEMÓRIAS DAS AÇÕES DESTINADAS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO  
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS NOS NEABIs DO IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França.

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucília Regina de Souza Machado

Porto Alegre

2026

### CIP - Catalogação na publicação

Kuminiki, Ademar.

MEMÓRIAS DAS AÇÕES DESTINADAS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS NOS NEABIs DO IFRS / Ademar Kuminiki. - Porto Alegre, 2026.

191 f.

Orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Maria Cristina Caminha de Castilhos França.

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Lucília Regina de Souza Machado

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2025.

1. Acesso, Permanência e Êxito. 2. Estudantes Indígenas. 3. Educação Profissional e Tecnológica. 4. Memórias de Ações Nos Neabis/IFRS. I. França, Maria Cristina Caminha de Castilhos. II. Machado, Lucília Regina de Souza. III. Título.

---

**ADEMAR KUMINIKI**

**MEMÓRIAS DAS AÇÕES DESTINADAS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO  
DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS NOS NEABIs DO IFRS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 30 de março de 2026.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
Orientadora

---

Prof. Dra. Lucília Regina de Souza Machado  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
Coorientadora

---

Profa. Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Darci Emiliano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense (IFC)

---

**ADEMAR KUMINIKI**

**ESPAÇO DE MEMÓRIAS SOBRE AS AÇÕES AO ACESSO, PERMANÊNCIA E  
ÊXITO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS NOS NEABIS DO IFRS**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 30 de março de 2026.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
Orientadora

---

Prof. Dra. Lucília Regina de Souza Machado  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)  
Coorientadora

---

Prof. Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Darci Emiliano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

---

Prof. Dr. Reginaldo Leandro Plácido

Instituto Federal Catarinense (IFC)

Dedico este trabalho aos professores e colegas do IFRS com quem compartilhei grandes momentos durante o período de pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha profunda gratidão a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa. Primeiramente, a meus familiares, cujo amor incondicional, apoio constante e compreensão foram essenciais ao longo desta trajetória acadêmica. O incentivo permanente e o suporte emocional oferecidos em cada etapa constituíram a base que sustentou esta caminhada.

À Professora Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França, orientadora desta pesquisa, e à Professora Dra. Lucília Regina de Souza Machado, coorientadora, manifesto minha mais sincera e profunda gratidão por acolherem a mim e a este projeto de pesquisa, conduzindo-o com rigor, sensibilidade e compromisso acadêmico. As orientações precisas, as reflexões instigantes e o incentivo constante foram determinantes para o amadurecimento teórico e metodológico deste trabalho.

Aos professores do curso — Dra. Clarice Monteiro Escott, Dra. Liliane Madruga Prestes, Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira, Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França, Dr. Sérgio Wesner Viana, Dra. Aline Nichele, Dra. Andréia Zucolotto e à professora visitante Dra. Lucília Regina de Souza Machado —, expresso meu reconhecimento pela dedicação, pela competência e pelo compromisso com a formação acadêmica. Cada disciplina, cada diálogo e cada orientação contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal, intelectual e profissional.

Aos membros da banca de qualificação — Dra. Alba Cristina Couto dos Santos Salatino, Dr. Darci Emiliano e Dr. Reginaldo Leandro Plácido —, agradeço pelas contribuições valiosas, pelas sugestões qualificadas e pelos questionamentos pertinentes que enriqueceram este estudo e ampliaram a sua densidade analítica.

Por fim, estendo meu reconhecimento a todas as pessoas, especialmente aos colegas integrantes dos NEABIs do IFRS, compartilhando informações, percepções e inquietações, que, de diferentes formas, colaboraram para a concretização desta pesquisa. Seja por meio de ideias, apoio técnico, incentivo ou palavras de encorajamento, cada gesto foi significativo e essencial para a conclusão deste projeto.

Muito obrigado!

“O que a memória ama fica eterno. É que a memória é contrária ao tempo. Enquanto o tempo leva a vida embora como vento, a memória traz de volta o que realmente importa, eternizando momentos”.

Adélia Prado

## RESUMO

Este trabalho de conclusão foi desenvolvido no curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em rede nacional (ProfEPT), inserindo-se na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pertencente ao **macroprojeto 4 - História e Memórias no Contexto da EPT**. Este trabalho partiu do pressuposto de que a memória deve ser preservada e jamais negligenciada, uma vez que seu resgate, em contextos institucionais públicos ou privados, constitui condição essencial para o planejamento de futuros mais conscientes e inclusivos. Nesse sentido, fundamenta-se nas contribuições de Halbwachs (1990), ao compreender a memória como construção coletiva; de Pollak (1989), ao problematizar as relações entre memória, identidade e poder; e de Bosi (1994), ao valorizar a memória como experiência vivida e narrada. O objetivo geral desta pesquisa consistiu em evidenciar formas de acesso, construção e divulgação das memórias relacionadas às **narrativas sobre as ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no IFRS, desde 2012. Destacam-se, nesse contexto, as ações promovidas nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do IFRS, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica**. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, de caráter descritivo e exploratório, conduzida sob a perspectiva de uma abordagem qualitativa, complementada por procedimentos quantitativos. Os procedimentos metodológicos envolveram pesquisa bibliográfica, análise documental da legislação educacional vigente e dos instrumentos normativos institucionais, além da análise dos fluxos político-pedagógicos e administrativos dos NEABIs. A coleta de dados envolveu a aplicação de questionários a servidores e membros dos 17 NEABIs do IFRS, além da realização de entrevistas semiestruturadas com participantes dos NEABIs de diferentes *campi* do IFRS e que possuem ou possuíram estudantes indígenas matriculados ou egressos. Com esta investigação foi possível evidenciar a inexistência de um sistema estruturado de gestão e divulgação das memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos NEABIs do IFRS, bem como a ocorrência de fragmentação dessas informações. Os resultados obtidos na investigação forneceram subsídios essenciais para a produção da Dissertação e do Produto Educacional que integram o curso de Mestrado. Concluiu-se que a valorização e a sistematização das memórias das ações dos NEABIs constituem estratégias fundamentais para a promoção de uma Educação Profissional e Tecnológica inclusiva e socialmente referenciada, contribuindo para a garantia do direito à educação dos povos indígenas.

**Palavras-chave:** Acesso, permanência e êxito. Estudantes Indígenas. Educação Profissional e Tecnológica. Memórias de ações Nos NEABIs/IFRS.

## ABSTRACT

This final paper was developed in the Professional Master's Program in Professional and Technological Education at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS), linked to the Graduate Program in Professional and Technological Education in a national network (ProfEPT), within the research line Organization and Memories of Pedagogical Spaces in Professional and Technological Education (PTE), belonging to macroproject 4 – History and Memories in the Context of PTE. The work presented was based on the assumption that memory must be preserved and never neglected, since its recovery, in public or private institutional contexts, constitutes an essential condition for planning more conscious and inclusive futures. In this sense, it is grounded in the contributions of Halbwachs (1990), in understanding memory as a collective construction; of Pollak (1989), in problematizing the relationships between memory, identity, and power; and of Bosi (1994), in valuing memory as lived and narrated experience. The general objective of the research was to highlight forms of access to and dissemination of memories learned through narratives about actions aimed at the access, permanence, and success of Indigenous students, starting in 2012 at IFRS, with emphasis on the actions promoted in the Afro-Brazilian and Indigenous Studies Centers (Neabis) of IFRS through teaching, research, and extension projects in the context of Professional and Technological Education. From a methodological point of view, this is applied research of a descriptive and exploratory nature, conducted from the perspective of a qualitative approach, complemented by quantitative procedures. The methodological procedures involved bibliographic research, documentary analysis of current educational legislation and institutional normative instruments, as well as analysis of the political-pedagogical and administrative flows of the Neabis. Data collection involved the application of questionnaires to staff members and participants from the 17 Neabis at IFRS, in addition to semi-structured interviews with participants from Neabis across different IFRS campuses that have or have had enrolled or graduated Indigenous students. The investigation made it possible to demonstrate the absence of a structured system for managing and disseminating the memories of actions aimed at the access, permanence, and success of Indigenous students developed in the NEABIs of IFRS, as well as the fragmentation of this information. The results obtained provided essential support for the production of the Dissertation and the Educational Product that are part of the Master's program. It was concluded that valuing and systematizing the memories of the actions of the Neabis constitute fundamental strategies for promoting an inclusive and socially grounded Professional and Technological Education, contributing to ensuring the right to education for Indigenous peoples.

**Keywords:** Access, retention and success. Indigenous students. Professional and Technological Education. Memories of actions of the Neabis/IFRS

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 3 .....	69
<b>Quadro 2</b> - análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 4.....	70
<b>Quadro 3</b> - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 5 .....	72
<b>Quadro 4</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 1 .....	76
<b>Quadro 5</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 2.....	78
<b>Quadro 6</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 3.....	80
<b>Quadro 7</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 4.....	82
<b>Quadro 8</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 5.....	85
<b>Quadro 9</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 6.....	87
<b>Quadro 10</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 7 .....	90
<b>Quadro 11</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 8.....	93
<b>Quadro 12</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 9.....	95
<b>Quadro 13</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 10.....	98
<b>Quadro 14</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 11 .....	101
<b>Quadro 15</b> - Análise das respostas do questionário para a pergunta 12.....	104
<b>Quadro 16</b> - Síntese dos resultados da avaliação do PE pelos avaliadores dos Neabis 2026 .....	131

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Avaliação da atração do PE: design, conteúdo e interesse dos avaliadores .....	127
<b>Gráfico 2</b> - Avaliação da compreensão do PE: linguagem, organização e conteúdo .....	128
<b>Gráfico 3</b> - Avaliação do envolvimento com o conteúdo do PE .....	129
<b>Gráfico 4</b> - Avaliação da aceitação do PE .....	129
<b>Gráfico 5</b> - Avaliação da aceitação do PE .....	130

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABPN - Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as
- BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- Ceao - Centro de Estudos Afro-Orientais
- Conneabs - Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
- Consup - Conselho Superior
- Copene - Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as
- EPT - Educação Profissional e Tecnológica
- IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.
- IFRS - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
- IFRS-BG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves.
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- Naaf - Núcleo de Ações Afirmativas
- Neabi - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
- Neabs - Rede Nacional de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
- Numem - Núcleo de Memória do IFRS
- ProfEPT - Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
- RFEPCT - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- UFBA - Universidade Federal da Bahia
- Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- Unipampa - Universidade Federal do Pampa

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>16</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
1.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA .....	24
1.2 HISTÓRIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABIS .....	27
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>31</b>
2.1 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA .....	31
2.2 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO.....	36
2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	39
2.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NA HISTÓRIA .....	41
2.5 INTERCULTURALIDADE .....	44
2.6 EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.....	47
2.7 CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA.....	50
2.8 INSERÇÃO DE INDÍGENAS NA EPT.....	53
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>55</b>
3.1 UNIVERSO E AMOSTRA .....	59
3.2 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS .....	60
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)</b> .....	<b>64</b>
4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS .....	67
4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO.....	75
4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	106
<b>5 PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>111</b>
5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO .....	124
<b>6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)</b> .....	<b>135</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>139</b>
<b>APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>149</b>
<b>APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES DOS NEABIS DO IFRS</b> .....	<b>171</b>
<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COM SERVIDORES DOS NEABIS DO IFRS</b> .....	<b>174</b>
<b>APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL</b> .....	<b>175</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL</b> .....	<b>180</b>
<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/IFRS)</b> .....	<b>181</b>
<b>ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>188</b>

## APRESENTAÇÃO

Como acessar as memórias aprendidas por meio das narrativas sobre as ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis), no âmbito Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS)? É válido buscar nos instrumentos de divulgação, nas apresentações de trabalhos, nos processos seletivos e nas ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no IFRS?

Diante de tais questionamentos, o presente trabalho de mestrado está inserido na problemática que envolve as dificuldades que os usuários do IFRS têm na hora de encontrar as informações referentes às memórias desenvolvidas por meio de narrativas das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis do IFRS.

Considerando tal contexto, apresentam-se os elementos que orientam a investigação realizada neste estudo.

**Problema de Pesquisa:** como acessar as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS?

**Objetivo geral da pesquisa:** analisar e sistematizar as formas de registro e contato com as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS que estão relacionadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, contribuindo para ampliar a visibilidade e a organização dessas informações.

**Objetivos específicos da pesquisa:** identificar onde e como estão registradas as ações desenvolvidas nos NEABIs voltadas aos estudantes indígenas no IFRS; analisar os instrumentos institucionais de divulgação e registro dessas ações; e desenvolver um produto educacional que auxilie usuários e pesquisadores no acesso às memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no âmbito da instituição.

Nesse sentido, o Produto Educacional elaborado neste estudo foi sugerido com base nos dados da pesquisa, sendo, portanto, uma estratégia para ampliar o acesso às atividades desenvolvidas nos Neabis do IFRS, e promover a melhoria do acesso, da permanência e do sucesso dos estudantes indígenas na instituição.

O referido produto tem como objetivo otimizar a orientação aos interessados em obter as informações com base nas *memórias sobre as ações* destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS.

Em termos metodológicos, o estudo realizado é de caráter descritivo, com abordagem qualitativa e finalidade exploratória, sendo delimitado ao IFRS. O produto educacional desenvolvido destina-se aos usuários e pesquisadores interessados nos projetos desenvolvidos nos Neabis do IFRS referentes a acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas. É ainda uma possível inspiração aos Neabis da Rede Federal.

Na apresentação, serão elencados os principais fatores que compõem o contexto da pesquisa. O aporte teórico traz as discussões sobre memória, acesso, permanência e êxito para a cultura indígena e para a interculturalidade. A seguir, os Neabis do IFRS serão contextualizados, considerando as transformações ocorridas no decorrer do tempo e os desafios que o cenário atual impõe.

Por fim, retrata-se o contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), apresentando os seus desafios e a inserção de indígenas nela – isto é, as formas e estruturas de acesso, permanência e êxito –, e mostrando como ocorre o ingresso desses estudantes na instituição e quais os problemas e desafios por eles encontrados.

### **Justificativa ao contexto da pesquisa**

A presente dissertação parte da compreensão de que a ausência de um sistema estruturado para o armazenamento, organização e divulgação das informações, as quais resultam das memórias apreendidas por meio das narrativas sobre as ações de acesso, permanência e êxito para estudantes indígenas, desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis do IFRS, configura uma lacuna significativa no âmbito institucional. Essa ausência de registros sistematizados compromete não apenas a preservação da memória institucional, mas também a visibilidade e a valorização das ações desenvolvidas, além de dificultar a avaliação crítica das políticas e práticas voltadas à promoção da inclusão e da diversidade étnico-racial na Educação Profissional e Tecnológica.

Conforme Halbwachs (1990), a memória institucional não é apenas um

repositório de fatos, mas um instrumento de construção identitária que orienta ações e decisões coletivas. Nessa mesma perspectiva, Pollak (1992) argumenta que a invisibilização de determinadas memórias atua como um mecanismo de silenciamento social, com impactos diretos na continuidade, no reconhecimento e no fortalecimento de políticas públicas voltadas a grupos historicamente marginalizados. Assim, quando as memórias das ações dos Neabis do IFRS permanecem dispersas, fragiliza-se também a capacidade institucional de promover continuidade e aperfeiçoamento das iniciativas.

Do ponto de vista legal, o marco da educação intercultural e da valorização das identidades étnico-raciais está fundamentado em instrumentos como a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à educação escolar indígena (Brasil, 1988); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que prevê o respeito às formas próprias de aprendizagem dos povos indígenas; e as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que tornam obrigatória a temática afro-brasileira e indígena no currículo escolar (Brasil, 2003, 2008).

No âmbito institucional do IFRS, destacam-se a Resolução Consup nº 021/2014, que regulamenta os Neabis, e a Resolução Consup nº 023/2019, que institui a Política de Ingresso Especial de Estudantes Indígenas, reforçando o compromisso do IFRS com ações afirmativas.

Ao longo dos anos, historicamente, os Neabis têm desempenhado um papel central na promoção de ações afirmativas voltadas ao fortalecimento da identidade, cultura e presença indígena na instituição, buscando garantir condições equitativas de acesso, permanência e êxito nos cursos do IFRS. Esse papel central alinha-se ao que Gomes (2017) identifica como “pedagogias das relações étnico-raciais”: práticas educativas que questionam desigualdades raciais e produzem pertencimento.

Entretanto, observa-se que grande parte dessas ações se encontra dispersa ou registrada de modo descontínuo, sem um repositório, o que dificulta a compreensão de sua trajetória, impacto e desafios. Tal realidade aproxima-se do que Bosi (2003) denomina “memória subterrânea”, ou seja, práticas sociais relevantes que permanecem invisibilizadas nos espaços institucionais.

Diante desse cenário, a presente pesquisa propôs investigar e sistematizar as memórias das ações narradas e desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis do IFRS, com o intuito de contribuir para a valorização e a visibilidade das práticas voltadas à inclusão indígena. Pretendeu-se, assim, compreender de que

modo essas ações foram concebidas, implementadas e registradas, bem como identificar os desafios e potencialidades que emergem do trabalho do Núcleo no contexto organizacional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Ao almejar compreender como tais ações foram concebidas, implementadas e registradas, identificando ainda seus desafios, limites e potencialidades, buscou-se fortalecer o papel dos Neabis e subsidiar melhorias nas políticas de acesso e permanência de estudantes indígenas no IFRS.

Conforme destaca Candau (2011), práticas educativas interculturais só se consolidam quando amparadas e sustentadas por processos reflexivos e pela organização da memória social. É com base nela que são construídas a continuidade histórica, a identidade institucional e a resistência política.

Ao consolidar essas memórias, o que se pretende não é apenas superar lacunas históricas, mas também contribuir para o aprimoramento e o fortalecimento das estratégias institucionais voltadas à equidade étnico-racial. Esse processo reforça o compromisso dos Neabis do IFRS, que é promover a educação antirracista e a valorização das histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas no âmbito da instituição e da comunidade em geral, com justiça social e com o reconhecimento da diversidade cultural e étnica do Brasil.

Sob tal contexto, compreender e registrar as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS torna-se fundamental para intensificar os processos institucionais voltados à inclusão e à valorização da diversidade étnico-cultural. As memórias institucionais não apenas preservam a trajetória das iniciativas realizadas, mas também permitem analisar seus impactos, identificar desafios e orientar novas práticas e políticas educacionais.

Dessa forma, a sistematização das informações pertinentes contribui para ampliar a visibilidade das ações afirmativas e consolidar estratégias que promovam condições mais equitativas de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

## 1 INTRODUÇÃO

A realização da pesquisa proposta mostra-se intrinsecamente vinculada aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Porto Alegre, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), uma vez que a investigação científica constitui elemento estruturante do processo formativo no âmbito do Mestrado Profissional. Nesse sentido, a pesquisa não apenas atende a uma exigência para a obtenção do título de Mestre, mas também se configura como prática social comprometida com a produção de conhecimentos e com o desenvolvimento de soluções voltadas às demandas concretas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A escolha do tema desta dissertação está profundamente relacionada às trajetórias pessoais e profissionais do pesquisador, enquanto servidor técnico-administrativo na EPT, comprometido com a construção de uma educação pública inclusiva e com o enfrentamento das diversas formas de preconceito estrutural presentes na sociedade brasileira, tais como o racismo, o sexismo, a LGBTfobia e as desigualdades geracionais.

Esse preconceito muitas vezes velado, principalmente quando se trata das minorias da sociedade, a discriminação racial, o racismo, a homofobia no Brasil é um dos grandes problemas na atualidade, fruto do colonialismo europeu, onde desde seus primórdios já imperava o preconceito, pois esse preconceito, ainda nos dias atuais é o responsável diretamente pelo crescimento da desigualdade social, econômica e cultural do país. E hoje a educação formal e informal tem esse papel importante para mudar essa realidade (Silva, 2023, p. 18).

Tais formas de discriminação, frequentemente naturalizadas ou invisibilizadas, constituem-se como entraves históricos à efetivação de direitos, impactando diretamente o acesso, a permanência e o êxito de grupos socialmente vulnerabilizados nos espaços educacionais. Entre os grupos historicamente atingidos por esse processo de discriminação, destacam-se os povos indígenas, cuja trajetória no Brasil é marcada pela exclusão dos processos de construção da nação e dos espaços formais de educação. A lógica colonizadora não buscou sua inclusão, mas, ao contrário, promoveu o apagamento de suas identidades, culturas e modos de vida, desvalorizando seus saberes e subestimando suas capacidades.

No contexto brasileiro, esse apagamento e discriminação dos povos

originários estão enraizados em processos históricos marcados pelo colonialismo, que instituiu hierarquias sociais e culturais ainda presentes na contemporaneidade. Conforme destaca Silva (2023), o preconceito estrutural permanece como um dos principais fatores responsáveis pela ampliação das desigualdades sociais, econômicas e culturais no país, sendo a educação — em suas dimensões formal e informal — um espaço privilegiado para sua problematização e superação.

Os povos originários, ao longo da história do Brasil, sempre foram excluídos dos processos de construção da nação brasileira e dos espaços formais de educação. O objetivo da colonização portuguesa, que, de certa forma, foi continuado, não era o de incluí-los, mas de apagá-los como povos originários, donos das terras. Logo, sempre foram inferiorizados por meio do apagamento da sua cultura e de sua identidade, além de subestimados em suas capacidades.

A educação, enquanto direito humano fundamental, tem sido historicamente objeto de disputas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 26º, diz que "toda pessoa tem direito à educação", que a "educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental, como sendo obrigatório". Além disso, o documento acrescenta que "o ensino técnico e profissional deve ser generalizado" e "o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito" (UNESCO, 1998).

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988, p. 114).

Entretanto, no que se refere aos povos indígenas, a efetivação desse direito ocorreu de forma tardia e desigual. No Brasil, a Educação Inclusiva somente começou a ser construída a partir da metade da década de 1990, tendo-se como referência a Conferência Mundial sobre Educação Especial de 1994, realizada em Salamanca, Espanha, quando foi proclamada a Declaração de Salamanca (UNESCO, 2018). Nessa oportunidade, divulgou-se um documento destinado a oferecer diretrizes básicas para a formulação e criação de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento amplo e internacional de inclusão social.

A Declaração de Salamanca é considerada como um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social (Menezes, 2001). Esse documento tratou da inclusão de pessoas com deficiência (PCDs), mas foi um marco

no Brasil para pensar a inclusão de grupos que, historicamente, estiveram à margem do processo educacional formal brasileiro. Todavia, a educação inclusiva para a permanência e êxito de certa parcela da sociedade sob a condição de exclusão, ainda nos dias atuais, é um grande desafio, principalmente para os povos “nativos” originários.

De acordo com a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva,

[...] os sistemas de ensino no Brasil devem arranjar as condições fundamentais necessárias às minorias para o acesso a espaços educacionais adequados, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os estudantes (MEC, 2007).

A Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2007) reforça a necessidade de que os sistemas de ensino garantam condições adequadas de acesso, participação e aprendizagem, valorizando as diferenças e atendendo às necessidades educacionais de todos os estudantes. No campo legal, as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 representam avanços importantes ao instituírem a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Contudo, tais dispositivos não foram acompanhados, de forma equivalente, por políticas estruturadas de permanência e êxito para esses sujeitos.

Entretanto, mesmo com essas leis/normativas e a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas nos currículos escolares e universitários, ficaram de fora as políticas de inclusão, permanência e êxito para tais públicos em específico. Nesse cenário, a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), especialmente no âmbito dos Institutos Federais, assume papel estratégico na promoção da inclusão social. Conforme discutem Frigotto (2010), Ciavatta (2005) e Ramos (2008), a EPT deve ser orientada por uma perspectiva de formação omnilateral, articulando trabalho, ciência e cultura, e comprometida com a transformação social. Nessa direção, os Institutos Federais, conforme destacam Pacheco (2011) e Otranto (2010), constituem-se como espaços privilegiados para a democratização do acesso à educação e para o atendimento de populações historicamente excluídas.

No âmbito do IFRS, os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) desempenham papel relevante na promoção da diversidade e na

implementação de ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas. Entretanto, observa-se que muitas dessas ações não se encontram devidamente sistematizadas ou amplamente divulgadas, o que dificulta seu acesso, sua continuidade e sua potencialização.

Essa problemática evidencia a centralidade da memória institucional como elemento estruturante das práticas educativas. Mais do que registros do passado, as memórias institucionais constituem-se como dispositivos de produção de sentidos, de organização das ações e de fortalecimento das políticas públicas educacionais.

Considerando tal contexto, apresentam-se os elementos que orientam a investigação realizada neste estudo, a começar pela questão de investigação, que se estruturou da seguinte forma: como acessar, sistematizar e tornar visíveis as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS?

A partir dessa problemática, definiu-se como objetivo geral da pesquisa analisar as formas de registro e de contato com as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS relacionadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, contribuindo para ampliar o acesso e a visibilidade e a organização dessas informações.

Como objetivos específicos, estabelecem-se: identificar onde e como estão registradas as ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS voltadas aos estudantes indígenas; analisar os instrumentos institucionais de divulgação e registro dessas ações; desenvolver um Produto Educacional capaz de auxiliar usuários e pesquisadores a encontrar, de forma acessível, tais memórias das ações relacionadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

A justificativa desta pesquisa estrutura-se em três dimensões articuladas. Do ponto de vista social, fundamenta-se na necessidade de contribuir para a efetivação do direito à educação dos povos indígenas, historicamente excluídos dos espaços formais de ensino. No plano institucional, justifica-se pela importância de fortalecer e dar visibilidade às ações desenvolvidas pelos Neabis no IFRS. No âmbito científico, a pesquisa contribui para um campo ainda em consolidação no ProfEPT, especialmente no que se refere à sistematização de experiências institucionais na EPT.

Portanto, esta dissertação insere-se no campo das discussões sobre educação inclusiva, políticas públicas e diversidade na Educação Profissional e

Tecnológica, buscando contribuir para o fortalecimento de práticas institucionais comprometidas com a formação humana integral, em uma perspectiva crítica, intercultural e emancipatória.

## 1.1 A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A Lei nº 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, foi responsável pela criação dos Institutos Federais em todo território brasileiro. Entre eles, o IFRS (Instituto Federal do Rio Grande do Sul) com a Reitoria localizada em Bento Gonçalves/RS. Assim como os outros Institutos Federais, o IFRS em 2025 está no seu 17º ano de atividade desde a sua criação.

O IFRS se originou da união de três autarquias federais: a Escola Agrotécnica Federal de Sertão – RS, criada em 1957; o Centro Federal de Educação Tecnológica – Cefet, de Bento Gonçalves, criado em 1959; e a Escola Técnica Federal de Canoas, criada em 2007. Logo após, incorporaram-se a esse IF dois estabelecimentos vinculados a Universidades Federais: a Escola Técnica Federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criada em 1909; e o Colégio Técnico Industrial Prof. Mário Alquati, de Rio Grande, criado em 1964.

Atualmente, o IFRS possui 18 *campi*: Alvorada, Bento Gonçalves, Canoas, Caxias do Sul, Erechim, Farroupilha, Feliz, Ibirubá, Osório, Porto Alegre, Restinga (Porto Alegre), Porto Alegre Zona Norte, Rio Grande, Rolante, Sertão, Vacaria, Veranópolis e Viamão. Com isso, esse IF configura-se como uma das mais importantes instituições de ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao considerar a importância da instituição e sua presença em diferentes regiões do estado gaúcho, é oportuno resgatar sua história por meio das memórias de quem a tem construído ao longo de todos esses anos para, assim, preservar suas fontes. Por esse motivo, faz-se necessário um estudo sobre as memórias institucionais, pois toda instituição as tem e elas se constituem como um elemento principal na formação de sua identidade coletiva.

Tais memórias determinam o que lembrar e o que ensinar às futuras gerações que irão passar pela instituição e, em última instância, que vão atuar na sua preservação. Conforme Le Goff (1990, p. 410),

[...] a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades nos dias atuais. A memória coletiva é não somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder.

Já Ana Lúcia S. Enne (2004) afirma que é preciso não esquecer que as lembranças, ao contrário das referências históricas, pertencem ao indivíduo e estão no indivíduo, mas isso não as torna únicas e individuais. Logo, “Mesmo a lembrança aparentemente mais particular possui um caráter social, remetendo a um grupo, a um contexto de interação” (Enne, 2004, p. 102).

Para se ter uma memória coletiva, é necessário interligar as diversas memórias dos indivíduos que fazem parte de certo grupo proprietário daquela memória. Sob essa perspectiva, a constituição de uma memória individual pressupõe a articulação com a memória coletiva, de modo que as experiências particulares dos sujeitos encontram sentido na experiência da coletividade. Como afirma Halbwachs (2006), a memória individual está sempre ancorada em quadros sociais, sendo continuamente construída e reconstruída nas relações e interações estabelecidas no interior dos grupos.

Dessa forma, o resgate e a preservação das memórias das ações voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas pelo IFRS por meio de políticas específicas — em especial aquelas promovidas nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) —, constituem um importante exercício de memória coletiva concebida pelos grupos que estabelecem/estabeleceram vivências e experiências oriundas do espaço institucional.

Segundo destaca Pollak (1989), lembrar é também um ato político e social, que envolve disputas de poder, seleção de narrativas e afirmação de identidades. Assim, preservar as memórias não significa apenas registrar ações passadas, mas também garantir a continuidade de práticas que promovem o reconhecimento, a valorização e o fortalecimento das identidades indígenas dentro da instituição — aqui tornadas o foco da presente investigação.

Tal perspectiva aproxima-se da noção de “lugares de memória”, proposta por Nora (1993), na medida em que os Neabis se configuram como espaços simbólicos de resistência, construção identitária e preservação de saberes.

Então, mais do que uma necessidade, a preservação torna-se questão de

urgência, uma vez que se observam, de forma crescente, limitações nas ações e na continuidade dos trabalhos desenvolvidos nos Neabis. A ausência de um movimento específico em prol da memória deles pode comprometer não apenas a manutenção das políticas de inclusão, mas também a própria memória institucional e o reconhecimento histórico das lutas e conquistas dos povos indígenas no âmbito educacional.

Resgatar e preservar as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas no IFRS, por meio de política específica, especialmente das ações dos seus Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis), são ações necessárias para o seu fortalecimento e, também, para o reforço dessa política.

As instituições se lembram e se esquecem conforme o passar do tempo e, a partir do momento em que tentam produzir uma identidade a ser compartilhada, a memória oficial de sua coletividade é indispensável para o ato de relembrar ou de desprezar o que foi vivido. Essa ação é colocada em prática por meio de ferramentas institucionalizadas, uma vez que a *memória* também pode ser utilizada como mecanismo de construção de legitimidade e identidade. De acordo com Pollak (1989, p. 50),

para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que os outros nos tragam seus testemunhos: é necessário também que haja concordância entre essas memórias e que existam pontos de contato suficientes entre as diferentes e as mesmas, de modo que aquilo que é recordado possa ser reconstruído sobre uma base comum.

Com base nesse conjunto de referências compartilhadas, constituído por experiências, narrativas e registros coletivos, os processos de memória se estruturam e se formalizam no interior dos grupos sociais. Sabe-se que a memória não se constrói de forma individual ou isolada, mas resulta de processos sociais de interação, seleção e compartilhamento de lembranças. No entanto, nenhum grupo social ou instituição, por mais estáveis que possam parecer, tem sua permanência assegurada ao longo do tempo.

Sobre isso, como afirma Pollak (1989, p. 11), “[...] sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas”. Por isso, aquilo que é registrado, preservado e difundido corresponde, em grande medida, ao que se deseja manter

vivo na memória coletiva, enquanto aquilo que deixa de ser documentado ou visibilizado tende progressivamente ao esquecimento.

García Canclini (1998) aponta que a criação de mitos, monumentos e outros mecanismos de preservação do passado constitui um elemento fundamental na construção de identidades coletivas, incluindo nesse processo os documentos escritos, que passam a funcionar como suportes de memória e referências para a reconstrução do passado.

Com a criação dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, faz-se necessário, ao longo do tempo, guardar as memórias para que elas não sejam apagadas ou esquecidas da História, pois toda ação desenvolvida deve ser valorizada, e nada melhor do que fazê-lo por meio da sua preservação.

Sob tal salvaguarda se justifica a sua valorização, sobretudo considerando que, embora os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica já contem com mais de 15 anos de história, no IFRS nem todos os *campi* possuem os Neabis institucionalizados. Muitos ainda estão na fase de implantação ou possuem o Núcleo de Ações Afirmativas (Naaf).

Os mesmos foram criados através da Resolução Consup nº 038/20, e instituídos em cada unidade (Campus ou Reitoria), em fase de implantação dos *Campi*, nesses casos os NAAFs agregam todos os demais núcleos. O mesmo corresponde a um setor propositivo e consultivo que media as ações afirmativas na instituição, congregando as ações dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – Napnes, Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabis e Núcleos de Estudos e Pesquisa em Gênero e Sexualidade – Nepgss, as quais estão regulamentadas em documento próprio (NAAF, 2022).

Os Naafs foram criados na Reitoria e nos *campi* em implantação (Alvorada, Rolante, Vacaria, Veranópolis e Viamão) com a finalidade de unificar temáticas de inclusão e diversidade dos demais núcleos em um único espaço. Portanto, eles têm como atribuições, além de outras que venham a ser definidas pela unidade do IFRS em concordância com os membros do respectivo núcleo, todas aquelas estabelecidas nos regulamentos dos Napnes, Neabis e Nepgss do IFRS.

## 1.2 HISTÓRIA DOS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS E INDÍGENAS – NEABIS

A história dos Neabis no Brasil teve seu início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao) pela Universidade Federal da Bahia

(UFBA). Segundo o Instituto Federal de Goiás (IFG),

o núcleo Neabi foi criado através da iniciativa do professor português Agostinho Silva, em 1959, o Núcleo foi criado e foi o pontapé inicial para abrir outros espaços direcionados especificamente para esse intuito, pois, o objetivo do mesmo era voltado para o estudo, pesquisa e ação comunitária na área dos estudos afro-brasileiros e das ações afirmativas em favor das populações afrodescendentes, bem como na área dos estudos das línguas e civilizações africanas e asiáticas (IFG, 2021).

A partir desse momento, outras instituições públicas e privadas de Ensino Superior começaram a aderir à iniciativa e começaram a criar seus próprios Núcleos e centros correlatos, mantendo a sigla Neab. No Instituto Federal de Goiás (IFG), o núcleo foi criado por iniciativa do professor português Agostinho Silva, com o objetivo de desenvolver estudos, pesquisas e ações comunitárias voltadas às populações afrodescendentes, bem como promover investigações sobre línguas e civilizações africanas e asiáticas.

Com o passar do tempo, aos poucos, esses movimentos foram ganhando mais visibilidade e recebendo novos membros dispostos a defender e a trabalhar com a temática. Desde então, outras Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas passaram a criar órgãos afins (Unipampa, 2014).

A maior inserção de militantes negros nas universidades e, também, a maior participação destes nesses núcleos fez com que esses/as se aproximassem do primeiro Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negros/as (Copene) e da criação da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), em 2000. (Unipampa, 2014). Nesse período surgiram a Rede Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs), os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) e Grupos Correlatos — também denominados Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Conneabs) —, bem como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Todos eles emergiram da mesma conjuntura histórica: o crescimento expressivo do número de acadêmicos negros e acadêmicas negras oriundos do Movimento Negro, que se qualificaram especialmente nas décadas de 1980 e 1990.

Durante o I Seminário Virtual da ABPN, realizado no contexto de consolidação dessa articulação nacional, foram debatidas diversas propostas que reforçaram a necessidade de consolidar e dar visibilidade à Rede. Da referida mobilização nasceu a iniciativa de ampliar o Catálogo Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, Neabis e Grupos Correlatos, com o propósito de reunir e divulgar informações sobre

os núcleos existentes em todo o país.

Até meados do ano 2000, ainda se utilizava somente a sigla Neab, pois era um Núcleo de Estudos voltado para os afrodescendentes. Contudo, de acordo com o portal de Assessoria à Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão da Unipampa (2014),

no decorrer dos anos, os NEABs passaram a incluir estudos indígenas e a partir de então, acrescenta-se a sílaba I que passou a ser em referência à comunidade indígena brasileira, passando a ser chamado de Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabis (IFG, 2021).

Essas ações vêm ganhando força com a aplicação das leis federais nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, que indicaram a obrigatoriedade em inserir a temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo oficial das instituições de ensino (Unipampa, 2014). A Lei nº 10.639/2003 e, posteriormente, a Lei nº 11.645/2008, que dão a mesma orientação quanto à temática indígena, não são apenas instrumentos de orientação para o combate à discriminação. Elas são também leis afirmativas, no sentido de que as instituições de ensino se reconhecem como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de as escolas promoverem a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país múltiplo e plural que é (Brasil, 2004).

Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis), via sua rede científica, constituem-se como espaços institucionais de produção, socialização e difusão de conhecimentos relacionados às relações étnico-raciais. Por meio de uma rede científica articulada, os Neabis desenvolvem atividades nas dimensões da Pesquisa, do Ensino e da Extensão, abordando temáticas relacionadas à África, à diáspora africana, às populações afro-brasileiras e aos povos indígenas. Ademais, esses núcleos mantêm interlocuções permanentes com os *Black Studies* nas Américas, na África e em outros continentes, contribuindo para o fortalecimento do debate internacional acerca das questões étnico-raciais (Unipampa, 2014).

Atualmente, essa rede é composta por mais de uma centena de núcleos distribuídos em instituições de ensino em todo o território brasileiro, incluindo o IFRS. No âmbito dessa instituição, o campus Bento Gonçalves conta com o Neabi desde meados de 2012, tendo a sua institucionalização oficializada em 2014, por meio da aprovação do Regulamento dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, conforme a Resolução Consup nº 21/2014 (IFRS, 2023).

Em meio a esse contexto, os Neabis configuram-se como instâncias

estratégicas para a implementação de políticas de promoção da igualdade racial no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

A consolidação dos Neabis ao longo das últimas décadas evidencia o papel fundamental dessas instâncias na transformação do ambiente acadêmico brasileiro. Para além da produção de conhecimento, os núcleos atuam diretamente na promoção de práticas pedagógicas antirracistas, na formação continuada de docentes e na construção de currículos mais inclusivos. Nesse sentido, tornam-se espaços estratégicos de articulação entre educação e sociedade, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades históricas e para o fortalecimento de identidades étnico-raciais.

Vale ainda destacar que os Neabis desempenham uma função importante no apoio às políticas de acesso e permanência de estudantes negros e indígenas no ensino. Por meio de ações de acolhimento, orientação acadêmica e incentivo à pesquisa, esses núcleos colaboram para a redução das desigualdades educacionais e para a ampliação da diversidade nos espaços acadêmicos. Portanto, reafirmam seu compromisso com a construção de uma educação mais justa, democrática e representativa da pluralidade cultural brasileira.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de efetivar esta pesquisa e, conseqüentemente, a materialização do Produto Educacional proposto, tornou-se necessário, em um primeiro momento, analisar alguns conceitos fundamentais relacionados à temática em estudo. Na construção do referencial teórico, optou-se por iniciar com uma revisão sistemática da literatura, com o intuito de identificar, selecionar e analisar as produções acadêmicas existentes sobre o tema, bem como os produtos educacionais já desenvolvidos em contextos semelhantes.

Para a construção do referencial teórico, partiu-se de uma revisão sistemática, através da qual foram selecionadas as palavras que seriam utilizadas como ferramentas de busca, também chamadas de *strings*. São elas: Inclusão; Permanência e Êxito, Cultura e identidade Indígena, Aprendizagem Indígena, Neabis entre outras. Após tais escolhas, a pesquisa foi feita no Observatório do ProfEPT e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), considerando-se o período compreendido entre os anos de 2018 e 2025.

A partir dessa pesquisa, procedeu-se, então, à leitura integral dos trabalhos e ao fichamento das teses e dissertações para conhecer o que já foi produzido dentro da temática escolhida e os produtos educacionais elaborados anteriormente. Essa etapa permitiu compreender o estado da arte sobre o tema e subsidiar a construção do referencial teórico, além de orientar a elaboração do Produto Educacional proposto. Além disso, elencaram-se as temáticas que seriam abordadas para subsídio teórico da pesquisa, conforme evidenciado na sequência.

### 2.1 EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

A relação entre educação e memória é profunda, seja no Brasil ou no mundo, pois, ainda na contemporaneidade, os processos educativos permanecem, em muitos contextos, marcados por perspectivas sexistas, eurocêtricas e discriminatórias. A educação formal, estruturada pela hegemonia branca e por valores ocidentais, frequentemente afasta os sujeitos tomados como “minorias”, reforçando estereótipos e silenciando outras formas de saber.

É por meio da educação popular que esses sujeitos podem reconhecer-se e reconstruir-se, encontrando espaço para expressar suas experiências e afirmar suas

memórias coletivas. A memória, nesse sentido, constitui-se como elemento fundamental, pois permite retomar a ancestralidade e compreender o presente a partir das raízes históricas e culturais.

De acordo com Ailton Krenak (2019), a educação moderna, ao se desconectar da natureza e da ancestralidade, contribui para a perda do sentido de pertencimento humano ao mundo. Por isso, o autor propõe “reencantar o mundo”, valorizando os saberes tradicionais e as memórias coletivas como formas de resistência e sobrevivência. Assim, educar é também lembrar quem somos, reconhecendo que memória e ancestralidade são caminhos para a transformação social.

Falar de educação é, portanto, falar de história e de memória, dimensões essenciais tanto para povos indígenas quanto para não indígenas. Unamuno (2000, p. 3) defende que

[...] a memória é à base da personalidade individual, assim como a tradição é a personalidade coletiva de um povo. Você vive na memória e pela memória, e a nossa vida não é senão em essência, mas o esforço da nossa memória para perseverar, para tornando-se esperança, o esforço do nosso passado se tornar futuro.

Por meio das memórias, as pessoas podem compreender o que está sendo vivenciado atualmente e o que já se vivenciou no passado. Esse resgate é fundamental para a construção de projetos de futuro, orientando caminhos e intenções. Essa memória passa pela contação de histórias, e é aí que entra a importância de relatar e lembrar as ações, através das memórias das pessoas. Recontar histórias ou registros, para que as ações e as pessoas não sejam esquecidas, é recuperar sua importância para a construção de novas ações de inclusão e permanência de discentes indígenas.

A valorização dessas memórias também possui um potencial transformador, uma vez que, por meio dos movimentos sociais e de grupos de apoio à inclusão, fortalece-se a resistência e a esperança frente às desigualdades. O registro e a divulgação dessas experiências, é fundamental para que as instituições de ensino reconheçam a importância dos núcleos dedicados à inclusão social e educacional, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) no âmbito do IFRS.

Através dessas memórias, propõe-se um convite à transformação, pois, por meio dos movimentos sociais e de grupos de apoio à inclusão, é possível manter-se

de pé e acreditar com esperança. Sem a atenção aos sujeitos historicamente excluídos e sem o compromisso com a sua integração nos processos educacionais, esvazia-se o sentido da própria luta social e educativa. A importância desses registros justifica-se exatamente por isto: espera-se que, cada vez mais, as pessoas e instituições de ensino possam ver a importância dos núcleos dedicados à inclusão social e educacional.

Ao mesmo tempo, é fundamental divulgar as informações a respeito das ações e das memórias/lembranças a elas pertinentes e destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas no IFRS por meio dos Neabis. Ao tornar o passado presente, as memórias reativam experiências e contribuem para a construção de processos de cidadania, territorialidade e empoderamento dos povos indígenas nos espaços sociais. Conforme aponta Cataneo (2020, p. 9), “as memórias podem ser compreendidas, sobretudo, como um fenômeno que ocorre socialmente, na teia de relações que os diferentes grupos estabelecem entre si”.

Nessa perspectiva, Halbwachs (1990) propõe o conceito de memória coletiva ao definir os quadros sociais que compõem essa memória. Para o autor, memórias puramente individuais existem, mas estão enraizadas dentro de certos quadros diversos coletivos, pois nada escapa à trama sincrônica da existência social, visto que todo indivíduo está interagindo e sofrendo a ação da sociedade, por meio de suas diversas agências e instituições sociais.

Entretanto, a passagem da memória coletiva para a memória institucional não ocorre de forma automática, sendo mediada por processos sociais, políticos e simbólicos que determinam quais memórias serão preservadas ou silenciadas.

Nesse ponto, as contribuições de Bosi (1994) tornam-se fundamentais ao evidenciar a existência das chamadas memórias subterrâneas — aquelas que, embora marginalizadas pelas narrativas oficiais, persistem nas experiências de grupos subalternizados e resistem ao esquecimento.

Essa discussão articula-se com as reflexões de Michael Pollak (1989), que destaca a relação entre memória, esquecimento e silêncio. Para o autor, o silêncio não representa ausência, mas revela disputas e tensões que atravessam a construção das narrativas sociais, evidenciando que toda memória é resultado de processos seletivos.

É nesse contexto que se configura a memória institucional, entendida como o

conjunto de registros, práticas e narrativas que uma instituição seleciona e preserva como representativos de sua trajetória. Contudo, essa memória não é neutra, pois reflete relações de poder e disputas simbólicas, podendo tanto reforçar invisibilizações, quanto promover o reconhecimento de grupos historicamente excluídos.

Para aprofundar essa compreensão, Pierre Nora (1993) propõe o conceito de lugares de memória (*lieux de mémoire*), definidos como espaços — materiais ou simbólicos — onde a memória se cristaliza e se preserva. Esses lugares emergem quando a memória viva entra em declínio, exigindo formas de registro que garantam sua continuidade. A memória é uma operação sobre os acontecimentos e as interpretações do passado de que se quer salvaguardar, se integra, em tentativas mais ou menos consciente de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. Candau (2011, p. 15) indica que:

[...] a memória ao mesmo tempo em que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa (Candau, 2011, p. 15).

Assim, somos sempre “condenados ao tempo”, condição à qual nenhum ser vivo é capaz de se escapar. O tempo é voraz, devora tudo e todos inexoravelmente e durante toda a vida. De acordo com Candau (2011), a memória e a sua preservação nos dão, de certa forma, alívio, uma ilusão: o que passou não está definitivamente inacessível, intangível, pois é possível fazê-lo reviver graças às lembranças (Candau, 2011, p.16).

Pollak (1992, p. 205) também acrescenta sobre a memória:

Além disso, a preservação da memória e da identidade institucional, no atual contexto da educação brasileira, constitui-se em um instrumento de resistência, pois atua na identificação de suas características essenciais, evidenciando os processos de continuidades e rupturas ocorridas ao longo do tempo, pois se compreende que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. [...] é um fenômeno que se produz em referência aos outros.

De acordo com Nora (2009, p. 8), “[...] a força explosiva gerada pelas memórias das minorias tem tido o efeito de modificar consideravelmente o respectivo status e a relação recíproca entre História e recordação”. E complementa:

Para ser mais exato, ela validou a própria noção de memória coletiva. Comparada à História que estiveram sempre nas mãos dos poderosos, as autoridades intelectuais ou profissionais, a memória anda de mãos dadas com as prerrogativas das formas populares de protesto. Parecia ser a vingança dos pobres, dos oprimidos, dos desafortunados, a memória daqueles que não tinham nenhum direito à História, visto que a história sempre foi contada pela visão dos conquistadores, onde as memórias das minorias eram esquecidas, silenciadas (Nora, 2009, p. 8).

Pode-se observar a importância da preservação da memória como faculdade humana, depois desses escritos de diferentes autores, porque sem ela não seria possível criar conexões que estabelecem as lembranças e, conseqüentemente, o conhecimento (Candau, 2011 p.16). A educação e a memória podem ser compreendidas como uma construção social que ocorre a partir da interação entre indivíduos, os quais, por sua vez, pertencem a grupos sociais.

No contexto educacional, os repositórios institucionais, acervos documentais e registros das ações desenvolvidas — como aquelas promovidas pelos Neabis — podem ser compreendidos como “lugares de memória”. Neles, experiências e narrativas deixam de ser apenas vivências efêmeras e passam a constituir patrimônio institucional, contribuindo para a visibilidade e valorização das ações inclusivas.

Dessa forma, a articulação entre memória individual, memória coletiva e memória institucional revela um processo dinâmico: as experiências vividas pelos sujeitos (memória individual), quando compartilhadas socialmente (memória coletiva), podem ser incorporadas, por meio de processos de registro e legitimação, à memória institucional. No entanto, esse movimento exige intencionalidade política e compromisso ético, especialmente no que se refere à incorporação das memórias subterrâneas.

Ao integrar essas memórias aos “lugares de memória” institucionais, não apenas se preserva o passado, mas também se tensionam as narrativas hegemônicas, promovendo a democratização da memória e o fortalecimento de identidades coletivas historicamente silenciadas.

Por fim, compreende-se que a preservação da memória é fundamental não apenas como faculdade humana, mas como condição para a produção de conhecimento e para a construção de identidades. A educação e a memória, portanto, configuram-se como processos sociais interdependentes, constituídos na interação entre indivíduos e grupos, e essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

## 2.2 INCLUSÃO E EDUCAÇÃO

O movimento global pela educação inclusiva nada mais é do que uma ação política, cultural, social e pedagógica que busca assegurar o direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando em um ambiente escolar livre de discriminação. Fundamenta-se na concepção de direitos humanos e promove a ideia de igualdade e diferença como valores indissociáveis.

A educação inclusiva vai além da busca pela igualdade formal, levando em consideração o contexto histórico que gerou a exclusão tanto dentro quanto fora das escolas.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (Brasil, 2008).

A compreensão do conceito de inclusão escolar exige uma análise que vá além das práticas contemporâneas, envolvendo um olhar retrospectivo sobre a trajetória histórica da educação especial e seus fundamentos teóricos.

Ao longo do tempo, as concepções de deficiência e de educação passaram por transformações significativas, que influenciaram diretamente a forma como a sociedade compreende o papel da escola diante da diversidade. Nesse sentido, compreender o processo histórico é essencial para consolidar as bases de uma educação verdadeiramente inclusiva. Como afirma Bacarin (2020, p. 7):

compreender o conceito de inclusão escolar requer uma retomada histórica que permita contextualizar o desenvolvimento da educação especial, bem como a construção dos alicerces filosóficos e teóricos que sustentam seus paradigmas voltados à inclusão.

Debaixo dessa perspectiva, percebe-se que o movimento inclusivo não surge de maneira espontânea, mas como resultado de um percurso de lutas sociais, mudanças legislativas e reflexões pedagógicas que visam superar o modelo segregador e promover uma escola que acolha a todos de forma equitativa.

Ainda que as tentativas pioneiras em inclusão tenham sido realizadas após a metade da década de 1980, foi no início da década de 1990 e após a Conferência Mundial sobre Educação Especial, em 1994, que o mundo da educação tomou conhecimento de um novo caminho para uma escola de qualidade e verdadeiramente aberta para todas as pessoas (Sassaki, 2005). A tal respeito, o

autor assevera que:

esse caminho, como é conhecido como educação inclusiva, difere substancialmente das formas antigas de inserção escolar de pessoas com deficiência e/ou com outros tipos de condições atípicas, no sentido de que a inclusão requer mudança na perspectiva pela qual a educação deve ser entendida (Sasaki, 2005, p. 20).

A autora Pilar Arnaiz Sánchez (2005, p. 12) garante que:

[...] a educação inclusiva é antes de tudo uma questão de direitos humanos, já que defende que não se pode segregar nenhuma pessoa como consequência de sua deficiência, de sua dificuldade de aprendizagem, do seu gênero ou mesmo se esta pertencer a uma minoria étnica seria algo que iria contra os direitos humanos vigentes.

Enquanto isso, Mendes (2012) sustenta que, além de ser um direito, a Educação Inclusiva é uma resposta inteligente às demandas do mundo contemporâneo. Mesmo que ela seja uma questão de direitos humanos, não significa que não possua dificuldades para incluir. Por isso, é que se deve reconhecer que elas existem.

E ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, e a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (Brasil, 2008).

Nesse contexto, torna-se fundamental superar abordagens genéricas da educação inclusiva, articulando-a às especificidades históricas, culturais e sociais dos povos indígenas, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). A inclusão desses sujeitos não pode ser compreendida apenas como acesso à escola, mas como garantia de uma educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, conforme preconizam as políticas de educação escolar indígena no Brasil.

A educação escolar indígena, nesse sentido, rompe com a lógica homogeneizadora do sistema educacional tradicional ao reconhecer os saberes, as línguas e os modos de vida próprios de cada povo. Tal perspectiva exige que as instituições da Rede Federal reorganizem suas práticas pedagógicas e curriculares, de modo a dialogar com as realidades socioculturais indígenas e promover uma formação alinhada aos projetos de vida e às territorialidades desses povos.

No âmbito das políticas públicas, destaca-se o Decreto nº 7.234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), como um instrumento fundamental para a permanência e o êxito dos estudantes na educação pública federal. O PNAES tem como objetivo democratizar as condições de permanência, reduzir desigualdades sociais e regionais e contribuir para a inclusão social por meio da educação, contemplando ações como moradia, alimentação, transporte, apoio pedagógico e acesso a serviços essenciais.

Embora o programa não seja exclusivo para povos indígenas, sua implementação é estratégica para esse público, considerando as barreiras históricas enfrentadas, como o deslocamento territorial, a vulnerabilidade socioeconômica e a inadequação cultural das instituições de ensino. Dessa forma, as políticas de assistência estudantil tornam-se centrais para garantir não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e o sucesso acadêmico dos estudantes indígenas na EPT.

A educação escolar inclusiva é, portanto, um processo mundial irreversível. Nesse cenário, destacam-se também as políticas institucionais da Rede Federal, como as desenvolvidas pelo IFRS, que reforçam o compromisso com ações afirmativas e com a promoção da equidade. Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) assumem papel estratégico ao articular ensino, pesquisa e extensão com foco na valorização das identidades étnico-raciais, no enfrentamento das desigualdades e na construção de práticas educativas inclusivas.

A educação escolar inclusiva é um processo mundial irreversível, e é nesse contexto que entra os Neabis do IFRS; pois eles são um dos recursos facilitadores e disseminadores de ações das políticas de acesso, permanência e êxito, buscando não apenas a inclusão de alunos afro-brasileiros e indígenas nos bancos escolares, mas, também, sua permanência e saída exitosa para o mundo das relações na sociedade e no trabalho, atuando no ensino, na pesquisa e na extensão (IFRS, 2022).

E é esse um fato importante para que a inclusão ocorra. Assim, o fortalecimento dos Neabis revela-se fundamental para a efetivação da inclusão, especialmente no que se refere à ampliação das políticas de acesso, permanência e êxito dos estudantes indígenas. Desse modo, a inclusão na EPT deve ser compreendida como um processo que articula direitos humanos, políticas públicas e reconhecimento da diversidade sociocultural, exigindo não apenas a ampliação do acesso, mas transformações estruturais nas instituições, nos currículos e nas

práticas pedagógicas.

## 2.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No cenário educacional brasileiro contemporâneo, as políticas públicas voltadas à formação humana têm buscado articular desenvolvimento social, qualificação profissional e ampliação do acesso ao conhecimento.

Nesse contexto, destaca-se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que, junto ao *síte* do Ministério da Educação e pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, é apresentada como sendo:

[...] uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com a finalidade precípua de preparar 'para o exercício de profissões', contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade (Brasil, 1996).

Com o advento da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os IFs, estes passaram a ofertar uma educação profissional e tecnológica baseada na articulação das práticas pedagógicas e dos conhecimentos científicos e tecnológicos com, dentre outras, de emancipação cidadã dos indivíduos (Brasil, 2008). A educação profissional e tecnológica (EPT) fundamentada na concepção de formação humana omnilateral e de caráter público, constitui-se como elemento essencial do sistema educacional brasileiro.

A formação humana integral, também chamada de formação omnilateral, refere-se ao processo educativo que busca desenvolver todas as dimensões do ser humano — intelectual, ética, social, cultural, emocional e física — de forma articulada e equilibrada. Não se limita à aquisição de conhecimentos técnicos ou acadêmicos, mas visa à autonomia, criticidade, consciência ética e capacidade de intervenção social dos indivíduos.

Essa modalidade visa preparar o ser humano para o mundo do trabalho, promovendo a aquisição de conhecimentos conceituais, práticos e científicos que possibilitem o desenvolvimento da autonomia, da criticidade e da capacidade de intervenção social. Nessa perspectiva, a EPT não deve restringir-se à formação instrumental voltada ao mercado, mas deve articular-se a uma concepção de educação que compreende o trabalho como princípio educativo e prática social emancipadora.

Segundo Frigotto (2005, p. 76), “a formação omnilateral do homem implica o

desenvolvimento de todas as suas potencialidades — intelectuais, práticas, estéticas, éticas e políticas — em uma perspectiva de totalidade”. Para Ciavatta (2005, p. 85), a educação integrada deve “formar o ser humano em sua totalidade, unindo trabalho, ciência e cultura como dimensões inseparáveis da vida social”. Em adição, Ramos (2012, p. 44) enfatiza que a EPT “deve promover a articulação entre formação geral e formação profissional, possibilitando ao educando compreender o trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como dimensão constitutiva da vida humana”.

Assim, a EPT reafirma seu compromisso com uma formação integral e emancipatória, que reconhece o conhecimento como instrumento de transformação social e consolida o direito à educação como um bem público.

Em resumo, a Educação Profissional e Tecnológica tem como um dos principais objetivos desenvolver a formação humana integral como fundamento norteador das práticas educativas. Conforme dispõe o art. 13 da Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012 (Brasil, 2012), a Educação Profissional e Tecnológica na Educação Escolar Indígena deve articular os princípios da formação ampla, da sustentabilidade socioambiental e do respeito à diversidade dos estudantes, considerando as formas de organização das sociedades indígenas e suas especificidades sociais, políticas, econômicas e culturais.

I – Contribuir para a construção da gestão territorial autônoma, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento sustentável e de produção alternativa para as comunidades indígenas, sobretudo diante das frequentes situações de desassistência e falta de apoio aos seus processos produtivos;

II – Articular-se com projetos comunitários definidos pelas demandas coletivas dos grupos indígenas, contribuindo para a reflexão e construção de alternativas relacionadas à gestão autônoma dos territórios, à sustentabilidade econômica, à segurança alimentar, à educação, à saúde e a outras necessidades cotidianas;

III – Proporcionar aos estudantes indígenas oportunidades de formação e atuação em áreas técnicas necessárias ao desenvolvimento de suas comunidades, como tecnologia da informação, saúde, gestão territorial e ambiental, magistério, entre outras.

A Educação Profissional e Tecnológica integrada ao Ensino Médio, bem como a desenvolvida em cursos de Nível Superior, passa cada vez mais a servir de instrumento de “travessia” para a formação humana integral, omnilateral ou

politécnica dos povos indígenas.

Com isso, a Educação Profissional e Tecnológica oferecida a esses povos, além de atender às previsões legais, também pode desfazer a ideia de que ela esteja sempre intimamente ligada aos interesses do capital, proporcionando aos estudantes indígenas serem parte integrante da busca pela educação politécnica.

Segundo Frigotto (2005, p. 102), a Educação Politécnica tem como objetivo formar sujeitos capazes de intervir criticamente na realidade social e econômica, articulando saberes teóricos e práticos. Já para Ciavatta (2005, p. 87), esse modelo educativo “propicia ao educando compreender o trabalho não apenas como atividade produtiva, mas como dimensão de aprendizado, cidadania e transformação social”. Já Ramos (2012, p. 46) destaca que a Educação Politécnica favorece a integração entre conhecimento científico e técnico, preparando indivíduos capazes de enfrentar desafios complexos e atuar em contextos sociais, econômicos e culturais diversificados.

Por isso, a Educação Politécnica está alinhada à formação humana integral, pois articula a formação técnica, científica, ética e cultural, buscando a emancipação do sujeito e sua plena inserção social, econômica e cidadã.

## 2.4 TRABALHO E EDUCAÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NA HISTÓRIA

Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Segundo Frigotto e colegas (2005), entender o trabalho como princípio educativo não se reduz à ideia de “aprender fazendo”, nem significa simplesmente preparar alguém para exercer uma profissão.

Ao longo da história, essa relação entre o trabalho e a educação tem evoluído de acordo com as mudanças sociais, culturais e econômicas.

A forma como o trabalho e a educação são percebidos e organizados variou de sociedade ao longo de diferentes períodos históricos. É o que diz Saviani (2007, p. 154), no seu texto Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos:

Nas sociedades ou comunidades primitivas, a educação coincidia totalmente com o fenômeno anteriormente descrito. Os homens apropriavam-se coletivamente dos meios de produção da existência e nesse processo educavam-se e educavam as novas gerações.

Já no período Clássico, na sociedade grega e romana, o trabalho manual era considerado inferior e relegado aos escravos e estratos mais baixos da sociedade. A

educação escolar, por outro lado, era reservada aos senhores da elite e seus filhos, principalmente para formar os cidadãos da pólis (Saviani, 2007, p. 155).

Com a divisão da sociedade em estratos sociais (proprietários e não proprietários) ocorre também a divisão na educação com propósitos formativos distintos. Conforme Saviani (2007, p. 155), é nesse momento que:

Introduz-se, assim, uma cisão na unidade da educação, antes identificada plenamente com o próprio processo de trabalho. A partir do escravismo antigo passaremos a ter duas modalidades distintas e separadas de educação: uma para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres, e outra para a classe não proprietária, identificada como a educação dos escravos e serviçais (Saviani, 2007, p. 155).

Durante a Idade Média, a educação era fortemente controlada pela Igreja Católica, imprimindo sua marca nas práticas educativas e limitando seu acesso à formação intelectual e religiosa.

A instrução formal se concentrava nos mosteiros e universidades medievais, voltada principalmente à formação de clérigos e estudiosos religiosos. Saviani (2007, p. 157) ressalta que, nesse período, a educação servia à manutenção da ordem religiosa e social vigente. Machado (1999, p. 45) reforça que a pedagogia medieval estava orientada para a disciplina e a obediência, priorizando o conhecimento religioso e moral sobre o científico ou técnico. França (2010, p. 32) acrescenta que as práticas educativas da época refletiam a estrutura hierárquica da sociedade, limitando a escolarização a grupos específicos.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, mudanças profundas ocorreram na relação entre trabalho e educação. A introdução de máquinas e a reorganização da produção industrial alteraram a qualificação exigida dos trabalhadores.

Saviani (2007, p. 158) prossegue destacando que a Revolução Industrial “conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais”. Já França (2010, p. 50) observa que a educação passou a ser utilizada como instrumento para preparar a força de trabalho industrial, enquanto Machado (1999, p. 60) enfatiza a emergência das primeiras escolas técnicas voltadas a habilidades mecânicas e administrativas, atendendo às necessidades das fábricas.

No século XX, marcado pela modernidade e pela globalização, a educação ganhou um papel estratégico na aquisição de conhecimentos e competências para

diversas carreiras e setores produtivos. De acordo com Machado (1999, p. 78), a educação, nesse período, passou a ser vista como um direito social e instrumento de mobilidade e participação social.

Na contemporaneidade, a relação entre educação e trabalho continua em transformação, a automação, a digitalização, o trabalho remoto e novas formas flexíveis de contratação impõem desafios à formação dos indivíduos.

Por fim, na sociedade atual, a relação entre trabalho e educação continua a evoluir à medida que são enfrentados novos desafios com a rápida automação e novas demandas de qualificação do trabalhador em decorrência das mudanças nas formas de trabalho, como o trabalho remoto e o trabalho por conta própria.

A educação desempenha um papel fundamental na preparação dos indivíduos, em todos os seus processos educacionais no desenvolvimento de suas capacidades para que, ao final, possam ser capazes de transformar a sua realidade e adaptar o ambiente de trabalho com autonomia e justiça social. De acordo com as autoras Bergamaschi e Medeiros (2010, p. 56):

A educação escolar indígena no Brasil tem uma longa trajetória, tecida desde os primórdios da colonização e cujo modelo predominante, alheio às cosmologias indígenas, foi imposto com o explícito intuito colonizador, integracionista e civilizador. No entanto, coerentes com seus modos de vida, os povos indígenas afirmaram, desde os primeiros contatos com os europeus, um modelo próprio de educação que se mostrou inadequado para as práticas escolares, visto que nas sociedades tradicionais, entre as quais situamos as sociedades indígenas, “as teorias do mundo, do homem e da sociedade são globais e unificadoras”. Nessas sociedades, o saber é acessível a todos.

Sobre isso, Luciano (2013, p. 345) complementa:

Os processos educativos são responsáveis pelo desenvolvimento e continuidade dos processos civilizatórios dos grupos humanos. Os povos indígenas, como quaisquer outras sociedades humanas, desenvolveram seus sistemas educativos há milhares de anos. Os processos educativos indígenas em muitos aspectos se assemelham aos processos educativos das sociedades europeias, no uso de métodos de observação e experimentação.

Esse autor ainda observa que “os povos indígenas, como quaisquer outras sociedades humanas, desenvolveram seus sistemas educativos há milhares de anos” (Luciano, 2013, p. 345). Tal afirmação combate a ideia equivocada de que só existe educação formal (escolar). Os povos indígenas possuem sistemas educativos próprios, tradicionais e eficazes, que existem muito antes da colonização e da escola europeia. Entretanto, os mencionados sistemas educativos próprios também se

diferenciam em muitos aspectos como, por exemplo, quanto ao lugar de ensinar e aprender, e sobre quem ensina (Meliá, 1999).

Enquanto na sociedade ocidental moderna a aprendizagem ocorre em escolas, com professores e horários fixos, nas comunidades indígenas o aprender acontece no cotidiano, com os mais velhos, nas práticas diárias, como caçar, plantar, narrar histórias e participar da vida comunitária.

A história da educação, portanto, não começa com a escola europeia, mas é tão diversa quanto as culturas humanas. Integrar essas perspectivas é fundamental para construir uma visão mais justa e plural sobre o papel da educação e do trabalho na história da humanidade.

## 2.5 INTERCULTURALIDADE

A interculturalidade refere-se ao reconhecimento, ao respeito e à valorização das diferentes culturas presentes em uma sociedade ou em um contexto educacional. Trata-se de uma perspectiva, que envolve o diálogo e a interação entre sujeitos de distintas origens culturais, visando à compreensão mútua, à construção de relações mais equitativas e à promoção de uma convivência social baseada no respeito às diferenças.

Entendida como intercâmbio entre culturas, a interculturalidade manifesta-se de diversas formas e constitui um processo potencialmente enriquecedor para as culturas envolvidas, bem como para as sociedades em geral. No contexto da educação escolar indígena, essa perspectiva deve assumir um papel estruturante, orientando práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem os saberes, as línguas e os modos de vida dos povos indígenas.

A interculturalidade indígena na educação consiste, portanto, em uma abordagem que busca não apenas incluir conteúdos culturais distintos no ambiente escolar, mas também integrar epistemologias diversas ao processo educativo. Trata-se de reconhecer os conhecimentos indígenas como sistemas legítimos de produção de saber, capazes de dialogar com outros referenciais, ampliando as possibilidades de ensino e aprendizagem.

Entretanto, para além de uma abordagem descritiva, é fundamental explicitar o projeto político-epistemológico que sustenta o conceito de interculturalidade adotado. Nesse sentido, conforme propõe Walsh (2009, 2010), é necessário

distinguir entre interculturalidade funcional e interculturalidade crítica.

A interculturalidade funcional refere-se a uma perspectiva que promove a convivência entre culturas sem questionar as estruturas históricas de poder que produzem desigualdades, operando, muitas vezes, como um mecanismo de gestão da diversidade dentro de marcos institucionais já estabelecidos. Por sua vez, a interculturalidade crítica configura-se como um projeto político, ético e epistêmico comprometido com a transformação dessas estruturas, problematizando as relações assimétricas entre culturas e enfrentando as heranças do colonialismo.

Essa compreensão articula-se à noção de colonialidade do poder, desenvolvida por Quijano (2005), que evidencia como as hierarquias raciais, culturais e epistêmicas, constituídas no período colonial, permanecem estruturando as sociedades contemporâneas, inclusive no campo educacional. Nesse quadro, a desvalorização dos saberes indígenas não é um fenômeno isolado, mas parte de um padrão histórico de dominação que privilegia o conhecimento eurocêntrico em detrimento de outras formas de saber.

Complementarmente, a perspectiva das epistemologias do Sul, formulada por Santos e Meneses (2009), contribui para o reconhecimento da pluralidade epistemológica e para a valorização de conhecimentos historicamente invisibilizados. Tal abordagem propõe a construção de diálogos horizontais entre diferentes formas de conhecimento, desafiando a hegemonia ocidental e ampliando as possibilidades de construção de práticas educativas mais inclusivas e socialmente comprometidas.

No campo educacional latino-americano, Candau e Russo (2010) destacam que a interculturalidade crítica não se limita ao reconhecimento da diversidade cultural, mas implica a transformação das práticas pedagógicas, curriculares e institucionais, com vistas ao enfrentamento das desigualdades e à promoção da justiça social.

Nessa direção, a interculturalidade na educação deve ser compreendida como um processo dinâmico, que ultrapassa a simples coexistência entre culturas e se concretiza na criação de espaços efetivos de diálogo, nos quais saberes, experiências e valores possam ser compartilhados de forma equitativa. Isso implica superar uma concepção estática de educação, em favor de práticas flexíveis e contextualizadas, capazes de responder às especificidades socioculturais dos sujeitos envolvidos.

De acordo com as diretrizes da Política Nacional de Educação Escolar Indígena:

Não se pode ficar satisfeito só em “valorizar” ou mesmo ressuscitar “conteúdos” de culturas antigas”. Deve-se ter em vista o diálogo constante entre essas culturas, e buscar de certa forma desvendar seus mecanismos, suas funções, sua dinâmica. Esse diálogo pressupõe que a interrelação entre as culturas, o intercâmbio entre as mesmas e as contribuições recíprocas são processos aos quais todas as sociedades são e foram submetidas ao longo de sua história (MEC, 1993, p. 11).

Na educação, a interculturalidade é uma abordagem que reconhece e valoriza a diversidade cultural dos estudantes e busca integrar diferentes perspectivas culturais no ambiente educacional. Essa abordagem não apenas promove o respeito e a compreensão mútua entre diferentes culturas, mas também enriquece o processo de ensino e aprendizagem ao incorporar múltiplas visões.

Assim, a adoção de uma perspectiva intercultural crítica mostra-se fundamental para a formação de sujeitos mais conscientes, capazes de reconhecer e respeitar a diversidade, ao mesmo tempo em que se posicionam frente às desigualdades sociais. No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, essa abordagem é indispensável para a efetiva inclusão de estudantes indígenas, pois não se limita à sua inserção no sistema educacional, mas promove o reconhecimento e a valorização de seus modos próprios de produzir conhecimento.

A interculturalidade na educação é um caminho para formar cidadãos mais conscientes, respeitosos e preparados para viver em um mundo plural e interconectado. Esta abordagem não apenas integra diferentes perspectivas culturais no ambiente educacional, mas também prepara os estudantes para interagir positivamente com as diferenças sociais.

Segundo Estevão (2021, p. 30), “considerar a interculturalidade no campo educacional é afirmar que a escola precisa enxergar as diferenças e as identidades, que são plurais e processuais (em constante movimento)”. Para ele,

[...] a interculturalidade crítica é indispensável para uma EPT efetivamente disposta a promover a inclusão educacional de estudantes indígenas e contribuir para uma cultura democrática, que, perpassa pela compreensão e valorização da diversidade e pela efetivação de direitos sociais (Estevão, 2021, p. 44).

A educação intercultural se faz pela interação e diálogo entre diferentes culturas no contexto educacional, reconhece a diversidade cultural como um ativo valioso e busca criar ambientes de aprendizagem que respeitem, valorizem e

promovam a compreensão mútua entre pessoas de origens culturais diversas. A cultura e a identidade indígena são elementos centrais para a compreensão da diversidade cultural e histórica dos povos indígenas.

Estes elementos englobam uma ampla gama de práticas, crenças, conhecimentos, línguas e modos de vida que são transmitidos de geração em geração. Por fim, a cultura e a identidade indígena assumem papel central nesse debate, uma vez que expressam a diversidade histórica e social desses povos, englobando práticas, crenças, conhecimentos, línguas e modos de vida transmitidos entre gerações. Sua valorização não apenas enriquece o processo educativo, mas constitui condição fundamental para a promoção da justiça social e para a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva.

## 2.6 EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A evasão, a retenção, a permanência e o êxito de estudantes indígenas nas instituições de ensino constituem fenômenos complexos, influenciados por múltiplos fatores de natureza socioeconômica, cultural, linguística e educacional. A evasão escolar entre estudantes indígenas pode ocorrer em diferentes níveis de escolarização, desde a educação básica até o ensino superior, sendo condicionada por um conjunto de barreiras estruturais e institucionais que impactam diretamente suas trajetórias formativas.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), esses fenômenos não podem ser compreendidos apenas a partir de definições gerais, sendo necessário considerar evidências empíricas e análises críticas sobre os limites das políticas educacionais voltadas à inclusão. Conforme argumenta Lima Filho (2016), a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) ainda enfrenta desafios significativos para se constituir como um espaço efetivamente inclusivo, sobretudo no atendimento a sujeitos historicamente marginalizados, como os povos indígenas. Para o autor, a ampliação do acesso à educação não garante, por si só, a democratização das oportunidades, sendo imprescindível a criação de condições concretas de permanência e êxito.

Entre as principais barreiras enfrentadas por estudantes indígenas, destacam-se as dificuldades de reconhecimento e valorização de suas línguas, saberes e

culturas no contexto escolar. Essa ausência de reconhecimento contribui para a produção de sentimentos de não pertencimento, alienação e desmotivação, comprometendo a permanência e o sucesso acadêmico.

De acordo com Estevão (2021, p. 18), “[...] as comunidades indígenas comumente são únicas, e têm as suas tradições e culturas próprias, fundadas na sua língua, e no território habitado e explorado, nos costumes e na maneira de se organizarem socialmente”. No território próprio, cada comunidade vivenciou processos históricos diferentes, assinalados seja pela violência ou pela negação de sua própria cultura, os quais podem ter causado muitas perdas aos povos indígenas, culturas e línguas, assim como ocorreu com o processo da colonização.

A ausência de representatividade de indígena no ambiente escolar, aliada à persistência de diversas práticas preconceituosas presentes nesse ambiente, também impacta negativamente a formação identitária dos estudantes, acabam por prejudicar a formação da identidade do estudante indígena, gerando um desinteresse em permanecer em um local onde não se sente pertencente. Situações de discriminação, racismo e bullying contribuem para o afastamento desses sujeitos do espaço educativo. No *roll* dos desafios, que a ser considerados para efetivar a inclusão, e garantir a aprendizagem, e ao mesmo tempo assegurar tratamento digno e combater o preconceito étnico-racial e o *bullying*. E fazer com que os mesmos sintam ser representados (Estevão, 2021, p. 21).

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais desafios assumem contornos ainda mais complexos. Embora os conceitos de evasão, permanência e êxito sejam amplamente discutidos na literatura educacional, sua compreensão exige o diálogo com dados empíricos e análises específicas sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT). Nesse contexto, a evasão de estudantes indígenas não pode ser entendida apenas como uma decisão individual, mas como expressão de desigualdades estruturais e institucionais que atravessam o sistema educacional

Torna-se fundamental promover ações institucionais que enfrentem o preconceito étnico-racial e garantam condições para que os estudantes indígenas se sintam pertencentes e representados (Estevão, 2021).

A reflexão proposta por Gomes (2017) amplia essa discussão ao evidenciar que os processos educativos no Brasil historicamente desconsideram os saberes produzidos por grupos subalternizados, reforçando hierarquias raciais, culturais e epistêmicas. Embora sua análise esteja centrada no movimento negro, suas contribuições são fundamentais para compreender a realidade dos estudantes indígenas, uma vez que revelam como a negação de identidades e de

conhecimentos não hegemônicos interfere diretamente nos processos de permanência e êxito escolar.

Nesse contexto, a evasão de estudantes indígenas na RFEPCCT deve ser compreendida como expressão de um conjunto de fatores que ultrapassam o âmbito individual, envolvendo dimensões institucionais, pedagógicas e sociais. A permanência, por sua vez, não se restringe à matrícula, mas implica a existência de condições materiais, simbólicas e pedagógicas que assegurem a continuidade dos estudos com qualidade. Entre essas condições, destacam-se o apoio da assistência estudantil, o acompanhamento pedagógico e a implementação de práticas educativas interculturais.

A permanência e o êxito configuram-se, portanto, como dimensões centrais no contexto da EPT, na medida em que se relacionam à capacidade dos estudantes de se manterem engajados e alcançarem sucesso em seu percurso formativo.

Esses conceitos tornam-se especialmente relevantes na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), modalidade em que a formação técnica e profissional desempenha papel essencial para a emancipação do estudante no mundo do trabalho. Nesse contexto, as autoras confirmam:

A permanência e o êxito dos estudantes na EPT são condicionados por múltiplos fatores, que vão desde políticas institucionais e apoio pedagógico até condições pessoais e sociais, sendo essenciais para garantir que as aprendizagens ocorram e se consolidem ao longo do percurso educativo (França; Escott; Machado, 2022, p. 7).

A permanência refere-se à capacidade dos estudantes de se manterem matriculados e engajados no processo educacional ao longo do tempo. Envolve fatores como a motivação, o apoio institucional, a adequação das condições de estudo e a superação de possíveis obstáculos, como dificuldades financeiras, pessoais ou familiares.

No caso específico dos estudantes indígenas, esses desafios são ainda mais complexos, envolvendo, por exemplo, o domínio da língua portuguesa como segunda língua, a adaptação às práticas acadêmicas e o enfrentamento de processos de exclusão simbólica. Dessa forma, políticas institucionais, estratégias pedagógicas e ações de acompanhamento tornam-se instrumentos indispensáveis para promover não apenas a conclusão dos cursos, mas também uma formação integral, que contribua para a inserção social e profissional desses sujeitos.

Diante desse cenário, destaca-se a importância da construção de um

ambiente educacional acolhedor, inclusivo e sensível à diversidade cultural. No âmbito da RFEPCT, políticas de inclusão e permanência, articuladas com ações afirmativas e programas de assistência estudantil, desempenham papel fundamental na redução das desigualdades educacionais.

Nesse contexto, os Neabis assumem papel estratégico, ao promoverem ações voltadas à valorização da diversidade étnico-racial, à formação continuada de servidores e ao desenvolvimento de práticas pedagógicas interculturais. O fortalecimento desses núcleos, aliado à consolidação de políticas institucionais sensíveis às especificidades dos povos indígenas, constitui um caminho fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais na RFEPCT, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência qualificada e o êxito dos estudantes indígenas em sua trajetória formativa.

## 2.7 CULTURA E IDENTIDADE INDÍGENA

A construção da cultura e da identidade no Brasil não ocorreu de forma imediata no período colonial. Inicialmente, não havia uma noção consolidada de identidade nacional, sendo esta construída gradualmente ao longo do tempo. Conforme destaca Paiva (2016, p. 3), foi entre as décadas de 1940 e 1950 que essa noção começou a se fortalecer.

Até então, as pessoas se identificavam principalmente pelo local de nascimento ou pertencimento familiar, e não por uma identidade nacional. A história do país foi e é construída por um processo contínuo de inclusão-exclusão, o que faz com que diferentes grupos sociais e indeníários continuem num processo de busca pela sua afirmação, em especial os indígenas e a população afro-brasileira.

No caso dos povos indígenas, a colonização implicou intensa violência e a supressão de inúmeras etnias. Esse processo resultou, em muitos casos, em crises identitárias que persistem até a atualidade, manifestadas na dificuldade de reconhecimento de origens, tradições e pertencimentos culturais, por não reconhecerem de onde vêm.

A discussão acerca da cultura e da identidade indígena no Brasil exige reconhecer a profunda diversidade de povos, saberes e modos de vida que compõem as populações originárias. Conforme destaca Manuela Carneiro da Cunha (2009), as identidades indígenas são dinâmicas e se constituem em processos

históricos e relacionais, moldados por experiências territoriais, cosmológicas e políticas.

Essas identidades, como afirma João Pacheco de Oliveira (1998), são continuamente produzidas e renegociadas nas interações com a sociedade envolvente e com o Estado, revelando-se como construções históricas e não como essências imutáveis. Assim, mais do que expressões folclóricas, a cultura e a identidade indígena configuram sistemas complexos de conhecimento, memória e resistência (Krenak, 2019).

O processo cultural de afirmação identitária passa, necessariamente, pela autoidentificação coletiva, dimensão ressaltada por Gersem Baniwa (2016), que enfatiza a centralidade do reconhecimento interno e externo para a manutenção dos modos de vida indígenas.

No contexto contemporâneo, esse processo tem se intensificado devido às pressões decorrentes de conflitos territoriais, da discriminação e das tentativas de aculturação forçada que historicamente marcam a relação entre povos indígenas e sociedade dominante (Silva, 2000). Nesse cenário, a reafirmação identitária, portanto, torna-se uma forma de resistência e estratégia essencial para a preservação das cosmologias, das línguas e das práticas socioculturais tradicionais.

Compreender a cultura e a identidade indígena é fundamental para reconhecer a pluralidade cultural que caracteriza os povos originários no Brasil. Como aponta Baniwa (2016), essa diversidade se expressa nas tradições, valores, organizações sociais, conhecimentos ancestrais e práticas espirituais que estruturam a vida coletiva.

É diante desse cenário intercultural, marcado por desafios históricos e contemporâneos, que se inscrevem as discussões sobre permanência e êxito escolar dos estudantes indígenas no IFRS. Sua trajetória educacional envolve não apenas o acesso às instituições, mas a garantia de condições pedagógicas e culturais que respeitem, valorizem e fortaleçam suas identidades (Oliveira; Freire, 2020).

Dessa forma, compreender a cultura e a identidade indígena é fundamental não apenas para reconhecer a diversidade e a riqueza dos povos originários, mas também para orientar práticas educacionais que promovam inclusão, respeito e valorização das especificidades culturais.

Além da dimensão sociocultural, a garantia da identidade indígena encontra

respaldo em marcos legais nacionais e internacionais. A Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu artigo 231, os direitos dos povos indígenas às suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como às terras que tradicionalmente ocupam. No campo educacional, o artigo 210 assegura o respeito às especificidades culturais e linguísticas no ensino.

No âmbito internacional, a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 5.051/2004, estabelece o direito dos povos indígenas à manutenção de suas culturas, línguas e formas próprias de organização social. Além disso, determina que os processos educacionais devem ser desenvolvidos de modo a respeitar e valorizar suas identidades culturais (Brasil, 2004).

Em consonância com esses princípios, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena reforçam a necessidade de uma educação diferenciada, intercultural, bilíngue e comunitária, orientada pela valorização dos saberes tradicionais, pela promoção da autonomia dos povos indígenas e pelo fortalecimento das suas línguas e culturas.

Esse modelo educativo deve não apenas respeitar, mas também incorporar as cosmovisões e práticas pedagógicas próprias de cada etnia, proporcionando um ambiente em que os estudantes indígenas possam se reconhecer e afirmar suas identidades, sem que haja imposição de normas culturais externas.

Nesse sentido, a articulação entre os referenciais teóricos e os marcos legais evidencia que a valorização da cultura e da identidade indígena não se trata apenas de um reconhecimento simbólico, mas de um direito assegurado e de uma condição fundamental para a equidade educacional. Assim, pensar a permanência e o êxito de estudantes indígenas no IFRS implica considerar não apenas políticas de acesso, mas a construção de um ambiente institucional efetivamente intercultural, capaz de dialogar com diferentes epistemologias e promover práticas pedagógicas que respeitem e integrem os saberes indígenas. Dessa forma, a educação deixa de ser um instrumento de assimilação e passa a se constituir como espaço de afirmação identitária, autonomia e fortalecimento sociocultural.

Isso significa construir políticas e estratégias pedagógicas capazes de assegurar a permanência e o êxito escolar dos estudantes indígenas, reconhecendo-os como sujeitos históricos e culturais ativos, cujas experiências, saberes e modos de vida devem ser incorporados à prática educativa. A valorização

da identidade indígena, portanto, constitui-se como condição indispensável para a construção de uma educação democrática, intercultural e emancipadora, que respeite a pluralidade e fortaleça a cidadania desses povos.

## 2.8 INSERÇÃO DE INDÍGENAS NA EPT

A trajetória histórica dos povos indígenas no Brasil foi marcada pela expropriação de seus territórios, por processos sistemáticos de segregação social e por políticas de extermínio físico, psicológico e cultural, implementadas desde o período colonial e intensificadas na conformação do Estado-nação brasileiro. Esses processos desencadearam, ao longo das últimas décadas, movimentos de organização, resistência e afirmação identitária, resultando na ampliação da participação indígena em diferentes esferas da vida social, política e educacional.

Nesse contexto, no campo educacional, a questão indígena vem conquistando crescente visibilidade e reconhecimento no Brasil, impulsionando a formulação e implementação de políticas públicas voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito educacional dessa população, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Graças à união dos diferentes povos originários e o auxílio de legislações cada vez mais contundentes em defesa das causas indígenas para a sua autonomia tem propiciado espaço para que através da liberdade possam decidir os caminhos que querem seguir no intuito de acompanhar a contemporaneidade (Camuso, 2011, p. 17).

No contexto da EPT, a inserção de estudantes indígenas está relacionada, em grande medida, aos processos migratórios das aldeias para os centros urbanos, motivados pela busca por melhores condições de vida e pela necessidade de formação nos saberes científicos e técnicos.

Essa inserção da população indígena na educação profissional e tecnológica está se dando gradativamente por meio da interação entre o saber científico e o conhecimento tradicional, visando à formação de profissionais indígenas, que buscam melhoria de qualidade de vida, já que podem atuar em suas próprias comunidades ou galgar melhores posições na sociedade (Camuso, 2011).

Segundo o antropólogo Sampaio (2000), a busca dos indígenas pela capacitação está desenvolvendo um ganho na preservação de sua autonomia e identidade. Na medida em que se capacitam para compreender o modo de vida do

branco e intervir sobre eles, tornam-se mais hábeis, conseqüentemente, mais autônomos e capazes de preservar a sua própria cultura.

Com as mudanças sociais, segregação e ataques em seu habitat, os povos tradicionais são obrigados à migração. Assim, esse processo migratório e a urbanização têm se tornado inevitável. De acordo com Camuso (2011, p. 18),

[...] os elementos de atração refletem que em primeiro lugar está a busca por educação formal em português; seguem posteriormente a assistência à saúde, acesso a produtos assimilados (especialmente roupas, alimentos, entretenimento e álcool) e por fim, a expectativa de melhor subsistência.

Almejam, por fim, novos conhecimentos, especificamente acadêmicos somados à expectativa de melhores condições de vida, e da luta pela sobrevivência de seu povo.

Através dessa inserção e da busca pelo conhecimento, a educação profissional vem contribuindo para a inclusão a partir de um conjunto de “ações afirmativas”. Mesmo gerando profusões de opiniões, favoráveis e contrárias, é nesse cenário que se dá a inserção dos povos tradicionais na EPT: por meio de processos seletivos específicos e outros para atender certas leis especiais, sendo uma delas a Lei de Cotas (Lei nº 12.711). Nessa Lei de Cotas também são beneficiados negros e pardos, pessoas com deficiência e estudantes de escolas públicas.

Tais políticas têm contribuído para a democratização do acesso à educação profissional e tecnológica, ainda que sejam objeto de debates e controvérsias no campo político e acadêmico.

Os avanços no âmbito das políticas de inclusão social são inegáveis nos últimos anos, sobretudo no que se refere no âmbito das políticas de ações afirmativas, destacadamente na ampliação do acesso de grupos historicamente marginalizados à EPT. Contudo, a garantia do acesso não se traduz automaticamente em permanência e êxito, exigindo a implementação de políticas institucionais integradas que considerem as especificidades socioculturais dos povos indígenas, suas trajetórias educacionais e suas demandas territoriais e identitárias.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa refere-se ao conjunto de métodos, estratégias e procedimentos adotados para organizar, executar e analisar um estudo científico, constituindo-se como o caminho sistemático que orienta o pesquisador na produção do conhecimento (Lakatos; Marconi, 2017; Gil, 2019). Ela descreve o percurso que orienta o pesquisador na busca por respostas às questões investigativas e no alcance dos objetivos definidos, garantindo a coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos e as técnicas de coleta e análise de dados (Creswell, 2014).

A metodologia constitui, portanto, o conjunto de procedimentos sistemáticos que orientam a construção do conhecimento científico, assegurando a coerência entre o problema de pesquisa, os objetivos e as estratégias de investigação (Gil, 2019). Além disso, a escolha metodológica depende do tipo de pesquisa, das finalidades do estudo, da natureza dos dados obtidos e das questões epistemológicas que fundamentam a investigação, uma vez que os procedimentos metodológicos estão intrinsecamente relacionados às concepções teóricas e ao campo do conhecimento em que a pesquisa se insere (Minayo, 2014; Gil, 2019).

Toda investigação científica, para ser considerada válida, deve ser conduzida a partir de uma metodologia rigorosa, cujos métodos e técnicas são intrinsecamente definidos em função do campo de conhecimento e dos objetivos da pesquisa (Lakatos; Marconi, 2017; Severino, 2016).

A pesquisa em questão adotou uma configuração metodológica composta por três pilares distintos e complementares: caracteriza-se como de natureza aplicada, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, conforme tipologias amplamente discutidas na literatura metodológica (Gil, 2019; Creswell, 2014). É considerada aplicada em razão de sua finalidade, pois não se limita à produção de conhecimento teórico, característica da pesquisa básica, mas busca direcionar esse saber para a intervenção e transformação da realidade investigada, visando à solução de problemas concretos e à melhoria de práticas sociais e educacionais (Gil, 2019; Demo, 2015).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa aplicada “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos. Assim, o estudo buscou estabelecer um elo direto entre a teoria e a prática, dedicando-se a encontrar soluções viáveis e imediatas para dilemas identificados na

realidade, seja em um contexto social, organizacional ou tecnológico.

A pesquisa realizada, considerando as diversas etapas, possui abordagem qualitativa, conforme a caracterização proposta por Minayo (2007, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Assim, dedica-se à compreensão aprofundada das relações, processos e fenômenos, os quais não se prestam à redução a variáveis mensuráveis ou à simples operacionalização.

Ainda, considera-se que esta investigação é de cunho exploratório, uma vez que as pesquisas que possuem tal caráter:

[...] têm como principal finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Habitualmente na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso, análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Gil, 2008, p. 27).

Para a sua realização, são empregadas diferentes ferramentas e técnicas, tais como análise documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas e aplicação de questionários. Esta pesquisa fundamentou-se, inicialmente, na pesquisa bibliográfica, a qual desempenhou papel central na orientação e no embasamento teórico de todo o estudo. Esse tipo de pesquisa foi desenvolvido a partir da consulta a materiais já publicados, como livros, artigos científicos e periódicos acadêmicos, além de conteúdos disponibilizados em meios digitais.

A pesquisa bibliográfica permitiu ao pesquisador estabelecer contato com produções teóricas e estudos anteriores sobre o tema investigado, abrangendo obras escritas e materiais constituídos por dados primários e secundários relevantes para a compreensão do objeto de estudo (Gil, 2008, p. 50).

Complementarmente, adotou-se a análise documental como procedimento metodológico, já que consiste em

[...] uma técnica que se baseia na investigação a partir de materiais/documentos já produzidos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); permitindo compreender aspectos do objeto de estudo por meio de registros formais e informais. Essa abordagem possibilita ao pesquisador interpretar informações que estão presentes em documentos oficiais, relatórios, normativas, arquivos e diversos tipos de registros (Gerhardt, 2009, p. 71).

Essa etapa envolveu o exame de documentos institucionais e de normativas internas do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e dos Neabis, incluindo editais, manuais, resoluções, decretos e instruções normativas, considerados fontes relevantes para a investigação. O objetivo é compreender as diretrizes, normas, e estratégias institucionais relacionadas à inclusão, permanência e êxito dos estudantes indígenas dentro da instituição.

Portanto, a análise partiu dos seguintes tipos de documentos:

**a) Editais Institucionais:**

**Descrição:** Editais do IFRS que regulam as **políticas de matrícula, acesso e permanência** de estudantes indígenas, com foco nas ações dos Neabis.

**Exemplo:** Edital de seleção para ingresso de estudantes indígenas, normas de acesso ou programas de apoio.

**b) Manuais e Diretrizes:**

**Descrição:** Manuais que regulamentam os procedimentos administrativos e pedagógicos relativos à inclusão de estudantes indígenas.

**Exemplo:** Manuais que detalham o funcionamento dos Neabis, com informações sobre procedimentos de matrícula e acolhimento.

Esses documentos foram examinados com o objetivo de compreender os princípios, diretrizes, atribuições e formas de organização dos Neabis, bem como sua atuação institucional.

**c) Resoluções e Decretos:**

**Descrição:** Resoluções do Conselho Superior ou decretos internos que regulamentam as atividades dos Neabis e a inclusão de estudantes indígenas.

**Exemplo:** Resolução Nº 021/2014 do IFRS, que estabelece diretrizes sobre a atuação dos Neabis e políticas de inclusão.

**d) Instruções Normativas:**

**Descrição:** Instruções normativas ou outras normativas internas que fornecem diretrizes específicas sobre o funcionamento e as responsabilidades dos Neabis e outras unidades administrativas que atendem estudantes indígenas.

**Exemplo:** Instruções sobre o acesso e acompanhamento de estudantes indígenas nas diversas modalidades de ensino do IFRS.

Dentre os documentos analisados, destaca-se o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), bem como as leis e normas referentes à inclusão dos estudantes indígenas

no âmbito institucional. Esses documentos regulamentam os fluxos e procedimentos de inclusão, contemplando aspectos como acesso, identificação e demais etapas do processo (IFRS, 2018).

A análise documental propõe meios, processos de identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse da pesquisa. Sendo assim, a pesquisa documental como um processo que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (Favero; Centenaro, 2019, p. 172).

Outro material analisado no estudo refere-se às memórias apreendidas por meio das narrativas relacionadas às ações de acesso, permanência e êxito para estudantes indígenas, desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis do IFRS. Essas memórias foram narradas, registradas e disponibilizadas. Como instrumento complementar de produção de dados, foi também utilizado o questionário, elaborado com questões abertas e fechadas. O objetivo desse instrumento foi coletar informações junto aos participantes da pesquisa acerca das ações relacionadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no âmbito dos Neabis do IFRS.

Ademais, o questionário possibilitou reunir percepções, experiências e informações provenientes de diferentes *campi*, ampliando o alcance da investigação e contribuindo para a compreensão das práticas desenvolvidas pelos núcleos. Tal qual fixado em Gil (2008), o questionário consiste numa técnica de investigação composta por um conjunto de questões apresentadas aos respondentes, com a intenção de obter informações sobre conhecimentos, opiniões, crenças, sentimentos, interesses e comportamentos.

Em complemento, também foram realizadas entrevistas com servidores que atuam nos Neabis do IFRS, com o objetivo de compreender, de forma mais aprofundada, as experiências, percepções e práticas relacionadas às ações voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

As entrevistas constituem uma importante técnica de coleta de dados na pesquisa qualitativa, pois permitem ao pesquisador acessar as interpretações e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e ao contexto em que estão inseridos. Segundo Minayo (2014), a entrevista favorece a obtenção de informações detalhadas sobre fenômenos sociais, contribuindo para a compreensão das dinâmicas e processos presentes na realidade investigada.

Por outro lado, Lakatos e Marconi (2017) destacam que esse instrumento

favorece a padronização das respostas e a comparabilidade dos dados, ao mesmo tempo em que permite a combinação de questões abertas e fechadas, aspecto relevante para investigações de natureza qualitativa.

Nessa perspectiva, Triviños (2012) ressalta que a adoção de diferentes técnicas de coleta de dados, articuladas de forma complementar, fortalece a análise ao possibilitar a triangulação das informações e favorece uma compreensão mais abrangente do fenômeno estudado.

A escolha da entrevista e do questionário como instrumentos de coleta de dados neste estudo decorre do fato de a pesquisa apresentar caráter descritivo, associada a uma dimensão exploratória. Conforme assinala Gil (2002, p. 42), as pesquisas descritivas têm por finalidade principal caracterizar determinada população ou fenômeno, bem como identificar possíveis relações entre variáveis. O autor acrescenta que:

No que se refere às pesquisas exploratórias, o autor ressalta que estas visam proporcionar uma aproximação inicial com o objeto de estudo, oferecendo uma visão geral do fenômeno e promovendo maior familiaridade com o problema investigado, de modo a torná-lo mais explícito ou permitir a elaboração de hipóteses (Gil, 2002, p. 41).

Novamente em Gil (2002), tal tipo de investigação mostra-se especialmente pertinente quando o tema em análise é pouco explorado, circunstância que dificulta a formulação de hipóteses precisas e operacionalizáveis. Nesse contexto, a utilização da entrevista e do questionário revela-se adequada, pois tais instrumentos permitem a obtenção de informações relevantes e alinhadas aos objetivos da pesquisa. Nessa perspectiva, foram elaborados o roteiro de entrevista e as perguntas para o questionário com vistas a contemplar as questões de pesquisa previamente definidas, possibilitando a abordagem do problema investigado de maneira sistemática.

### 3.1 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo desta pesquisa teve como ênfase de análise os colaboradores diretamente envolvidos nas atividades dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas Neabis, lotados nas diferentes unidades (*campi*) do IFRS. Esses sujeitos foram selecionados por estarem diretamente envolvidos na concepção, execução, registro e acompanhamento das memórias das ações destinadas ao acesso,

permanência e êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos IFRS por meio dos Neabis. Os participantes foram considerados informantes-chave, pois possuem conhecimento técnico, institucional e experiencial acerca dos processos organizacionais e das práticas de produção e gestão das memórias institucionais no âmbito dos Neabis.

A amostra foi constituída por 17 colaboradores dos Neabis que responderam ao questionário, sendo um representante de cada campus participante do IFRS, além de cinco colaboradores vinculados a *campi* que possuem estudantes indígenas matriculados, os quais participaram de entrevistas semiestruturadas.

A escolha desses participantes permitiu identificar suas percepções acerca das memórias das ações voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, bem como compreender os procedimentos adotados para o registro, organização, armazenamento e disseminação dessas informações no âmbito institucional. A inclusão de colaboradores de diferentes *campi* possibilitou contemplar a heterogeneidade da estrutura organizacional do IFRS, considerando as especificidades locais, a disponibilidade de recursos humanos e as diferentes formas de operacionalização dos Neabis nas unidades acadêmicas (ver Apêndice 2 ao final desta pesquisa).

Essa diversidade de contextos institucionais contribuiu para uma análise mais abrangente e contextualizada das práticas e desafios relacionados à gestão das memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS, ampliando a validade descritiva e interpretativa dos resultados da pesquisa.

Para fins de ordem ética, é importante salientar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRS e recebeu parecer favorável de nº 6.775.922, em 19 de abril de 2024, quanto à sua realização, conforme consta no item Anexo B deste projeto de pesquisa.

### 3.2 INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

A produção dos dados ocorreu por meio da aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, da realização de entrevistas semiestruturadas e da análise documental. Essa etapa inicial permitiu delinear um panorama geral do fenômeno investigado, servindo de base para o aprofundamento posterior.

Como primeiro instrumento de coleta de dados, foi realizada a análise de

documentos institucionais, tais como editais, manuais, resoluções, decretos e instruções normativas, e de documentos normativos que regulamentam os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) no âmbito da instituição. Também foram analisados o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), bem como legislações e normativas referentes à inclusão de estudantes indígenas no contexto institucional.

Como segundo instrumento de coleta de dados, foram aplicados questionários aos representantes dos Neabis dos *campi* do IFRS. O questionário foi estruturado com perguntas abertas e fechadas. Esse instrumento teve como finalidade identificar e sistematizar informações relativas ao armazenamento e à divulgação das memórias apreendidas por meio das narrativas sobre as ações de acesso, permanência e êxito para estudantes indígenas, desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis do IFRS, que constituem o universo desta pesquisa.

Segundo Lakatos e Marconi (2017), o questionário constitui um instrumento sistemático de coleta de dados que permite abranger um número significativo de respondentes, garantindo maior amplitude e padronização das informações coletadas.

A utilização de questionários em formato eletrônico tem se mostrado adequado em pesquisas contemporâneas, sobretudo por possibilitar maior alcance dos participantes, otimização do tempo de coleta e redução de custos operacionais, sem prejuízo à qualidade dos dados produzidos (Gil, 2002, p. 100).

Os questionários foram disponibilizados por meio de formulário eletrônico elaborado na plataforma *Google Forms*, conforme apresentado no item Apêndice B deste trabalho. A escolha desse ambiente virtual justificou-se pela facilidade de acesso, ampla disponibilidade e relativa garantia de segurança para o desenvolvimento da pesquisa, além de possibilitar maior alcance e agilidade na coleta dos dados.

Os convites para participação foram encaminhados via e-mail individualizado a cada sujeito envolvido, acompanhados de uma breve apresentação da pesquisa, seus objetivos e orientações quanto ao preenchimento do instrumento.

Previamente à aplicação definitiva, realizou-se a validação do questionário por meio de um teste piloto, no qual o instrumento foi aplicado a três participantes, que responderam e emitiram pareceres quanto à clareza, pertinência e adequação das

questões. As contribuições provenientes do teste piloto foram analisadas pelo pesquisador e, após a incorporação dos ajustes necessários, o questionário foi aplicado aos demais participantes da pesquisa, visando assegurar a validade e a clareza do instrumento de coleta de dados.

Conforme mencionado terceiro instrumento de coleta de dados foram as entrevistas semiestruturadas, realizadas com um servidor/coordenador do Neabi Campus Bento Gonçalves, dois servidores do Neabi Campus Sertão, um servidor do Neabi Campus Osório e um servidor do Neabi Campus Porto Alegre. A entrevista e a seleção dos servidores nesses *campi* justificam-se por apresentarem histórico de matrícula de estudantes indígenas, constituindo-se em espaços institucionais estratégicos para analisar as memórias das ações voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas pelos membros dos Neabis do IFRS, e sua forma de armazenamento e divulgação. De acordo com os autores a seguir, os mesmos definem a entrevista como sendo:

A entrevista é compreendida como uma técnica de coleta de dados em que o pesquisador se apresenta frente ao participante e lhe formula perguntas com o objetivo de obter informações pertinentes ao problema investigado, constituindo-se como uma forma de interação social e um diálogo assimétrico, no qual uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008).

Quanto à classificação das entrevistas, de acordo com Triviños (1987) e Minayo (2014), as entrevistas podem ser categorizadas como estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. No presente estudo, as entrevistas foram caracterizadas como semiestruturadas, pois, se basearam em um roteiro previamente elaborado, mas permitiram e incentivaram que os participantes discorressem livremente sobre questões emergentes relacionadas ao tema central da pesquisa, possibilitando maior profundidade e flexibilidade na coleta de dados (Triviños, 1987; Minayo, 2014).

Complementarmente, Minayo (2014) destaca que a entrevista, enquanto técnica qualitativa, permite apreender significados, percepções e interpretações dos sujeitos acerca do fenômeno investigado, contribuindo para a compreensão aprofundada da realidade estudada.

No que concerne ao nível de estruturação, adotou-se a abordagem classificada por Flick (2009) como entrevista informal, caracterizada por uma estrutura mínima, distinguindo-se da conversação casual pelo objetivo sistemático

de coleta de dados. Segundo o autor, esse tipo de entrevista possibilita obter uma visão geral do problema investigado, bem como identificar aspectos relevantes das percepções, experiências e trajetórias dos participantes (Flick, 2009).

As entrevistas foram 100% *online* via *Google Meet*, gravadas mediante autorização prévia dos participantes e, posteriormente, transcritas na íntegra, de modo a assegurar a fidedignidade das informações e subsidiar a sua análise sistemática. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a transcrição integral constitui etapa fundamental para garantir a precisão dos dados e apoiar sua interpretação analítica. O roteiro das entrevistas encontra-se disponível no item Apêndice C, ao final desta dissertação.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, procedeu-se à análise integrada das respostas obtidas por meio dos questionários, das entrevistas semiestruturadas e dos documentos institucionais, constituindo o corpus empírico desta dissertação. Os resultados alcançados, articulados à análise da pesquisa bibliográfica, são apresentados no Capítulo 4 deste trabalho.

Na etapa final do trabalho, foram constituídas categorias analíticas, e os dados foram organizados em unidades menores, possibilitando a identificação de padrões e tendências, conforme orientações da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Esse procedimento permitiu analisar as formas de registo e divulgação das memórias apreendidas por meio das narrativas sobre as ações destinadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos IFRS pelos servidores que atuam nos Neabis. A análise evidenciou, ainda, as ferramentas utilizadas, os mecanismos de controle e os processos de sistematização dessas informações.

#### 4 ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

Após a etapa de coleta de dados, a fase subsequente envolveu a análise e interpretação dos dados coletados, etapas que, embora conceitualmente distintas, articulam-se de forma complementar no percurso investigativo. Contudo, buscou-se ir além da descrição dos resultados, articulando-os com o referencial teórico que fundamenta a pesquisa.

A análise dos dados não se limitou a um simples exame descritivo, mas envolveu um processo reflexivo e interpretativo que procurou compreender os significados mais profundos dos dados, identificar convergências e contradições, e contextualizar as evidências empíricas à luz de conceitos teóricos.

A análise refere-se ao processo sistemático de organização, categorização e tratamento dos dados, enquanto a interpretação consiste na atribuição de significados aos resultados à luz dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico que a fundamenta. A explicação desse processo descreve que:

[...] a análise de dados tem como finalidade compreender as informações obtidas, confirmar ou refutar os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, além de aprofundar o conhecimento acerca do objeto de estudo, articulando-o ao contexto cultural ao qual pertence (Minayo, 2002, p. 69).

Nesse sentido, a análise dos dados ultrapassa o mero exame descritivo das informações coletadas, assumindo um caráter interpretativo e reflexivo, na medida em que contribui para a construção de um conhecimento mais consistente e teoricamente fundamentado acerca do objeto investigado. Configura-se, portanto, como uma etapa essencial para o avanço da área de estudo.

**Procedimentos de Coleta de Dados:** Em relação aos procedimentos de produção de dados, inicialmente foram realizadas entrevistas semiestruturadas, sendo entrevistados os coordenadores dos Neabis de quatro campi: Bento Gonçalves, Sertão, Osório e Porto Alegre. Todos os participantes possuíam experiência direta no armazenamento, organização e divulgação das ações voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

As entrevistas ocorreram de forma remota, conduzida por meio de vídeo chamada previamente agendada na plataforma *Google Meet*, em consonância com a disponibilidade e as condições de acesso de cada participante. Tal estratégia conferiu maior flexibilidade ao processo de coleta de dados, favorecendo a

participação dos sujeitos envolvidos e assegurando a continuidade do percurso investigativo. Os tópicos abordados durante as entrevistas foram previamente definidos e encontram-se descritos no item Apêndice C desta dissertação, o que contribuiu para a sistematização das informações obtidas e para a coerência com os objetivos da pesquisa.

Os participantes que aceitaram colaborar com o estudo possuíam experiência direta no armazenamento, na organização e na divulgação das memórias relacionadas às ações desenvolvidas no âmbito dos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas. Tal experiência contribuiu de forma significativa para a compreensão dos conhecimentos construídos e mobilizados no desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como para a análise das práticas institucionais relacionadas à preservação e à disseminação dessas memórias.

Para essa etapa da coleta de dados, os responsáveis pelos Neabis do IFRS, vinculados a quatro *campi*, foram formalmente convidados por meio de correio eletrônico ou *Whatsapp*, nos quais constavam anexados o Projeto de Pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Do total de convidados, cinco aceitaram participar, o que corresponde a 83% da população considerada, constituindo, assim, a amostragem do estudo no que se refere às entrevistas.

Além disso, como procedimento complementar de produção de dados, foi aplicado um questionário composto por questões abertas e fechadas, direcionado aos coordenadores dos Neabis dos 17 *campi* do IFRS e da Reitoria.

A aplicação se deu por meio de formulário eletrônico elaborado na plataforma *Google Forms*, conforme apresentado no item Apêndice B desta dissertação. A escolha desse ambiente virtual justifica-se por oferecer recursos que asseguram maior organização das respostas, controle do acesso dos participantes e preservação da segurança e da confidencialidade das informações coletadas, aspectos fundamentais no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas.

Os servidores participantes foram previamente contatados por telefone e, posteriormente, receberam por correio eletrônico o *link* de acesso ao questionário, acompanhado das orientações necessárias para o seu preenchimento. Trata-se de profissionais que possuem experiência direta nas ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS, especialmente no que se refere à implementação, ao acompanhamento e à sistematização de iniciativas voltadas às memórias das ações destinadas ao acesso,

permanência e êxito de estudantes indígenas. Esse contato qualificou as informações fornecidas e contribuiu para a consistência dos dados obtidos.

Para o tratamento dos dados provenientes das entrevistas, procedeu-se à análise qualitativa do conteúdo das transcrições. Inicialmente, os dados foram organizados em unidades menores de significado, o que possibilitou a identificação de padrões e tendências recorrentes nas falas dos participantes, a partir das respostas às questões abertas, sendo elas: falta de apoio institucional à divulgação das ações/memórias dos Neabis; falta de apoio institucional para viabilizar visitas junto às comunidades indígenas; dificuldades de acesso às informações, relacionadas à falta de documentação sistematizada e à inexistência de um repositório destinado ao armazenamento e à divulgação das ações desenvolvidas.

Os participantes apontaram, ainda, a carência de acompanhamento dos estudantes indígenas e a necessidade de um acolhimento institucional mais adequado, bem como a falta de um olhar diferenciado para os alunos cotistas, especialmente no que se refere aos estudantes indígenas.

Destacou-se, igualmente, a ausência de um espaço de memória das ações realizadas nos Neabis e de um local apropriado para manter registros e relatórios das atividades, seja em formato físico ou digital. Nesse sentido, foi mencionada a possibilidade de utilização de um drive institucional, desde que houvesse acesso às informações. Por fim, as falas indicaram dificuldades relacionadas ao acesso às memórias e às informações institucionais, além de sugestões voltadas para a melhoria dos processos e para a facilitação do acesso às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS.

Para a análise dos dados provenientes do questionário, realizou-se, inicialmente, uma leitura exploratória do material coletado, com o objetivo de possibilitar uma aproximação geral com os documentos selecionados. Essa etapa corresponde ao que Bardin (2016) denomina leitura flutuante, na qual o pesquisador se deixa atravessar por impressões iniciais, percepções, conhecimentos e expectativas acerca do conteúdo analisado.

Na sequência, procedeu-se a uma análise reflexiva e interpretativa, selecionando-se as informações que apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa. As questões do questionário foram descritas de forma sintética, visando à clareza e à objetividade na apresentação dos dados. Em alguns momentos, optou-se pela transcrição integral das falas dos participantes, a fim de

preservar o sentido e a expressividade dos discursos, conforme orientam Bardin (2016) e Minayo (2014), no âmbito da pesquisa qualitativa.

Em conformidade com os preceitos éticos que regem as pesquisas envolvendo seres humanos e conforme estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantiu-se o anonimato dos participantes. Para tanto, os sujeitos foram identificados por meio de códigos alfanuméricos, sendo utilizados os termos entrevistado 1 (E1), entrevistado 2 (E2), entrevistado 3 (E3) e assim sucessivamente, de modo a preservar sua identidade e confidencialidade.

A seção subsequente será destinada à apresentação e à análise dos dados obtidos nesta pesquisa, com ênfase nos registros identificados ao longo do processo investigativo.

#### 4.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Inicialmente, procedeu-se à transcrição dos áudios das entrevistas realizadas com cinco servidores, representantes dos Neabis de quatro campi do IFRS, os quais possuem ou já possuíram estudantes indígenas em suas unidades.

Para a realização desse procedimento, utilizou-se a ferramenta online de Inteligência Artificial (IA) TurboScribe. As entrevistas tiveram como objetivo investigar o papel dos Neabis no que se refere às memórias apreendidas por meio das narrativas sobre as ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas pelos servidores vinculados aos Neabis no âmbito do IFRS, considerando os instrumentos de armazenamento e divulgação dessas ações, bem como as dificuldades enfrentadas por pesquisadores e extensionistas para localizar tais informações.

Na sequência, realizou-se a análise qualitativa do conteúdo transcrito, com a segmentação dos dados em unidades menores de significado, a fim de identificar padrões e tendências nas respostas às questões abertas, conforme detalhado no Apêndice C desta dissertação.

A análise das transcrições das entrevistas permitiu a identificação de questões-chave emergentes das perguntas abertas, possibilitando a constituição de unidades de análise orientadas à compreensão das percepções e dos procedimentos relacionados às memórias das ações em questão. Ademais, buscou-

se compreender as formas pelas quais essas memórias institucionais são armazenadas e divulgadas, bem como os desafios associados a esses processos.

As unidades de análise foram construídas a partir das questões abertas do roteiro de entrevistas, permitindo sistematizar as percepções e os procedimentos relacionados às memórias das ações, bem como às formas de armazenamento e divulgação dessas informações. De acordo com Triviños (2015), esse processo de categorização contribui para a transformação dos dados empíricos em informações analíticas, favorecendo uma compreensão aprofundada da realidade investigada.

A primeira unidade de análise refere-se à trajetória dos participantes dos Neabis, buscando compreender o modo de ingresso nos Núcleos e as funções atualmente exercidas nos campi do IFRS em que atuam. A consideração dessas trajetórias institucionais é fundamental para a interpretação das falas, uma vez que, conforme destaca Minayo (2014), os discursos dos sujeitos são produzidos a partir de suas experiências e posições no contexto organizacional.

A segunda unidade de análise concentrou-se na atuação dos entrevistados nos Neabis, investigando a ocupação de cargos, os critérios de escolha e os procedimentos institucionais envolvidos, como convites, editais ou outras formas de designação. Essa análise permitiu compreender aspectos da organização e do funcionamento dos Núcleos, evidenciando práticas que influenciam diretamente a continuidade e a sistematização das ações desenvolvidas.

As informações oriundas da primeira e da segunda unidades de análise contribuíram de forma significativa para a compreensão das unidades analíticas subsequentes, ao fornecerem elementos contextuais indispensáveis à interpretação das práticas e percepções dos sujeitos investigados.

A terceira unidade de análise teve como foco a percepção dos participantes acerca da forma como as informações relativas às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS são armazenadas e disponibilizadas ao conhecimento do público interessado. Conforme Bardin (2016), a análise de conteúdo possibilita identificar tanto os elementos explícitos quanto os sentidos subjacentes às falas, revelando diferentes níveis de institucionalização dessas práticas nos campi investigados.

**Quadro 1** - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 3

<b>Pergunta 03: Qual é a sua percepção geral sobre a forma como as informações referentes às memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS, são armazenadas e disponibilizadas ao conhecimento das pessoas interessadas no tema?</b>	
E 1	Quanto aos estudantes indígenas, eu acho, que quando eu assumi a coordenação a gente não tinha nada documentado, nenhum registro de ação, apenas tinha alguns PEIs.
E 2	Falta de informação; não existe divulgação. Falta de controle adequado das ações, das memórias, nunca teve um local adequado onde foram guardadas as informações. Falta adaptação especial para os estudantes indígenas, então, o indígena tem que se adaptar ao nosso meio. E o que que acontece? Eles ingressam e daqui a pouco eles não se sentem bem e eles evadem.
E 3	O armazenamento das informações, digamos um registro histórico muito precário; hoje é feito no Drive, mas continua precário.se a informação está, por exemplo, num disco rígido, a possibilidade de perder é alta na medida que outra pessoa vai usar aquele equipamento; O Drive também, não é o ambiente seguro, adequado para salvar as memórias das ações.
E 4	Por exemplo, se eu for consultar hoje as ações que foram feitas em 2018, vai estar disponível onde? No site; todas elas? Não, tem muitas que elas se perdem por não ser divulgadas; por não ter um espaço adequado de armazenamento.
E 5	Eu acho que falta que a gente crie um instrumento que organize essas informações de forma adequada e disponibilize isso, por exemplo, uma aba no site institucional; o que tem, tinha até em 2023, por exemplo, era tudo em papel, e com o tempo se torna inviável, a gente tinha que pesquisar alguma coisa, a gente não sabia onde. aí adotamos, por conta própria, aqui no campus, eu não sei falar dos outros, mas aqui no campus nós adotamos o drive, é um drive vinculado ao e-mail do núcleo.

**Fonte:** o autor (2026).

Com base na análise das respostas dos cinco entrevistados, apresentadas no Quadro 1, referentes à percepção geral sobre a forma como as informações relacionadas às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis, no âmbito do IFRS, voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas são armazenadas e disponibilizadas ao público interessado, foi possível identificar convergências significativas nas falas.

No que concerne ao armazenamento e à divulgação dessas memórias institucionais, a totalidade dos entrevistados (E1, E2, E3, E4 e E5) apontou a inexistência de um instrumento institucional adequado destinado à organização,

preservação e socialização das informações. As respostas evidenciam que não há um sistema estruturado capaz de assegurar tanto o registro histórico das ações quanto a sua ampla divulgação, o que resulta na fragmentação, perda ou invisibilização de parte significativa das iniciativas desenvolvidas.

Conclui-se, portanto, que a ausência de mecanismos institucionais formais para o armazenamento e a divulgação das memórias das ações dos Neabis compromete a preservação da memória institucional, dificulta o acesso às informações por parte da comunidade interna e externa e limita a avaliação contínua das políticas e ações voltadas aos estudantes indígenas no âmbito do IFRS.

Na sequência, são apresentadas, no Quadro 2, as respostas dos entrevistados para a quarta questão analisada nesta unidade:

**Quadro 2** - análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 4

<b>Pergunta 04: Quais dificuldades organizacionais você identifica nos processos de armazenamento e divulgação das informações referentes às memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS?</b>	
E1	Não tem nenhum tipo de memória armazenado de forma que possa ser acessado, o armazenamento é feito através de Google drive; Falta de recursos; eu vejo como muita dificuldade, as demandas institucionais são muitas as que a gente tem, então, eu nunca tive as 8 horas para dedicar ao Neabi, então o meu trabalho no Neabi sempre ficou extremamente prejudicado. Trabalho de acompanhamento aos alunos indígenas, o máximo que eu consegui cadastrar no meu plano de trabalho foi de uma hora por semana. Então uma hora semanal não é suficientemente para mim fazer um acompanhamento adequado de verdade; acúmulo de tarefas; falta de apoio institucional; todas as visitas à aldeia indígena foram feitas em veículos particulares dos servidores; não existe servidor com carga horária disponível para realização de tarefas; falta de pessoas com experiência e conhecimento que trate das políticas de permanência dos estudantes indígenas e com conhecimento sobre cultura indígena. Então eu acho, que, sendo um pouco incisiva, a principal dificuldade é essa, a falta de efetivo apoio institucional. A inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes indígenas não me parece ser uma prioridade do Instituto Federal como um todo. Falta um sistema adequado de armazenamento das ações dos Neabis e formas de divulgação.
E2	Assim, no site sempre foi divulgado a abertura do processo seletivo para indígenas, mas assim, você sabe que para acessar o site, tanto da reitoria quanto dos <i>campi</i> , é um processo que você tem que aprender como acessar as entrelinhas, porque a gente nunca chega na real comunicação ali, porque você vai entrando de uma janela, passa para outra janela e assim vai. Então, eu acho que está faltando dentro dos <i>campi</i> algo mais que chame os

	indígenas e que acolha.
E3	Hoje não há uma garantia 100% da preservação de atas, de fotografias e outros documentos, das memórias das ações dos Neabis. Não possui um sistema adequado.
E4	Hoje, muitas vezes, a gente utiliza o próprio site do campus como repositório, então, a memória das ações que a gente faz, a gente procura todas elas mandar para a publicação no site do campus, a gente tem divulgado as ações e criado a memória pela conta do Instagram; falta de institucionalização dessas memórias. O drive a gente concentra mais na questão do documental mesmo.
E5	A falta de uma padronização, nós não temos diretrizes em <i>inter campi</i> , que definam esses processos, então cada campus faz de uma forma, tem campus que inclusive pode nem estar fazendo, só que nós não temos diretriz, aí fica a critério de cada coordenação, que pode usar DRIVE, que pode usar papel, que pode usar um almoxarifado, sei lá, um armário, então é tudo muito avulso, e essa questão de estar avulso dificulta o acesso para buscar as informações, porque pode se perder material, pode ser difícil catalogar, difícil achar os espaços para ser catalogados e divulgados.

**Fonte:** o autor (2026)

A quarta unidade de análise concentrou-se nas dificuldades organizacionais apontadas pelos entrevistados nos processos de armazenamento e divulgação das informações relacionadas às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis.

Essa unidade buscou compreender de que modo tais fragilidades impactam a sistematização e a preservação dos registros institucionais referentes às ações do IFRS.

A análise das respostas à quarta questão evidenciou que, conforme mencionado pela maioria dos entrevistados (E1, E2, E3, E4 e E5), de modo geral, os sujeitos apontam a inexistência de um sistema institucional adequado para o registo, preservação e disponibilização dessas memórias.

O armazenamento das informações ocorre, predominantemente, de forma fragmentada, utilizando-se ferramentas como o Google Drive, páginas institucionais dos campi e redes sociais, especialmente o Instagram. No entanto, tais estratégias são adotadas de maneira isolada e não institucionalizada, o que compromete a garantia de preservação integral de documentos, como atas, fotografias e demais registros históricos das ações realizadas.

Outra dificuldade amplamente mencionada refere-se à ausência de padronização e de diretrizes intercampi que orientem os processos de

armazenamento e divulgação das memórias dos Neabis. A falta de normativas institucionais faz com que cada campus adote procedimentos próprios, que variam desde o uso de ambientes digitais até o arquivamento físico em locais improvisados. Essa diversidade de práticas contribui para a dispersão das informações, dificulta a catalogação, o acesso e a recuperação dos dados e aumenta o risco de perda de material relevante.

As falas também evidenciam limitações relacionadas aos recursos humanos e institucionais. Destacam-se o acúmulo de tarefas atribuídas aos servidores, a inexistência de carga horária específica destinada às atividades do Neabi, a falta de pessoal com formação e experiência nas políticas de permanência de estudantes indígenas e o reduzido apoio institucional. Em alguns casos, as ações de acompanhamento aos estudantes indígenas são realizadas com carga horária mínima, insuficiente para garantir um acompanhamento efetivo, além de dependerem de iniciativas individuais dos servidores, inclusive com a utilização de recursos próprios, como veículos particulares para visitas às aldeias.

No que diz respeito à divulgação das ações, os entrevistados apontam que, embora informações como a abertura de processos seletivos para estudantes indígenas sejam divulgadas nos sítios institucionais, a navegação nesses ambientes é considerada pouco acessível e pouco intuitiva, o que dificulta o alcance efetivo do público indígena. Tal situação reforça a percepção de fragilidade nas estratégias de comunicação e acolhimento, bem como a ausência de espaços institucionais que promovam visibilidade, pertencimento e reconhecimento das ações desenvolvidas.

Diante desse conjunto de elementos, as respostas indicam que a principal dificuldade organizacional reside na falta de apoio institucional efetivo e na ausência de políticas consolidadas que priorizem a inclusão, a permanência e o êxito dos estudantes indígenas. Essa condição impacta diretamente a institucionalização das memórias das ações dos Neabis, fragilizando tanto a gestão da informação quanto a consolidação de uma memória institucional consistente no âmbito do IFRS.

Na sequência, são apresentadas, no Quadro 3, as respostas dos entrevistados para a quinta questão analisada nesta unidade:

**Quadro 3** - Análise das respostas dos entrevistados para a pergunta 5

<b>Pergunta 05:</b> Quais sugestões você considera relevantes para aprimorar o armazenamento e o
--

acesso às informações e fortalecer as estratégias de divulgação dessas ações/iniciativas?	
E 1	<p>Hoje no mínimo a gente deveria manter uma organização em cada Neabi de registros e relatórios das atividades do seu Neabi. Que seja no drive, mas que a gente tenha acesso a alguma coisa. Porque quando eu assumi a coordenação, eu senti essa dificuldade muito grande de não ter nenhum tipo de registro, de encontrar algo. Porque a gente tem essa coisa muito pessoalizada, tinha coisas que antigamente as ações eram coordenadas por uma pessoa, e aí fica tudo somente com essa pessoa. Um repositório seria bem importante para armazenamento das memórias das ações dos Neabis; garantia de carga horária para a pessoa que estiver fazendo esse acompanhamento e para os docentes desses estudantes indígenas; o Neabi precisa ter um recurso financeiro que possa utilizar, para poder ter um recurso de viabilizar alguma coisa;</p>
E 2	<p>Eu acho que teria que ser uma coisa pública, algo dentro do campus, sei lá, uma extensão da página do campus, sei lá, um recorte na página do campus, onde falasse sobre os núcleos e um espaço de memória das ações; eu acho que teria que ter um repositório, onde todas essas informações fossem guardadas, até que outros núcleos pudessem ter acesso, que daí a gente às vezes, muitas coisas que eu fiz, poderá servir para outros núcleos. As pessoas podem acessar essas informações de outros lugares e dizer, “ah, que legal o Neabi tal fez uma ação bacana, vamos poder replicar no nosso núcleo”.</p> <p>Então, assim, eu acho que é isso que precisa ser feito também, um repositório onde existam informações de documentos, informações de relatórios e que fique disponível para outros núcleos.</p>
E 3	<p>Eu acho que o IFRS deveria pensar numa forma, num sistema para arquivamento e trabalhar com os Neabis. Por exemplo, um repositório; ter esse acompanhamento, por exemplo: das Atas dos Neabis, das reuniões, todas, não que os Neabis não possam ter um arquivamento próprio em cada campus, mas obrigatoriamente, envia, digamos para essa central, as atas, as fotos etc.; um sistema central, um repositório e que se construísse uma política, que os Neabis encaminhassem para esse mesmo local, fotos, ata, e outras formas de registro que ocorrem; então isso, eu acho para a manutenção da memória seria a forma mais eficaz. O IFRS deveria ter digamos um local seguro, “ocorreu alguma coisa” bom, tem backup; ter sistemas de backup, etc. Que não vai perder digamos essa memória; eu acho que essa é uma ação fundamental, e pelo que estou vendo, entendendo, digamos ela continua recorrente, não seria algo difícil. Agora isso do ponto de vista para a manutenção da nossa história como Neabis do IFRS ficaria maravilhoso.</p>
E 4	<p>Acho que a gente tem que ter essa institucionalização dessas memórias; e também tenho esse entendimento que o site seja um repositório do que foi feito.</p>
E 5	<p>Eu acho que primeiramente o estabelecimento de uma diretriz, de um fluxo institucional, que</p>

	<p>seja padrão, uma narrativa diferente, e o diálogo e a ação conjunta entre outros setores da instituição, que deem o subsídio para o Neabi fazer essa tarefa de acompanhamento, de registro, divulgação de informações. Um instrumento institucional, investimento em tecnologia, em tecnologia de informação, para a gente ter esses repositórios, e inclusive se a gente considerar essa divulgação para a comunidade externa, isso se faz por meio de site, por meio de interfaces institucionais.</p>
--	---

**Fonte:** o autor (2026).

A análise das respostas à quarta questão, mencionadas pela totalidade dos entrevistados (E1, E2, E3, E4 e E5), evidenciou fragilidades nos processos de organização, armazenamento e divulgação das informações referentes às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis. Essas fragilidades manifestaram-se, sobretudo, na ausência de procedimentos padronizados, na dispersão dos registros e na personalização das informações, frequentemente concentradas sob a responsabilidade de indivíduos específicos, comprometendo a preservação da memória institucional e a continuidade das ações.

Diante desse diagnóstico, a quinta unidade de análise reuniu as sugestões apresentadas pelos participantes com vistas à superação dessas fragilidades, direcionando-se ao aprimoramento do armazenamento, do acesso às informações e ao fortalecimento das estratégias de divulgação das ações e iniciativas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS. As proposições evidenciaram a necessidade de institucionalização dos processos de registro e memória, por meio da criação de repositórios institucionais, da definição de fluxos padronizados e da ampliação da visibilidade das ações em espaços institucionais oficiais.

Essas contribuições constituíram subsídios empíricos fundamentais para a concepção do Produto Educacional desta pesquisa, o qual se apresenta como uma resposta aplicada às fragilidades identificadas. Ao incorporar diretrizes para a organização, preservação e disseminação das memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS, o Produto Educacional visa fortalecer a continuidade das ações, a socialização de práticas entre os núcleos e a consolidação das políticas de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no IFRS, evidenciando o caráter interventivo e aplicado da pesquisa, conforme os pressupostos do ProfEPT.

## 4.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS DO QUESTIONÁRIO

Esta etapa da pesquisa correspondeu à coleta e à análise dos dados obtidos por meio da aplicação de um questionário elaborado na plataforma Google Forms (Apêndice B), composto por questões fechadas e abertas. Embora as perguntas não fossem de preenchimento obrigatório, foram consideradas relevantes para a compreensão do fenômeno investigado, uma vez que possibilitaram a obtenção de informações objetivas e a apreensão de percepções subjetivas dos participantes acerca do objeto de estudo.

O questionário foi estruturado em doze seções, organizadas em consonância com os objetivos específicos do estudo, o que favoreceu a sistematização das respostas e subsidiou o processo de análise e interpretação dos dados. Conforme destaca Gil (2019), o questionário constitui uma técnica amplamente utilizada em pesquisas sociais, pois possibilita a coleta de dados relacionados a conhecimentos, opiniões, crenças, atitudes e percepções dos sujeitos investigados, permitindo abordagens de natureza quantitativa e qualitativa.

No que se refere às questões fechadas, os dados foram organizados e analisados por meio de procedimentos descritivos, possibilitando a identificação de frequências, recorrências e tendências nas respostas. Esse tipo de tratamento permitiu evidenciar aspectos relacionados à existência, à forma e à frequência das práticas de armazenamento e divulgação das memórias das ações desenvolvidas nos Neabis. Conforme assinala Gil (2018), a análise descritiva contribui para a identificação de padrões gerais observados no conjunto dos participantes, oferecendo subsídios para a compreensão do fenômeno investigado.

As respostas às questões abertas foram submetidas a um processo de análise qualitativa, com o objetivo de compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às práticas de armazenamento e divulgação das memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS. Nesse sentido, Bardin (2016) destaca que a análise de conteúdo possibilita a interpretação sistemática das comunicações, permitindo inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens. Complementarmente, Triviños (2012) ressalta que a análise qualitativa favorece a apreensão da realidade investigada a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, valorizando suas narrativas, vivências e experiências.

Diante desse contexto, após o mapeamento do perfil dos participantes, a análise concentrou-se na compreensão da relação dos sujeitos com os Neabis. Para tanto, foi apresentada aos participantes dos Neabis dos 17 *campi* do IFRS a questão aberta “Conte-me a sua relação com o Neabi”, a qual obteve nove respostas. Ressalta-se que o questionário não possuía caráter obrigatório, razão pela qual nem todos os representantes dos dezessete *campi* e da reitoria participaram desta etapa.

As respostas foram sistematizadas e organizadas de modo a evidenciar as percepções, trajetórias e formas de vinculação dos sujeitos aos Neabis. Assim, o Quadro 4 apresenta a síntese das respostas dos participantes, constituindo um elemento central para a análise desta unidade, ao permitir a visualização das diferentes relações estabelecidas com os Núcleos no âmbito do IFRS.

**Quadro 4** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 1

<b>1 - Conte-me sua relação com o Neabi.</b>	
E1	No final do ano de 2022 integrei a comissão de heteroidentificação do Campus, me aproximando às discussões e demandas do Neabi. No início de 2023 integrei o núcleo e em agosto de 2023 assumi a função de coordenador do núcleo.
E2	Estou como coordenadora neste ano de 2024, mas participei anteriormente de 2019 a 2021. Em 2022 saí e 2023 o Campus ficou sem coordenação e sem funcionamento do Núcleo.
E3	Coordenador/a e assessor/a na Assessoria de Relações- Étnico-Raciais (ARER)
E4	Desde que cheguei no Campus Viamão, comecei a atuar no NAAF, pois, não havia Neabi constituído. Este ano criamos o Neabi e passei a compor.
E5	Participo do Neabi do Campus Porto Alegre desde 2020. Em 2020 apenas participei de algumas reuniões. Em 2021 e 2022 coordenei ações de extensão (projetos e eventos), graças à colaboração do então colega e aluno com conhecimento de história e cultura africanas. Coordenei estas ações porque eu era a única servidora efetiva da equipe. Em 2022 aceitei ficar na vice coordenação do Núcleo e, diante da desistência da então coordenadora, assumi a coordenação.
E6	Atualmente, atuo na coordenação do núcleo, porém meu primeiro contato no Campus Farroupilha, se deu por conta do programa de auxílios promovidos pela CAE.
E7	Membro desde 2015
E8	Fui coordenadora de 2013 a março de 2024

E9	Eu faço parte da portaria do Neabi
----	------------------------------------

**Fonte:** o autor (2026)

No que se refere à organização do instrumento de pesquisa, a primeira questão do questionário teve como objetivo compreender a relação dos participantes com os Neabis, considerando suas trajetórias institucionais, formas de ingresso e funções exercidas ao longo do tempo.

A análise das respostas evidencia percursos distintos, marcados por diferentes níveis de envolvimento e responsabilidades assumidas nos Núcleos. Observa-se que parte dos participantes ingressou nos Neabis a partir de experiências institucionais prévias relacionadas a políticas de ações afirmativas e inclusão, como a atuação em comissões de heteroidentificação (E1) e o envolvimento com programas de assistência estudantil (E6). Esses percursos revelam a aproximação inicial com as pautas étnico-raciais e indígenas por meio de demandas institucionais específicas, que posteriormente se desdobraram na participação ativa e, em alguns casos, na assunção de funções de coordenação dos Núcleos.

Outro grupo de respondentes apresenta trajetórias caracterizadas pela atuação direta na coordenação ou na assessoria institucional dos Neabis, incluindo participantes que exerceram ou exercem funções de coordenação por períodos prolongados (E2, E3, E5, E8), bem como aqueles que assumiram cargos de liderança em contextos de fragilidade organizacional dos Núcleos, como a ausência de coordenação formal ou a redução do funcionamento institucional (E2, E5). Tais relatos evidenciam a centralidade do engajamento individual para a manutenção das ações desenvolvidas nos Neabis dos *campi* do IFRS.

Destacam-se, ainda, trajetórias vinculadas à constituição e consolidação dos Núcleos, como no caso de participantes que atuaram inicialmente em outros núcleos ou coletivos (E4) e posteriormente integraram o Neabi após sua formalização institucional, bem como membros com longa permanência nos Núcleos, cuja participação remonta a períodos anteriores à consolidação das políticas institucionais atuais (E7, E8).

Por fim, há participantes cuja relação com o Neabi se dá por meio da designação formal em portaria institucional (E9), o que indica diferentes formas de

vinculação — tanto por engajamento voluntário quanto por atribuição administrativa — coexistindo no âmbito dos Núcleos. De modo geral, as trajetórias evidenciam que as percepções expressas pelos sujeitos sobre as práticas de armazenamento e divulgação das memórias institucionais estão diretamente relacionadas às experiências vivenciadas, às funções exercidas e ao tempo de atuação nos Neabis, reforçando a importância da caracterização do perfil dos participantes como etapa fundamental para a interpretação dos dados, conforme apontam Minayo (2014) e Triviños (2012).

Avançando para a segunda seção do questionário, a análise passa a focalizar informações relativas aos estudantes indígenas atendidos no âmbito dos *campi*.

Nesse sentido, foi apresentada aos participantes dos Neabis a seguinte questão: “Sobre os estudantes indígenas, quantos já ingressaram? Quantos obtiveram êxito e concluíram os cursos nos quais ingressaram?”

As respostas a essa pergunta foram sistematizadas e organizadas a seguir no Quadro 5, o qual permite visualizar os dados informados pelos sujeitos e subsidiar a análise acerca do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes indígenas no IFRS.

**Quadro 5** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 2

<b>2 - Sobre os estudantes indígenas, quantos já ingressaram? Quantos obtiveram êxito e concluíram os cursos que ingressaram?</b>	
E1	Não tenho um número preciso para informar neste momento, tendo em vista que tenho dois anos de serviço público prestado no IFRS/Sertão e menos de um ano à frente do núcleo. Sobre o êxito e conclusão dos cursos, até onde tenho conhecimento, são poucos aqueles que efetivamente concluem os cursos que se propõem a cursar.
E2	Tivemos 2 indígenas Kaingang ingressando no Curso de Enfermagem em 2020, sendo que uma saiu já no primeiro semestre e outra desistiu ano passado. Neste ano, temos uma Indígena Guarani no curso de Enfermagem, um aluno no curso integrado Médio em eletrotécnica e um em Fabricação Mecânica, ambos Kaingang.
E3	18 estudantes ingressaram, hoje há 6 matriculados no Campus Viamão. No IFRS como um todo, até 2022 tínhamos o levantamento de 81 estudantes indígenas ingressantes e matriculados em nossos <i>campi</i> .
E4	Tivemos 9 ingressantes, dois.

E5	Mais de 20 estudantes ingressaram e até o momento nenhum estudante indígena concluiu seu curso.
E6	Pelos registros, os primeiros ingressos foram no ano de 2020. Já estiveram com matrícula no Campus treze indígenas. Numa visão geral: três no EM Integrado; dois no técnico subsequente; Sete no superior e um na pós-graduação. Nenhum estudante indígena concluiu até o momento. Estão, atualmente, matriculados 9 indígenas; um do médio integrado; um no pós-graduação e sete no superior.
E7	Dois ingressantes, sem conclusão.
E8	Não tenho o número exato, ao que me lembro são 12 indígenas e quase todos desistiram, restando somente um que continua na formação.
E9	Desconheço essa informação. Não recordo de ter tido estudantes indígenas

**Fonte:** o autor (2026).

As respostas evidenciam diferentes níveis de conhecimento e sistematização das informações por parte dos sujeitos. Em alguns casos, os participantes relatam a inexistência de dados precisos, associando essa limitação ao curto tempo de atuação no núcleo ou à ausência de registros consolidados (E1, E8 e E9).

Outros respondentes apresentam dados mais detalhados, indicando números de ingressantes, situações de evasão, permanência e distribuição dos estudantes por nível de ensino (E2, E3 e E6).

Conclui-se, portanto, que, embora haja registros de ingresso de estudantes indígenas em distintos *campi*, os relatos apontam para um número reduzido — ou inexistente — de conclusão de curso até o momento (E4, E5 e E7), o que sinaliza fragilidades nos processos de permanência e êxito acadêmico desses estudantes.

Destaca-se também a diversidade de realidades institucionais, com variações significativas quanto ao número de ingressantes e à continuidade dos vínculos acadêmicos.

A terceira seção do questionário a seguir no Quadro 6, buscou identificar a existência de ações formativas promovidas nos Neabis voltadas à preparação de professores e demais servidores para a atuação junto aos estudantes indígenas, bem como os resultados percebidos a partir dessas iniciativas. Para tanto, foi apresentada aos participantes a seguinte questão:

**Quadro 6 - Análise das respostas do questionário para a pergunta 3**

<b>3 - Há alguma formação do Neabi voltada aos professores para atuarem com os estudantes indígenas? Relate quais são e que resultados são obtidos:</b>	
E1	Desde o ano passado propusemos formações pedagógicas para os docentes e também para todos os servidores do Campus em relação à educação antirracista e também situações específicas aos estudantes indígenas. A proposição de aproximação das comunidades com o Campus, apresentações culturais das mesmas junto dessas formações, exposição e venda de produtos artesanais também são ações propostas. Também neste ano de 2024 fizemos uma ação junto dos estudantes dos cursos noturnos (que possui a maior população de estudantes indígenas do Campus) de acolhida e relatos de estudantes egressos dos cursos do Campus e estudantes ainda em formação. Tenho percebido um envolvimento dos servidores e uma atenção maior (mesmo que discreta) sobre as questões das comunidades indígenas e população negra que acessa o Campus.
E2	Aqui em Rio Grande faltam pessoas capacitadas ou disponibilidade para formação dos professores. Inclusive, tentei contato com a professora Letícia da Furg e ela me relatou que não há mais Neabi nessa Universidade, e era onde buscava alguém para desenvolver ações como formação no Campus. Exatamente quando estava organizando a acolhida dos estudantes indígenas, pois eles ingressaram 5 semanas após o início do ano letivo, tivemos a greve no Campus e desde 16/04 o calendário suspenso. No entanto, está havendo um movimento por parte do Curso de enfermagem e coordenação pedagógica e Neabi no desenvolvimento de um PEI para a aluna da enfermagem pois ela tem muita dificuldade com o português e estava relatando dificuldade na compreensão dos conteúdos ministrados no Curso. Essa aluna ingressou no grupo do Neabi e já participou, ainda que timidamente, de uma reunião do Núcleo. Vamos propor aulas de português como reforço com um bolsista voluntário, mas foi interrompido com a greve. Então, infelizmente, está tudo um pouco parado.
E3	O Neabi passou a existir no Campus em 2024, até o momento tínhamos o Naaf. O Naaf realizou atividades de formação continuada e vivências com alunos e servidores na comunidade do Cantagalo. Das mais recentes, em 2023 realizamos formação na semana pedagógica com Susana Kaingang, Vivência na Comunidade Mbyá Guarani da Terra Indígena Tekoá Jata'ity, (Cantagalo). Os colegas que fazem parte do Neabis e eram membros do Naaf podem melhor informar a caminhada do grupo neste sentido.
E4	Não.
E5	Oficinas em Formação Pedagógica (2023 e 2024) Reuniões com professores e estudantes Rodas de conversa abertas à comunidade acadêmica. Estas atividades são realizadas nos Neabi em parceria com a CAE (eu e uma servidora da CAE). Conversas, reuniões e trocas de e-mails e mensagens com professores. Até o momento, estas ações referem-se aos estudantes mbya guarani. Não conseguimos dar conta de atender (e aprender do zero)

	simultaneamente estudantes e cultura guarani e kaingang. É difícil mensurar os resultados obtidos, mas penso que: 1) adesão maior de professores às reuniões e maior troca de ideias (levamos mais de 1 ano para conseguir realizar a 1ª reunião) 2) levantamento e maior detalhamento da diversidade de dificuldades nos processos de ensino e aprendizagem 3) levantamento de algumas estratégias de ensino e aprendizagem que parecem funcionar 4) constatação da importância de visita à aldeia indígena 5) realização de atividades relacionadas à cultura indígena desvinculadas do Neabi (considero um resultado importante pois mostra que a questão é de todos, não apenas do Neabi)
E6	No âmbito do Campus não há proposta vigente de formação formal, porém, embora não sejam obrigatórios, são realizados eventos e encontros, considerados aqui como formação continuada e humana, de temas relacionados à cultura indígena, transmitidos por eles mesmos através de suas experiências. Também a produção dos PEIs, os quais são socializados com todos os professores do curso.
E7	Aproximação com os mesmos, junto a CAE e pedagógico
E8	Não existe nenhum curso específico para isso, somente encontros ocasionais.
E9	Não tivemos nenhuma formação. O que temos mais são ações do Neabi que destacam a cultura indígena e a necessidade de respeito a estes grupos

**Fonte:** o autor (2026).

A análise das respostas à terceira questão, mencionadas pela maioria dos entrevistados (E1, E2, E3, E5 e E6), evidencia que as ações formativas promovidas nos Neabis voltadas à atuação de professores junto aos estudantes indígenas apresentam diferentes níveis de consolidação nos campi do IFRS.

De modo geral, os sujeitos apontam que, quando existentes, tais ações assumem caráter pedagógico e formativo, buscando sensibilizar a comunidade acadêmica para as especificidades culturais, linguísticas e educacionais dos estudantes indígenas.

Os relatos indicam que alguns campi desenvolvem formações pedagógicas estruturadas, oficinas, rodas de conversa, vivências em comunidades indígenas e ações integradas às semanas pedagógicas, envolvendo docentes, técnicos administrativos e estudantes (E1, E3 e E5). Nessas experiências, destaca-se a aproximação entre o campus e as comunidades, contribuindo para a construção de práticas educativas ancoradas na interculturalidade.

Por outro lado, parte dos participantes afirma não haver formações específicas voltadas aos professores ou relata que tais ações ocorrem de forma pontual e não sistematizada (E4, E8 e E9). Essa ausência de institucionalização das formações revela fragilidades na preparação docente para o atendimento às demandas educacionais dos estudantes indígenas, especialmente no que se refere às dificuldades linguísticas, pedagógicas e culturais, aspecto que dialoga com as limitações evidenciadas nos quadros anteriores.

As falas também apontam desafios de ordem estrutural e organizacional, como a escassez de profissionais capacitados, restrições de tempo e recursos, descontinuidade das ações em decorrência de greve, pandemia, entre outros fatores, e dificuldades de atender simultaneamente diferentes etnias indígenas (E2 e E5).

Ainda assim, destacam-se iniciativas de acompanhamento pedagógico individualizado, como a elaboração de Planos Educacionais Individualizados (PEIs), que, mesmo não configurando formações formais, contribuem para o compartilhamento de estratégias pedagógicas entre os docentes (E2 e E6).

Conclui-se, de modo geral, que os participantes reconhecem que as ações desenvolvidas nos Neabis têm produzido resultados positivos principalmente no campo da sensibilização da comunidade acadêmica, com maior envolvimento de professores, ampliação do diálogo entre setores e fortalecimento da compreensão de que a temática indígena deve ser assumida como responsabilidade coletiva, e não restrita exclusivamente aos Núcleos.

À luz dessas considerações e em continuidade à análise das ações desenvolvidas nos Neabis, a seção seguinte passa a abordar as estratégias relacionadas ao acompanhamento, registo e divulgação das ações e das memórias institucionais voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas.

Nesse sentido, o Quadro 7 apresenta as respostas à próxima questão do questionário, possibilitando aprofundar a compreensão acerca dos processos de organização e sistematização dessas informações no âmbito dos *campi* do IFRS.

**Quadro 7** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 4

**4 - Quais ações você recorda, de terem sido desenvolvidas nos Neabi e voltadas à**

<b>permanência e êxito dos estudantes indígenas do IFRS?</b>	
E1	Participação das ações nas comunidades; - Ações de formações com os servidores (técnicos e docentes); - Ações de doações de roupas (campanha do agasalho) junto ao DAE do Campus que atinge também a esses estudantes; - Ações articuladas de comunicação e suporte com as coordenações, docentes e DAE do Campus; - Viabilização da gratuidade na alimentação dos discentes de graduação junto ao DAE até o início do recebimento dos auxílios estudantis; - Suporte aos estudantes e proposição de um espaço de acolhimento e suporte para os mesmos (espaço da sala dos núcleos de ações afirmativas do Campus); - Ações durante o ano buscando dar visibilidade para os estudantes indígenas no mês de abril, mas também buscando outros espaços durante o ano inteiro para manter esse debate sempre em vigência no Campus.
E2	Nos anos anteriores, a aluna indígena teve aulas de português, mas ela faltava muito e falava dos seus compromissos com a sua comunidade, pois seu pai era o Cacique e ele esperava que ela tomasse a frente com ele. Ela faltava muito nas aulas do próprio curso e tinha muita dificuldade de aprendizagem. No entanto, fazíamos frequentemente reuniões com as professoras e o pai da aluna para tentar identificar as melhores formas para que ela aproveitasse o curso, mas não deu certo. Como ela saiu no meio do ano passado e não tínhamos ninguém do Neabi fique sem saber os reais motivos, apesar de supor quais são.
E3	Nas reuniões pedagógicas e de colegiado sempre se aborda estratégias de permanência para os estudantes indígenas.
E4	Nos Neabi ainda não houve, pois, a criação de fato e portaria são recentes. Mas, o NAAF sempre pontuou a temática das especificidades no conjunto gestão como um todo, elencando algumas ações: 1) Integração no calendário acadêmico (permanente), via datas NAAF da temática dos povos indígena; 2) Composição da pauta das formações pedagógicas; 3) Composição da pauta dos colegiados do Ensino médio e superior; 4) incentivo e viabilização da participação de lideranças indígenas locais no Fórum de Desenvolvimento Local; 5) Realização de campanhas de arrecadação sistemáticas de gêneros alimentícios, vestuário e cobertores para apoiar as comunidades locais; 6) Apoio sistemático no período pandêmico às comunidades, com a execução de projetos de extensão com foco na alimentação, saúde e higiene e informacional (fornecimento de tablets e/ou chips de celular para os estudantes indígenas); 7) Desenvolvimento dos PEIS indígenas, em todas as disciplinas e níveis.
E5	Vide acima. Além destas, vale destacar as recentes atividades promovidas pelo PET Gestão Ambiental do Campus POA e o projeto de ensino Grupo de Estudos Mbya Guarani do Campus POA
E6	Encontro para apresentar as políticas institucionais para os estudantes e levantar as demandas socioeducacionais dos próprios indígenas.

E7	Acompanhamento visando permanência e êxito.
E8	Além da produção do PEI indígena, existe a bolsa permanência concedida pelo governo que auxilia os indígenas nas suas despesas de moradia, alimentação e transporte
E9	Tivemos palestras com lideranças indígenas, doações de materiais e roupas para estes grupos, oficinas de ensino de filtro dos sonhos... mas como ressaltei não me recordo de termos estudantes indígenas

**Fonte:** o autor (2026).

Para dar continuidade à análise, a quarta questão do questionário buscou identificar as ações desenvolvidas nos Neabis voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes indígenas no âmbito do IFRS, a partir da memória e das percepções dos representantes dos Núcleos.

Para tanto, foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta: “Quais ações você recorda que foram desenvolvidas nos Neabis e voltadas à permanência e êxito dos estudantes indígenas do IFRS?”

A análise das respostas à quarta questão, mencionadas pela maioria dos entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9), evidencia que as ações desenvolvidas nos Neabis apresentam caráter diverso e assumem distintas frentes de atuação. De modo geral, os sujeitos apontam iniciativas relacionadas ao acompanhamento pedagógico, ao apoio socioeconômico, à articulação institucional e à busca pela valorização cultural, indicando que a permanência e o êxito dos estudantes indígenas são compreendidos como processos multifatoriais.

Entre as ações relatadas, destacam-se aquelas vinculadas à articulação com setores institucionais e ao acompanhamento pedagógico dos estudantes, como reuniões com docentes, coordenações de curso, setores pedagógicos e colegiados, bem como a discussão de estratégias de permanência nas instâncias acadêmicas (E1, E2, E3 e E4). Nesse contexto, a elaboração e implementação de Planos Educacionais Individualizados (PEIs) são mencionadas como estratégias recorrentes para o atendimento às especificidades educacionais e linguísticas dos estudantes indígenas (E4 e E8).

Por outro lado, alguns relatos apontam limites e fragilidades nas ações desenvolvidas, como a ausência de iniciativas específicas em função da recente institucionalização de alguns Neabis, a descontinuidade das ações e as dificuldades

de acompanhamento sistemático dos estudantes indígenas (E2 e E4). Em determinados contextos, observa-se ainda que as ações ocorreram mesmo na ausência de estudantes indígenas matriculados, o que restringe o alcance das iniciativas voltadas diretamente à permanência e ao êxito acadêmico (E9). De modo geral, assim como observado nas análises dos quadros anteriores, as ações relatadas refletem as condições institucionais, as experiências vivenciadas pelos sujeitos e o grau de consolidação dos Neabis em cada campus.

Esses aspectos reforçam a importância da sistematização, do registro e da continuidade das ações desenvolvidas, de modo a fortalecer as políticas institucionais de acesso, permanência e êxito dos estudantes indígenas no âmbito do IFRS.

A análise seguiu para a quinta questão do questionário, apresentada no Quadro 8, que buscou identificar, por meio da percepção dos participantes, as ações desenvolvidas por Neabis de outros campi relacionadas à permanência e ao êxito dos estudantes indígenas. Para tanto, foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta: “Sobre as ações desenvolvidas nos Neabis de outros campi, quais foram as que você destacaria considerando os resultados positivos para a permanência e êxito dos discentes indígenas?”

**Quadro 8** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 5

<b>5 - Sobre as ações desenvolvidas nos Neabis de outros <i>campi</i>, quais foram as que você destacaria considerando os resultados positivos para a permanência e êxito dos discentes indígenas?</b>	
E1	Não tenho muito conhecimento sobre as ações nos outros <i>Campi</i> .
E2	Não sei a respeito, mas pretendo me aprofundar, pois precisamos de ações positivas para seguirmos como modelo.
E3	Destacaria a monitoria do Campus Farroupilha, a qual possui o acompanhamento necessário para o sucesso do Plano Educacional Individual e o diálogo com as lideranças que o Campus Porto Alegre vem fazendo, com chamadas regulares para acompanhamento.
E4	Os PEIS indígenas.
E5	Um bate-papo/roda de conversa chamado, se não me engano, "Diálogos com povos indígenas", promovido no Campus Canoas. Nossos dois estudantes mbya guarani à época participaram. Penso que o interesse genuíno pela sua cultura é elemento fundamental para o

	diálogo e possibilidade de ensino e aprendizagem. Esta atividade também foi formativa para mim.
E6	Projeto de monitoria para apoio pedagógico.
E7	POA e sertão.
E8	Além da bolsa permanência é o acompanhamento do desenvolvimento acadêmico destes indígenas, pois eles necessitam muito de apoio em sua formação uma vez que eles chegam nos IFs com pouco conhecimento do conteúdo didático e de formas de convivência.
E9	Acredito que todas as ações que auxiliam na sensibilização da comunidade também auxiliam no êxito e permanência dos estudantes

**Fonte:** o autor (2026).

A análise das respostas à quinta questão, mencionadas pela maioria dos entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E9), evidencia que o conhecimento sobre as ações desenvolvidas por Neabis de outros campi ainda é restrito entre os participantes. Parte dos sujeitos afirma não possuir informações suficientes sobre experiências externas ao seu próprio campus (E1 e E2), o que aponta para fragilidades nos processos de comunicação, registro e divulgação das ações no âmbito institucional.

Entre os participantes que destacaram ações específicas, observa-se recorrência na menção a estratégias de acompanhamento pedagógico, especialmente projetos de monitoria voltados ao apoio acadêmico e à efetivação dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs) (E3, E4 e E6). Essas iniciativas são reconhecidas como relevantes por promoverem acompanhamento mais próximo dos estudantes indígenas e contribuírem para a sua permanência e êxito acadêmico.

Também são mencionadas ações de diálogo e aproximação com as comunidades indígenas, como rodas de conversa, atividades formativas e encontros que valorizam os saberes e a cultura indígena, a exemplo da iniciativa “Diálogos com Povos Indígenas”, promovida pelo campus Canoas, e das articulações realizadas pelo campus Porto Alegre com lideranças indígenas (E3 e E5). Tais ações evidenciam a importância do reconhecimento cultural e do diálogo intercultural como elementos centrais para o fortalecimento dos vínculos institucionais e dos processos de ensino e aprendizagem.

De modo geral, os participantes ressaltam que ações voltadas à sensibilização da comunidade acadêmica, ao acompanhamento sistemático do desempenho acadêmico e ao apoio pedagógico contínuo contribuem significativamente para a permanência e o êxito dos estudantes indígenas (E8 e E9). No entanto, a recorrente ausência de conhecimento sobre experiências exitosas desenvolvidas em outros campi reforça a necessidade de fortalecimento dos mecanismos institucionais de registro, sistematização e divulgação das ações dos Neabis.

Assim como observado nas análises dos quadros anteriores, os dados desta seção evidenciam que a circulação limitada de informações compromete o compartilhamento de práticas exitosas e a construção de referências institucionais comuns. Tal constatação reforça ainda mais a relevância de estratégias que promovam a socialização das experiências desenvolvidas nos Neabis, contribuindo para o aprimoramento das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes indígenas no IFRS.

Dando continuidade à análise, a sexta questão do questionário, apresentada a seguir, buscou compreender a avaliação dos participantes acerca das políticas de inclusão, permanência e êxito do IFRS quando direcionadas aos estudantes indígenas. Para tanto, foi apresentada aos sujeitos a seguinte pergunta: “Como você avalia as políticas de inclusão e de permanência e êxito do IFRS, quando voltadas aos estudantes indígenas?”

**Quadro 9** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 6

<b>6 - Como você avalia as políticas de inclusão e de permanência e êxito do IFRS, quando voltadas aos estudantes indígenas?</b>	
E1	Acho de extrema importância e acredito na necessidade de um debate mais integrado entre os <i>Campi</i> , compartilhando as ações e proposições. Sobre o PEI Indígena especificamente, acredito que precisaríamos ter um debate um pouco mais aprofundado para avaliar a efetividade e funcionalidade deste instrumento na minha opinião.
E2	Acredito que há inclusão, porém não há acompanhamento dos estudantes indígenas. O Neabis não tem estrutura, pois todo ano a mesma coisa: temos que tentar projetos para conseguir bolsista, pego a coordenação para não deixar o Núcleo abandonado e tenho muita CH de sala de aula e bolsistas de outros projetos para orientar. Precisaríamos de alguém realmente dedicado e com tempo para o Núcleo, assim poderia fazer um acompanhamento

	com os alunos.
E3	Avalio como positiva as políticas. A resolução 23/2019 inaugurou no IFRS uma política de efetiva inclusão étnico-racial prevendo o acompanhamento de permanência. A construção do PEI contempla uma estratégia de acompanhamento, que reúne diversos esforços que o Campus empreende para assegurar a permanência e êxito dos estudantes indígenas.
E4	Precisam ser reavaliadas, para nos aproximarmos de um <i>modus operandi</i> mais apropriado às especificidades culturais e materiais deste público.
E5	Penso que há elementos pertinentes na política, mas estão desconectadas da realidade. A ideia de que Neabi oriente docentes é ótima, mas ocorre que, infelizmente, ainda não temos, nos Neabis, pessoas que efetivamente conheçam a cultura indígena. Na minha experiência, eu aprendi tentando fazer este acompanhamento. Mas ainda é muito, muito pouco. Também faltam horas de trabalho, há muitos acúmulos de função e é impossível dar contas de todas as demandas. Ainda, é muito triste constatar a importância da visita à aldeia e não ter nenhum recurso institucional para viabilizá-la. Até o momento, todos servidores que foram até a aldeia foram por conta própria. O mesmo vale para as visitas técnicas para as turmas e disciplinas que solicitaram. Por fim, há um descompasso entre a duração de bolsas especiais para indígenas (4 anos para curso de graduação) e o respeito às relações com o tempo e mesmo dificuldades de aprendizado no contexto de uma escola de cultura branca e ocidental.
E6	A política inclusiva do IFRS, embora afirmativa, por contemplar desde políticas de acesso até a diplomação, através dos núcleos e PEIs, têm dificuldade em consolidar estratégias que garantam a permanência e o êxito do estudante indígena. Isto porque, salvo os programas de benefícios que preveem transferência de renda, as ações dependem, quase que exclusivamente, do interesse e criatividade do profissional que atua no núcleo. O Plano estratégico é débil na proposição de ações que evitem a evasão de um modo geral, quiçá um público tão específico.
E7	Sucesso parcial
E8	Acredito que deveria ser uma política do Campus e não somente do Neabi. Essas ações devem partir da direção, na qual deve buscar a adequação de currículo e formas de incluir estes estudantes, dando-lhes oportunidade de se manifestarem e de mostrarem quais são as adequações necessárias para se sentirem agregados na instituição.
E9	Acredito que haja um esforço por parte do IFRS, mas que a situação das populações indígenas acaba sendo tão precária nos níveis anteriores que possuem dificuldades de acessar a escola

Fonte: o autor (2026).

A análise das respostas à sexta questão, mencionadas pela maioria dos entrevistados (E1 a E9), evidencia que, embora as políticas de inclusão e permanência voltadas aos estudantes indígenas sejam reconhecidas como relevantes e necessárias, os participantes apontam fragilidades significativas em sua implementação e efetividade. De modo geral, os sujeitos reconhecem a existência de um arcabouço normativo e institucional que sinaliza o compromisso do IFRS com a inclusão étnico-racial, mas destacam dificuldades na consolidação de estratégias que assegurem a permanência e o êxito acadêmico desses estudantes.

Entre os aspectos positivos mencionados, destaca-se o reconhecimento da Resolução nº 23/2019 como um marco importante na institucionalização das políticas de inclusão no IFRS, ao prever ações de acompanhamento e estratégias voltadas à permanência, como a construção dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs) (E3). Esses instrumentos são compreendidos como avanços no sentido de articular esforços institucionais para o acompanhamento dos estudantes indígenas ao longo de sua trajetória acadêmica.

Por outro lado, de forma recorrente, os participantes apontam limites relacionados à fragilidade estrutural dos Neabis, à insuficiência de carga horária destinada às atividades do Núcleo, à ausência de profissionais com dedicação exclusiva e à dependência de iniciativas individuais dos servidores envolvidos (E2, E5 e E6). Tais condições dificultam o acompanhamento sistemático dos estudantes indígenas e comprometem a efetividade das políticas instituídas, fazendo com que muitas ações dependam do engajamento pessoal e da criatividade dos sujeitos que atuam nos Neabis.

As falas também evidenciam a percepção de um descompasso entre as políticas formuladas e a realidade vivenciada pelos estudantes indígenas, especialmente no que se refere às especificidades culturais, linguísticas e aos diferentes modos de relação com o tempo e com os processos de ensino e aprendizagem (E4 e E5). Nesse sentido, são apontadas limitações nas propostas curriculares, nos prazos institucionais e na duração de bolsas e auxílios, que nem sempre dialogam com as condições concretas de vida e formação desses estudantes.

Outro aspecto recorrente diz respeito à compreensão de que as políticas de inclusão e permanência não devem ser responsabilidade exclusiva dos Neabis, mas sim assumidas como uma política institucional mais ampla, envolvendo as direções

dos campi, os cursos e os setores pedagógicos (E8). Essa perspectiva reforça a necessidade de transversalizar a temática indígena nas políticas e práticas institucionais, superando a lógica de responsabilização restrita aos Núcleos.

De modo geral, assim como observado nos quadros anteriores, as avaliações dos participantes revelam que as políticas de inclusão e permanência do IFRS, embora afirmativas em sua concepção, enfrentam dificuldades na materialização de ações estruturadas e contínuas que garantam o acesso, a permanência e o êxito dos estudantes indígenas. Esses achados reforçam a necessidade de fortalecimento institucional dos Neabis, por meio da ampliação dos espaços de debate entre os campi e de maior articulação entre normativas, práticas pedagógicas e condições materiais, de modo a tornar efetivas as políticas voltadas a esse público no âmbito do IFRS.

Diante das avaliações apresentadas pelos participantes, que evidenciam tanto avanços quanto limitações nas políticas institucionais de inclusão, permanência e êxito dos estudantes indígenas no IFRS, torna-se necessário aprofundar a compreensão sobre os desafios concretos que atravessam a atuação dos Neabis no cotidiano dos campi. Nesse sentido, a próxima questão busca identificar os principais entraves organizacionais relacionados ao registro, armazenamento e divulgação das informações referentes às ações desenvolvidas pelos Núcleos.

A análise avançou para a sétima questão, que buscou compreender como os representantes dos Neabis percebem a relação entre a política de inclusão e as políticas de permanência e êxito na formação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) dos estudantes indígenas no âmbito do IFRS.

**Quadro 10** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 7

<b>7 - Como você vê a relação entre a política de inclusão, e a de permanência e êxito na formação em EPT dos estudantes indígenas?</b>	
E1	<p>Acredito que há muitos fatores que influenciam na permanência e êxito dos estudantes, muitas destas que fogem do alcance da política de inclusão proposta pelo IFRS. Para além das questões socioculturais e linguísticas, as questões de vulnerabilidade social, preconceito e dificuldades básicas de acesso dificultam a permanência e êxito desses estudantes. Acredito que as políticas de inclusão no tocante ao ingresso dos estudantes vem apresentando um ingresso interessante de estudantes indígenas no Campus.</p>

E2	Não tenho experiência para opinar, pois ainda não tivemos aluno indígena com um tempo suficiente dentro do Campus para falar a respeito.
E3	Ainda precisamos avançar mais e entender que indígenas, quilombolas, imigrantes também ensinam, que não há uma única forma de gerenciar, de empreender, de fazer ciência. Enfrentamos barreiras atitudinais cotidianamente para que a inclusão de grupos étnico-raciais seja efetiva e reconhecida. Nossa política é excelente. Estes estudantes já possuem uma bagagem e experiências de trabalho coletivo que podem agregar aos conhecimentos profissionais e cidadã de todos nós, contudo, as experiências metodológicas nem sempre dão conta se não houver escuta ativa e reconhecimento de suas culturas e saberes.
E4	Muito limitada, tanto em função dos recursos econômicos limitados, como, pela metodologia, que está condicionada ao financiamento das políticas de inclusão que necessitam ser repensadas em sua integralidade, em se tratando de povos indígenas.
E5	Vejo que eles escolhem os cursos pela necessidade ou desejo de um curso de graduação, escolhendo os únicos disponíveis, sem necessariamente ter uma relação com o real interesse.
E6	A política de inclusão é fundamental para garantir a permanência e o êxito do estudante indígena.
E7	Muito fraca
E8	Como falei anteriormente, a inclusão é a chave mestre para que estes estudantes permaneçam até o final do curso. Eles devem se sentir parte integrante das turmas e fazer parte das atividades propostas para todos.
E9	Não sei muito sobre este tema, mas acredito que haja um esforço para que seja efetiva

**Fonte:** o autor (2026).

Em linhas gerais, as respostas evidenciam a compreensão de que a política de inclusão, permanência e êxito, embora fundamental, não é suficiente, por si só, para garantir a permanência e o êxito dos estudantes indígenas. Os relatos indicam que fatores estruturais, sociais, culturais e econômicos exercem influência significativa sobre as trajetórias acadêmicas, extrapolando o alcance das políticas formais de acesso. Nesse sentido, E1 destaca que questões como vulnerabilidade social, barreiras linguísticas, preconceito e dificuldades básicas de acesso impactam diretamente a permanência, ainda que o ingresso tenha apresentado avanços nos últimos anos.

Alguns participantes, como E2 e E9, demonstram limitações na avaliação dessa relação, atribuídas à ausência ou à curta permanência de estudantes indígenas em seus respectivos *campi*, o que revela um desafio adicional: a descontinuidade das experiências institucionais com esse público, dificultando análises mais consistentes sobre os efeitos das políticas adotadas.

Por outro lado, emergem falas que apontam para uma concepção ampliada de inclusão, que ultrapassa o acesso formal e exige o reconhecimento dos saberes, das culturas e das experiências dos povos indígenas no contexto da EPT. E3 ressalta a necessidade de superação de barreiras atitudinais e epistemológicas, defendendo que a efetividade das políticas depende de escuta ativa, valorização da diversidade cultural e revisão das práticas pedagógicas hegemônicas. Essa perspectiva converge com a compreensão de que a permanência e o êxito estão intrinsecamente ligados à construção de ambientes institucionais acolhedores e culturalmente sensíveis.

Entretanto, parte dos participantes avalia essa relação como frágil ou limitada, sobretudo em razão da insuficiência de recursos, da dependência de financiamentos específicos e da inadequação metodológica das políticas vigentes às especificidades dos povos indígenas, conforme apontado por E4 e E7. E5, por sua vez, chama atenção para a escolha dos cursos, muitas vezes condicionada à oferta institucional, o que pode gerar desalinhamento entre interesses formativos e expectativas dos estudantes, impactando negativamente sua permanência.

De forma convergente, E6 e E8 reafirmam que a política de inclusão constitui elemento central para a permanência e o êxito, desde que acompanhada de ações institucionais que promovam pertencimento, participação ativa e adequações curriculares, reforçando a necessidade de que tais políticas sejam assumidas como responsabilidade coletiva dos *campi*, e não apenas dos Neabis.

Em síntese, a análise da sétima questão revela que, embora haja reconhecimento da relevância das políticas de inclusão no IFRS, persiste um descompasso entre o ingresso institucional e a consolidação de estratégias efetivas de permanência e êxito, especialmente quando consideradas as especificidades culturais, sociais e formativas dos estudantes indígenas. Tal constatação evidencia a necessidade de maior articulação entre políticas, práticas pedagógicas e gestão institucional.

Diante dessas percepções, a análise avança para a oitava questão, que

investigou como os representantes dos Neabis percebem o processo seletivo e suas transformações ao longo do tempo, voltadas ao favorecimento do ingresso de estudantes indígenas. O Quadro 11 apresenta a sistematização das respostas dos participantes, que fundamenta a análise apresentada a seguir.

**Quadro 11** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 8

<b>8 - Sobre o processo seletivo, como você analisaria historicamente as transformações para atender ao ingresso de estudantes indígenas?</b>	
E1	Particpei de dois processos seletivos no Campus e percebi um acesso crescente de estudante indígenas no Campus Sertão, especialmente nos cursos noturnos. O processo seletivo específico indígena acredito ser um bom instrumento de garantia de acesso, porém poderia ser realizado muito mais cedo e até antes do processo seletivo regular, dando tempo para os núcleos ambientarem esses estudantes ao Campus e seu funcionamento. Além disso, a garantia de acesso e busca pela viabilidade na permanência desses estudantes vejo como um desafio grande a ser enfrentado por toda comunidade interna (e por que não dizer externa também).
E2	Acredito que o processo seletivo, como está, atende aos indígenas e já é um passo para uma transformação de fato.
E3	O PS está em acordo com as políticas nacionais de inserção do estudante indígenas, talvez possamos avaliar as declarações de pertença a comunidade, tendo em vista a proteger a reserva de vaga ao sujeito de direito e evitar fraudes.
E4	Na realidade de Viamão, que há um grupo de servidores engajados, o processo seletivo dá conta do que se propõe. Mas, persiste a característica universalista e meritocrática das seleções para ingresso nas instituições públicas, o que não coaduna com a noção de especificidade cultural (para citar uma)
E5	Penso que o processo de inscrição e matrícula é surrealmente complicado para qualquer pessoa e, em especial, para os indígenas. Precisa urgentemente ser facilitado. E precisa haver pessoal de apoio presencial para inscrição e matrícula.
E6	Pensar num processo seletivo
E7	De modo inovador, mas com pouco apoio institucional efetivo.
E8	Além das cotas que já são oferecidas, penso que deveria existir uma prova adaptada a realidade e cultura deles. Também o contato direto com as comunidades para já ir preparando os futuros ingressantes.

E9	Me parece haver avanços, sendo enviado recursos especificamente para tal fim, o que é sem dúvida fundamental
----	--

**Fonte:** o autor (2026).

A oitava questão, dentro da análise empreendida, teve como objetivo compreender, sob uma perspectiva histórica, como os representantes dos Neabis avaliam as transformações ocorridas no processo seletivo do IFRS no que se refere ao atendimento ao ingresso de estudantes indígenas. A pergunta buscou identificar avanços, limites e desafios percebidos ao longo do tempo, considerando as especificidades desse público.

De modo geral, as respostas apontam para o reconhecimento de avanços institucionais no que diz respeito à ampliação do acesso, especialmente com a implementação de processos seletivos específicos e a reserva de vagas para estudantes indígenas. E1 destaca o crescimento do ingresso de estudantes indígenas em determinados *campi*, associando esse movimento à adoção de instrumentos afirmativos que visam garantir o acesso.

No entanto, o participante ressalta que tais processos poderiam ocorrer de forma mais antecipada, possibilitando ações prévias de ambientação institucional, o que contribuiria para a permanência e o êxito acadêmico.

Parte dos respondentes avalia positivamente o modelo vigente, entendendo-o como um passo importante rumo à efetivação da inclusão, conforme expresso por E2 e E9. Essas falas indicam a percepção de que o processo seletivo tem se alinhado às políticas públicas nacionais e tem contado, ainda que de forma incipiente, com recursos específicos destinados a esse público.

Entretanto, emergem críticas relevantes quanto aos limites estruturais e conceituais do processo seletivo. E3 chama atenção para a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de verificação da pertença étnica, de modo a assegurar que as vagas sejam efetivamente destinadas aos sujeitos de direito, evitando distorções e fraudes. Já E4 problematiza a permanência de uma lógica universalista e meritocrática nos processos de seleção, a qual se mostra incompatível com o reconhecimento das especificidades culturais dos povos indígenas.

Outro aspecto recorrente refere-se às barreiras burocráticas enfrentadas pelos candidatos indígenas. E5 evidencia a complexidade dos processos de

inscrição e matrícula, apontando-os como excessivamente difíceis, sobretudo para esse público, e defende a necessidade de simplificação dos procedimentos e da oferta de apoio presencial. De forma complementar, E8 sugere a adaptação das provas à realidade sociocultural indígena e o fortalecimento do diálogo direto com as comunidades como estratégia de preparação dos futuros ingressantes.

Algumas respostas revelam percepções mais críticas quanto ao suporte institucional, como no caso de E7, que reconhece o caráter inovador das iniciativas, mas aponta a fragilidade do apoio institucional efetivo para sua consolidação. A resposta de E6, ainda que sucinta, indica a necessidade de repensar o próprio formato do processo seletivo, sugerindo abertura para transformações mais profundas.

Em síntese, a análise da oitava questão evidencia que, embora o IFRS tenha avançado na construção de mecanismos de acesso voltados aos estudantes indígenas, persistem desafios relacionados à burocratização dos processos, à adequação cultural dos instrumentos seletivos e à articulação entre ingresso e políticas de permanência. As falas indicam que o acesso, quando não acompanhado de estratégias institucionais integradas e sensíveis às especificidades dos povos indígenas, tende a se mostrar insuficiente para garantir trajetórias formativas bem-sucedidas.

Diante dessas reflexões, a próxima questão aprofunda o debate ao deslocar o foco do ingresso para os desafios enfrentados após a entrada dos estudantes indígenas na instituição, especialmente no que se refere às condições de permanência, acompanhamento e êxito acadêmico. No Quadro 12, são apresentadas as respostas à questão seguinte, que fundamentam a análise desenvolvida na sequência.

**Quadro 12** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 9

<b>9 - Como você percebe as possíveis contribuições dos Neabis para a permanência e êxito dos estudantes indígenas?</b>	
E1	Dar visibilidade para os debates e demandas dos estudantes indígenas e buscar fomentar debates especialmente com os docentes sobre suas particularidades. Além disso, o trabalho junto desses estudantes busca dar orientações sobre as políticas os IFRS e orientá-los sobre a garantia dos direitos (e também salientar seus deveres) quanto ao pertencimento neste espaço educacional.

E2	Ter um Neabi ativo no Campus é fundamental para atender às necessidades e fazer a ponte entre professores estudantes não indígenas e estudantes indígenas e entra professores e
E3	É fundamental que o Neabi, seus representantes acompanhem o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes indígenas, garantindo o acesso e permanência de qualidade á formação que vieram buscar conosco, garantindo também suas identidades étnicas e a pluralidade. O diálogo com Neabi. O Neabi reúne legitimamente condições para compreensão, inclusão e discussões para o avanço do bem-estar e formação dos estudantes.
E4	Os Neabis são um elemento fundamental, uma vez que reúnem os quadros profissionais engajados na causa étnico-racial, o que significa uma expertise sensível e objetivado às demandas relacionadas à temática em sua totalidade e, por consequência construindo uma institucionalidade capaz de enfrentar as diversas dimensões que compõem a missão institucional, quando se considera as políticas públicas de Educação em Ciência e Tecnologia
E5	Penso que, aos poucos, estamos aprendendo conjuntamente, Neabi, CAE, estudantes e docentes. Penso que a participação da CAE é fundamental no acolhimento e escuta de estudantes. Penso que o vínculo se dá efetivamente entre docente e estudante, e as estratégias são efetivamente criadas por docente e estudante. A constante troca de ideias e experiências entre todos envolvidos é fundamental para que avancemos. Reitero que o Neabi sozinho não basta e não dá conta. E que a responsabilidade precisa ser de todos, não apenas do Neabi.
E6	O Neabi é um dos espaços que contribuem para a inclusão, melhor entendimento sobre a diversidade socioeconômico e cultural no âmbito escolar e, não menos importante, para a construção do sentimento de pertença. Logo, os Neabis ao desenvolverem ações com estes indicadores, já estarão ajudando para a permanência e o êxito dos estudantes indígenas.
E7	A permanência e êxito pode estar relacionado aos Neabis, mas a missão é maior, pois a tarefa está ligada aos setores de ensino e assistência estudantil, propriamente ditas, assim como as coordenações de curso.
E8	O Neabi é um núcleo de apoio e sempre deve estar em contato com os indígenas, ingressantes ou não, para que haja a confiança dos membros das comunidades com a instituição, porque eles devem perceber que a escola está favorecendo o seu crescimento educacional e isto será um benefício para toda a comunidade. O Neabi exerce um papel muito importante na permanência destes alunos, porque é nesse núcleo que os estudantes buscam apoio em suas dúvidas e se sentem acolhidos pelas instituições.

E9	Acho que os Neabis são muito importantes, pois são uma referência para o acolhimento e realização de ações em prol da diversidade e respeito
----	--

**Fonte:** o autor (2026).

Na sequência da análise, chega-se à nona questão do questionário, que teve como objetivo compreender como os participantes percebem as contribuições dos Neabis para a permanência e o êxito dos estudantes indígenas, tendo como embasamento as suas experiências e vivências institucionais.

Para isso, foi apresentada a seguinte pergunta: “Como você percebe as possíveis contribuições dos Neabis para a permanência e êxito dos estudantes indígenas?”.

De maneira geral, as respostas evidenciam um consenso quanto à centralidade dos Neabis como instâncias estratégicas de mediação, acolhimento e articulação institucional. Os participantes destacam que os Núcleos desempenham papel relevante ao dar visibilidade às demandas dos estudantes indígenas, promover debates sobre suas especificidades e fomentar reflexões junto à comunidade acadêmica (E1, E3, E4). Essa atuação contribui não apenas para o acesso a direitos e políticas institucionais, mas também para o fortalecimento do sentimento de pertencimento dos estudantes ao espaço escolar, aspecto reiterado por E6 e E8.

Outro eixo recorrente nas falas refere-se à função articuladora dos Neabis, especialmente na mediação entre estudantes indígenas, docentes, coordenações de curso e setores como a Assistência Estudantil (E2, E5, E7). Essa dimensão relacional aparece como fundamental para o acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem e para a construção de estratégias de permanência que respeitem as identidades étnicas e a pluralidade cultural dos estudantes (E3).

Nessa perspectiva, os Neabis são compreendidos como espaços legitimados para a escuta, o diálogo intercultural e a problematização das práticas pedagógicas e institucionais. Entretanto, as respostas também revelam limites e tensões quanto ao alcance da atuação dos Núcleos. Alguns participantes ressaltam que, embora fundamentais, os Neabis não podem ser responsabilizados isoladamente pelas políticas de permanência e êxito (E5, E7). As falas indicam que tais políticas demandam um compromisso institucional mais amplo, envolvendo de forma integrada os setores de ensino, as coordenações de curso e a assistência estudantil.

Essa compreensão reforça a ideia de que a permanência e o êxito dos estudantes indígenas resultam de uma ação coletiva e sistêmica, e não de iniciativas pontuais ou concentradas em um único núcleo.

Assim, a análise da nona questão aponta que os Neabis são percebidos como referências institucionais essenciais para o acolhimento, a sensibilização da comunidade acadêmica e a promoção da diversidade, contribuindo de maneira significativa para a permanência e o êxito dos estudantes indígenas.

Contudo, os dados também evidenciam a necessidade de fortalecer a institucionalização dessas ações, ampliando sua articulação para diferentes setores do IFRS. Nesse contexto, torna-se mais do que necessário e urgente estabelecer formas e parâmetros para o armazenamento e a divulgação dessas ações.

Na sequência, apresenta-se o próximo quadro de análise, que aprofunda a discussão ao tratar das percepções dos participantes sobre os limites, desafios e possibilidades de fortalecimento da atuação dos Neabis no contexto das políticas institucionais, permitindo avançar na compreensão das condições necessárias para a efetivação da permanência e do êxito dos estudantes indígenas na EPT.

**Quadro 13** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 10

<b>10 - Descreva as ações que contribuíram ou continuam contribuindo para o sucesso escolar dos estudantes indígenas:</b>	
E1	Acredito que a resposta dada à questão 4 desse questionário atendem a essa questão.
E2	Manter as reuniões e constante diálogo entre os professores, o Neabi e os estudantes para resolver cada situação sem deixar problemas se acumularem.
E3	Sobre Viamão, outros colegas precisam responder. O diálogo com lideranças, o auxílio para acessar os programas estudantis de bolsa, as formações continuadas para os servidores sobre a interculturalidade, de superação do racismo, o acompanhamento no dia a dia instituições por meio de monitorias, a Capacitação em Ações Afirmativas no IFRS: a permanência e êxito do estudante indígena realizada pela ARER em 2022(abordando a operacionalidade do PEI), tudo isso contribui para o sucesso escolar.
E4	As políticas de cotas, Os PEIs indígenas, os repasses diretos, via bolsa permanência, a formação pedagógica voltada à complexidade da questão indígena no contexto educacional formal, os projetos de ensino, pesquisa e extensão dialogando com as demandas dos territórios indígenas.

E5	Vide acima.
E6	Monitoria semanal; encontros regulares com o grupo de indígenas; inclusão nos programas de auxílios internos e externos.
E7	O papel da assistência estudantil, mesmo assim, sem sucesso.
E8	Uma ação muito importante foi a criação das cotas, pois com isso foi facilitado o ingresso dos povos indígenas nas instituições. Outra ação é o PEI, pois com este diagnóstico é possível verificar qual a real formação destes estudantes e como devem ser realizadas as adaptações para o bom atendimento deles. E sem dúvida a bolsa permanência que auxilia o aluno em suas despesas e com isso pode dar continuidade aos estudos sem prejudicar sua vida familiar.
E9	Ressalto uma vez mais que desconheço a presença de estudantes indígenas, inclusive acredito que seria interessante que os docentes fossem avisados sobre estudantes que entraram via tais processos. Mas acho interessantes todas as ações feitas nos Neabi, como palestras e até visitas a uma aldeia indígena próxima.

**Fonte:** o autor (2026).

A décima questão do questionário deu prosseguimento à análise e buscou identificar, a partir das percepções dos representantes dos Neabis, quais ações contribuíram ou continuam contribuindo para o sucesso escolar dos estudantes indígenas no âmbito do IFRS. Para tanto, foi apresentada aos participantes a seguinte pergunta: “Descreva as ações que contribuíram ou continuam contribuindo para o sucesso escolar dos estudantes indígenas”.

As respostas indicam, de modo geral, uma continuidade temática em relação às questões anteriores, especialmente à quarta questão, como explicitado por E1 e E5, o que sugere que as ações voltadas à permanência e ao êxito são compreendidas pelos participantes como indissociáveis do próprio conceito de sucesso escolar. Nesse sentido, o sucesso é percebido de forma ampliada, envolvendo não apenas a conclusão dos cursos, mas também as condições de acesso, permanência, acolhimento e acompanhamento pedagógico.

Entre as ações mais recorrentes destacam-se o diálogo permanente e a articulação entre Neabis, docentes e estudantes (E2, E3), entendidos como elementos centrais para a identificação precoce de dificuldades e para a construção coletiva de estratégias de enfrentamento, evitando o acúmulo de problemas ao longo do percurso formativo. O acompanhamento sistemático, por meio de monitorias,

encontros regulares e ações cotidianas de escuta e orientação, aparece como um fator relevante para o fortalecimento do vínculo institucional e para o apoio ao processo de ensino-aprendizagem (E3, E6).

Outro eixo enfatizado refere-se às políticas institucionais e afirmativas, como as ações de cotas, os Planos Educacionais Individualizados (PEIs) indígenas e os programas de transferência de renda, especialmente a bolsa permanência (E4, E8). Tais instrumentos são apontados como fundamentais para reduzir desigualdades históricas, garantir condições materiais mínimas e possibilitar adaptações pedagógicas mais adequadas às trajetórias formativas e culturais dos estudantes indígenas. As formações continuadas para servidores, voltadas à interculturalidade, à superação do racismo e à compreensão das especificidades indígenas no contexto da educação formal, também são reconhecidas como ações que contribuem de maneira significativa para o sucesso escolar (E3, E4). Por outro lado, algumas falas revelam limitações e fragilidades nas ações desenvolvidas, como a dependência quase exclusiva da assistência estudantil (E7) ou a ausência de informação e comunicação interna sobre a presença de estudantes indígenas nos cursos, o que dificulta o acompanhamento pedagógico por parte dos docentes (E9). Esses elementos reforçam a necessidade de maior integração institucional e de estratégias mais sistemáticas de divulgação e sensibilização no interior dos *campi*.

Assim, é possível concluir que a análise da décima questão evidencia que o sucesso escolar dos estudantes indígenas, na percepção dos participantes, resulta de um conjunto articulado de ações pedagógicas, institucionais e de apoio socioeconômico, nas quais o Neabi desempenha papel relevante, mas compartilhado com outros setores do IFRS. Os dados reiteram que o êxito não pode ser compreendido como responsabilidade exclusiva dos estudantes ou dos Núcleos, mas como fruto de políticas públicas e práticas institucionais comprometidas com a equidade e o reconhecimento da diversidade.

Na sequência, apresenta-se o próximo quadro de análise, que aprofunda a discussão ao tratar das avaliações gerais e proposições dos participantes acerca do aprimoramento das políticas e das práticas institucionais voltadas aos estudantes indígenas, permitindo avançar na compreensão dos desafios e das possibilidades de fortalecimento dessas ações no âmbito do IFRS.

**Quadro 14** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 11

11 - Ao longo dos acompanhamentos realizados nos Neabi aos estudantes indígena, quais são as dificuldades que eles apresentaram e quais ações foram adotadas nos Neabi para que superem as dificuldades?	
E1	No tocante às dificuldades de aprendizagem e acesso à materiais fornecidos pelos professores, os atendimentos ao estudante em horários específicos e alinhados às particularidades dos estudantes têm sido uma boa alternativa para alguns estudantes. Trabalhos junto à assistência estudantil e assistência social do Campus tem sido muito importante, especialmente com a concessão de auxílios financeiros para a permanência desses estudantes tem se mostrado decisivas na permanência dos estudantes. O apoio e suporte dos docentes nos seus componentes curriculares se mostra decisivo para a permanência e êxito desses estudantes. Por essa razão, quanto mais incitarmos o debate com eles e mostrarmos essa relevância do trabalho diário com esses estudantes, provavelmente maior será a permanência e êxito dos estudantes indígenas.
E2	A língua portuguesa tem sido um desafio e, como disse, oferecemos apoio com aulas de LP.
E3	Dificuldades de socialização; comunicação (alguns falam pouco a língua portuguesa); compreensão e interpretação, assiduidade (algumas aldeias são longe dos <i>Campi</i> , em sua maioria e o transporte público é muito ruim e não atende os horários dos <i>Campi</i> , por vezes). Estas são as dificuldades mais relatadas pelos professores para pensar estratégias de aprendizagem.
E4	Ainda, enquanto NAAF, no caso de Viamão, a maior dificuldade diz respeito ao transporte dos estudantes. Foram feitas reuniões com a prefeitura, sem êxito. Também se reuniu com as escolas indígenas (em um total de três), para pensar a questão da inclusão e permanência dos estudantes indígenas no IFRS, o que foi muito proveitoso em termos gerais.
E5	Ausência e/ou escassez de transporte público Condições da estrada Horário das aulas (dificuldades de locomoção e de cumprir rituais culturais) Falta de sentido no conteúdo Metodologia de ensino Falta de relação com o universo indígena Dificuldades financeiras (transporte e alimentação) Ausência de Condições de vir com filhos Dificuldades com a língua portuguesa Dificuldades com orientações por escrito Dificuldades com trabalhos à distância Dificuldades com conteúdo Não compreensão de conteúdos e tarefas Ensino básico com lacunas (sem ensino de matemática e química, por exemplo) Todos estes pontos são trazidos nos momentos de formação e trocas de ideias. Temos, eu e minha colega da CAE, intermediado conversas e ideias de ações entre docentes e estudantes, e, a partir daí, professores e estudantes tem encontrado soluções eventuais
E6	Nos últimos dois anos foram identificados, dentre outras, as seguintes dificuldades: a de

	utilização dos sistemas do IFRS; a falta de computador e a dificuldade com alguns conteúdos ou processos educacionais. Como solução: Oferta de oficinas nos laboratórios de informática, ministrado por estudante indígena do ensino médio; empréstimo de tablets, cedidos pela reitoria, aos estudantes indígenas e disponibilidade de uma monitora para ajudar presencialmente os estudantes.
E7	O Neabi apenas acompanha e busca oferecer outras alternativas de estudo e de pesquisa e / ou extensão.
E8	As dificuldades dos estudantes indígenas e entender toda a burocracia e a exigência de documentos que são necessários para o ingresso e também para a concessão da bolsa permanência, além de não entenderem dos sistemas acadêmicos para o acompanhamento de sua progressão, sua avaliação e como executar a matrícula. Nisso, o Neabi exerce uma função muito importante, porque os indígenas necessitam do apoio deste núcleo para dar andamento nos processos burocráticos e sentem-se acolhidos pois depositam confiança nas pessoas que gerenciam o núcleo.
E9	Não sei responder a esta questão.

**Fonte:** o autor (2026).

Para dar continuidade à análise, a décima primeira questão do questionário teve como objetivo compreender quais dificuldades têm sido apresentadas pelos estudantes indígenas ao longo do acompanhamento realizado nos Neabis e quais ações foram adotadas para enfrentá-las. Para isso, os participantes responderam à pergunta: “Ao longo dos acompanhamentos realizados nos Neabi aos estudantes indígenas, quais são as dificuldades que eles apresentaram e quais ações foram adotadas nos Neabi para que superem as dificuldades? ”.

De forma abrangente, as respostas evidenciam que as dificuldades enfrentadas pelos estudantes indígenas são multidimensionais, envolvendo aspectos pedagógicos, linguísticos, socioeconômicos, culturais, institucionais e logísticos entre outros. Entre os desafios mais recorrentes, destacam-se as dificuldades com a língua portuguesa, especialmente no que se refere à leitura, interpretação de textos e comunicação oral (E2, E3, E5, E8), o que impacta diretamente o acompanhamento das disciplinas e a compreensão das orientações acadêmicas. Como estratégias de enfrentamento, são mencionadas aulas de reforço em Língua Portuguesa, atendimentos individualizados e maior mediação entre docentes e estudantes.

Outro conjunto significativo de dificuldades refere-se às condições de acesso e permanência, especialmente relacionadas ao transporte, à distância entre aldeias e *Campi*, à precariedade das estradas e à inadequação dos horários do transporte público (E3, E4, E5). Essas limitações afetam a assiduidade e a participação dos estudantes nas atividades acadêmicas.

As falas também apontam dificuldades associadas à compreensão dos sistemas institucionais e da burocracia acadêmica, como processos de matrícula, acompanhamento da vida acadêmica e solicitação de benefícios (E6, E8). Nesse contexto, o Neabi é identificado como um espaço fundamental de apoio, acolhimento e mediação institucional, auxiliando os estudantes no uso dos sistemas do IFRS, no acesso a equipamentos tecnológicos e na superação de barreiras administrativas.

As ações adotadas incluem articulações com a assistência estudantil, tentativas de diálogo com prefeituras e escolas indígenas, além da concessão de auxílios financeiros, reconhecidos como decisivos para a permanência (E1). Destacam-se, ainda, iniciativas como oficinas em laboratórios de informática, empréstimo de tablets e apoio de monitores, inclusive com protagonismo de estudantes indígenas (E6).

No campo pedagógico, emergem dificuldades relacionadas às lacunas na formação básica, à metodologia de ensino, à ausência de vínculo entre os conteúdos curriculares e o universo sociocultural indígena, bem como à realização de atividades a distância (E5). As estratégias adotadas concentram-se na promoção de formações para servidores, na mediação de diálogos entre docentes e estudantes e na construção de soluções pontuais e compartilhadas, ainda que reconhecidamente limitadas diante da complexidade das demandas.

Algumas respostas revelam, por fim, uma atuação mais restrita do Neabi, centrada no acompanhamento e na orientação geral (E7), bem como a ausência de informações suficientes para responder à questão (E9), o que reforça a heterogeneidade das experiências entre os *Campi* e os diferentes estágios de consolidação dos Núcleos.

Logo, conclui-se que a análise da 11ª questão demonstra que o acompanhamento dos estudantes indígenas nos Neabis tem se caracterizado por ações de mediação, acolhimento e articulação intersetorial, fundamentais para enfrentar dificuldades estruturais que extrapolam o âmbito pedagógico. Os dados reforçam que a permanência e o êxito desses estudantes dependem não apenas de

políticas afirmativas formais, mas também de práticas institucionais sensíveis às especificidades culturais, linguísticas e sociais dos povos indígenas.

Na sequência, apresenta-se o próximo quadro de análise, que busca aprofundar a compreensão sobre as percepções dos participantes quanto aos limites, potencialidades e perspectivas futuras da atuação dos Neabis no fortalecimento das políticas de inclusão, permanência e êxito dos estudantes indígenas no IFRS, permitindo avançar na sistematização final dos achados da pesquisa.

**Quadro 15** - Análise das respostas do questionário para a pergunta 12

<b>12 - Indique sugestões para a melhoria das ações voltadas à permanência e o êxito dos estudantes indígenas:</b>	
E1	Acredito que a criação de mais espaços para discussões, debates e compartilhamento de ações entre os Neabis do IFRS e, também, de outras instituições de ensino seriam essenciais. Uma discussão mais aprofundada sobre a efetivação e aplicação das ações afirmativas propostas pelo IFRS seria muito interessante, tendo em vista as diferentes realidades regionais de atuação dos <i>Campi</i> do Instituto Federal. Sobre os PEIs, acredito que também carece uma discussão mais aprofundada sobre a elaboração, acompanhamento e efetividade desta ferramenta no processo de ensino e aprendizagem e o efetivo reflexo dela na permanência e êxito dos estudantes indígenas.
E2	Para avaliar nossas políticas precisaremos investir em pesquisa diagnóstica, precisamos saber com dados mais precisos quanto ao egresso indígena no IFRS, quais cursos estão sendo alvo de seus interesses e escutá-los.
E3	1) Aumento nos auxílios individuais voltados à permanência, levando-se em conta as especificidades de transporte e alimentação; 2) Criação de uma linha de auxílio familiar temporário, voltado ao apoio da família (filhos), dos estudantes, principalmente alimentação; 3) Criação de uma sistemática de monitoramento da situação social da comunidade que o estudante indígena pertence; 4) Melhoramento metodológico de elaboração, aplicação e monitoramento dos PEIs Indígenas; 5) Ampliar e melhorar o diálogo teórico-metodológico com as escolas indígenas, como forma de desenvolvimento de uma aproximação positiva entre epistemologias diferentes.
E4	Formação contínua e permanente de todos os servidores com convidados externos Verba para visitação às aldeias indígenas, para a comunidade acadêmica em geral, mas, em especial, docentes e turmas com estudantes indígenas. Equipe de apoio para organização e levantamento de dados objetivos em relação aos estudantes indígenas (matriculas, aprovação ou não, etc.). Carga horária para docentes para atendimento e estudos. Espaços

	mais acolhedores no Campus. Readequação dos currículos dos cursos e conteúdo de disciplinas, verdadeiramente incluindo e relacionando conhecimentos da disciplina a indígenas. Realização de trabalhos e avaliações de forma oral. Acompanhamento, pelo docente, das atividades realizadas pelo estudante.
E5	Adaptar os Projetos de Curso para a realidade dos indígenas.
E6	Formação e fortalecimento das equipes pedagógicas, de ensino e de assistência estudantil.
E7	Existe a necessidade de um apoio mais intensivo de toda a comunidade escolar onde o aluno consiga perceber que a instituição está adequada para recebê-los. Deve existir uma mudança de comportamento do CAE, direção de ensino e até do Neabi para que, no ingresso deste aluno, ele seja escutado em suas necessidades e qual é a melhor forma para ele aprender os conteúdos oferecidos. Também acredito que deve haver uma mudança de currículo para que ele possa acompanhar as atividades oferecidas e este aluno deve ter um acompanhamento constante da mesma forma que é feito para os alunos com deficiência, dando-lhe apoio na sua formação com aulas de reforço e um atendimento especializado.
E8	Acredito que é importante um melhor preparo dos docentes e ações de acolhimento
E9	Acredito que a criação de mais espaços para discussões, debates e compartilhamento de ações entre os Neabis do IFRS e também de outras instituições de ensino seriam essenciais. Uma discussão mais aprofundada sobre a efetivação e aplicação das ações afirmativas propostas pelo IFRS seria muito interessante, tendo em vista as diferentes realidades regionais de atuação dos <i>Campi</i> do Instituto Federal. Sobre os PEIs, acredito que também carece uma discussão mais aprofundada sobre a elaboração, acompanhamento e efetividade desta ferramenta no processo de ensino e aprendizagem e o efetivo reflexo dela na permanência e êxito dos estudantes indígenas.

**Fonte:** o autor (2026).

A análise prossegue chegando à 12ª segunda questão do questionário, que teve como objetivo reunir sugestões dos participantes para o aprimoramento das ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes indígenas no âmbito do IFRS. Para tanto, foi apresentada a seguinte pergunta: “Indique sugestões para a melhoria das ações voltadas à permanência e o êxito dos estudantes indígenas”.

As respostas evidenciam um alto grau de convergência em torno da necessidade de fortalecimento institucional das políticas já existentes, bem como da ampliação de estratégias que considerem, de forma mais efetiva, as especificidades culturais, sociais e territoriais dos povos indígenas.

Um dos aspectos mais recorrentes refere-se à importância da criação e

consolidação de espaços permanentes de diálogo, debate e compartilhamento de experiências entre os Neabis, tanto no interior do IFRS quanto com outras instituições de ensino (E1, E9). Essa articulação interinstitucional é compreendida como fundamental para a troca de boas práticas, para a avaliação crítica das ações afirmativas e para o enfrentamento das diferentes realidades regionais dos *Campi*.

Outro eixo central diz respeito à necessidade de aprofundamento teórico-metodológico dos Planos Educacionais Individualizados (PEIs). Os participantes destacam a urgência de discutir de forma mais sistemática a elaboração, o acompanhamento e a efetividade desses instrumentos, de modo que eles deixem de ser apenas um dispositivo formal e passem a refletir concretamente no processo de ensino-aprendizagem e na permanência dos estudantes indígenas (E1, E3, E9). Essa preocupação se articula à demanda por melhorias metodológicas e curriculares, incluindo a adaptação dos projetos pedagógicos de curso, a valorização de formas alternativas de avaliação, como a oralidade, e a incorporação de saberes indígenas nos conteúdos das disciplinas (E4, E5, E7).

As falas também ressaltam a importância da ampliação dos auxílios socioeconômicos, considerando de forma mais sensível as condições de vida, transporte, alimentação e responsabilidades familiares dos estudantes, o que aponta para uma compreensão ampliada da permanência como fenômeno que extrapola o espaço escolar. Soma-se a isso a centralidade da formação continuada dos servidores e da criação de condições institucionais concretas — como recursos, carga horária e equipes de apoio — para a qualificação das ações desenvolvidas.

Conclui-se que, embora sejam reconhecidos avanços nas políticas e práticas institucionais, permanece o desafio de consolidar uma política de permanência e êxito efetivamente intercultural, integrada e compartilhada por toda a instituição, superando fragilidades estruturais e metodológicas e garantindo condições reais de pertencimento e sucesso acadêmico aos estudantes indígenas no âmbito do IFRS. Além do fortalecimento dos Neabis, através do aprimoramento dos processos de armazenamento e divulgação das ações realizadas nos Neabis.

#### 4.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para a apresentação e discussão sobre os dados coletados, foram retomados os objetivos que orientaram a pesquisa. Nesse sentido, a análise concentrou-se nas

memórias apreendidas por meio das narrativas dos participantes acerca das ações desenvolvidas por servidores vinculados aos Neabis, no âmbito do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), para o acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas. A análise voltou-se, especialmente, às formas de registro, organização, controle e divulgação dessas ações no contexto institucional.

Os resultados evidenciam que, embora os Neabis desenvolvam iniciativas significativas voltadas ao atendimento e acompanhamento de estudantes indígenas, muitas dessas ações encontram-se desarticuladas e pouco sistematizadas.

Observou-se a existência de registros dispersos e a ausência de procedimentos padronizados para o acompanhamento e a preservação da memória institucional dessas iniciativas. Essa realidade limita a visibilidade das ações desenvolvidas, dificulta a avaliação de seus impactos e fragiliza a continuidade das políticas institucionais voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito desses estudantes.

A sistematização dos dados permitiu identificar que a inexistência de um instrumento orientador comum para a busca de informações nos Neabis do IFRS constitui um dos principais entraves para dar visibilidade às memórias das ações desenvolvidas nesses núcleos e para promover sua valorização. A falta de um sistema estruturado compromete a organização e a eficácia das políticas públicas, como apontado por Lima (2016) e Gohn (2011), que discutem a necessidade de uma gestão da memória institucional eficaz para garantir a continuidade e a visibilidade das políticas de inclusão.

Diante disso, emerge a necessidade de um Produto Educacional que ajude a encontrar essas informações produzidas, possibilitando que os usuários dos Neabis e pesquisadores interessados no tema encontrem e possam acompanhar as ações desenvolvidas. A criação desse produto surge como uma resposta à desarticulação e à falta de visibilidade das ações e como uma ferramenta essencial para a sistematização e o acesso a essas informações, garantindo que o conhecimento gerado não se perca no tempo.

Para atender a essa necessidade de sistematização, pretendeu-se elaborar um Produto Educacional que oriente os pesquisadores e usuários da EPT e contribua para a padronização do fluxo das informações relativas às memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, o qual é apresentado de forma detalhada na próxima seção.

O Produto Educacional busca preencher a lacuna identificada na pesquisa e promover uma organização centralizada dessas ações, facilitando o acesso contínuo às informações.

**Contexto histórico e institucional:** Para fundamentar essa discussão, foram retomados aspectos históricos relativos à constituição dos Neabis e ao contexto institucional do IFRS, compreendido como espaço de materialização das políticas públicas educacionais voltadas à diversidade étnico-racial. A análise do contexto institucional é crucial para entender as condições estruturais que influenciam a implementação dessas políticas. As experiências de educação indígena no Brasil, conforme discutido por Silva e Oliveira (2020), demonstram que as políticas de inclusão muitas vezes enfrentam desafios relacionados à falta de infraestrutura adequada e evidenciam a importância dos Neabis para o fortalecimento da presença indígena no ensino superior.

Paralelamente, analisou-se a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) enquanto proposta de formação integral na educação pública, destacando-se os desafios contemporâneos dessa modalidade, especialmente no que diz respeito à garantia de condições efetivas de permanência e êxito dos estudantes indígenas.

Como Ferreira e Souza (2018) indicam, a EPT possui um potencial inclusivo, mas ainda enfrenta desafios no que tange à adaptação das metodologias e à garantia de apoio contínuo aos estudantes indígenas. A pesquisa identificou que o IFRS tem avançado nas políticas de inclusão, mas a falta de integração entre os diversos setores da instituição tem comprometido a efetividade dessas políticas.

**Dimensões do ensino, pesquisa e extensão:** A análise contemplou, ainda, as dimensões interligadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, compreendidas como categorias indissociáveis da EPT, evidenciando que grande parte das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS se origina dessas frentes.

A pesquisa e a extensão, como dimensões de atuação interligadas ao ensino, têm sido fundamentais para o desenvolvimento de ações de apoio aos estudantes indígenas, conforme enfatizado por Lima (2016) e Gohn (2011). Essas ações, no entanto, carecem de um processo sistemático de registro e acompanhamento, o que dificulta a avaliação e a disseminação dos resultados alcançados.

**A descentralização das ações nos Neabis:** Os resultados da pesquisa evidenciaram que, embora os Neabis desenvolvam ações relevantes voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, tais iniciativas

encontram-se dispersas em diferentes setores, plataformas e registros institucionais, dificultando sua localização, sistematização e apropriação pela comunidade acadêmica.

A pesquisa também revelou a falta de um sistema integrado de armazenamento e divulgação das ações, um problema apontado por Ferreira e Souza (2018) como um dos principais entraves para a implementação eficaz das políticas públicas.

Uma das principais dificuldades identificadas foi a falta de um sistema adequado para armazenamento e divulgação das ações que envolvem os Neabis, bem como de suas normas e regulamentações.

De forma similar, nas entrevistas realizadas, os participantes destacaram a necessidade de diretrizes claras e acessíveis para o acesso às informações, bem como a ausência de um repositório institucional específico para os Neabis, que possibilite o armazenamento das ações, o acesso, a socialização dessas produções decorrentes de projetos de ensino, pesquisa e extensão e a preservação da memória institucional. Isso reforça a necessidade de orientações sistematizadas para a gestão e a memória dessas ações, o que é essencial para garantir transparência e continuidade.

**Acesso às memórias das ações nos Neabis:** Diante dos resultados apresentados, observa-se que os achados da pesquisa dialogam diretamente com o problema que orientou este estudo, formulado nos seguintes termos: como acessar as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS.

A análise das narrativas dos participantes e dos registros institucionais evidenciou que, embora existam diversas ações voltadas aos estudantes indígenas, seus registros encontram-se dispersos em diferentes setores, plataformas e documentos institucionais, o que dificulta sua localização, sistematização e acesso por parte da comunidade acadêmica e de pesquisadores interessados no tema.

Nesse sentido, os resultados obtidos também contribuem para o alcance do objetivo geral da pesquisa, que consistiu em analisar e sistematizar as formas de registro e acesso às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS para o acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, contribuindo para ampliar a visibilidade e a organização dessas informações.

A investigação permitiu identificar onde e como essas ações estão

registradas, bem como analisar os instrumentos institucionais utilizados para sua divulgação e registro, evidenciando lacunas relacionadas à organização e ao acesso a essas informações.

Além disso, os resultados obtidos fornecem subsídios para o desenvolvimento do Produto Educacional proposto nesta pesquisa, concebido como uma estratégia para orientar usuários e pesquisadores quanto ao acesso às memórias das ações desenvolvidas pelos Neabis do IFRS.

Dessa forma, o material elaborado busca contribuir para a organização e a visibilidade dessas iniciativas institucionais, fortalecendo a preservação da memória dessas ações e ampliando as possibilidades de acompanhamento das políticas e práticas voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas na instituição.

Na próxima seção, dedicada ao Produto Educacional, além do levantamento das produções já publicadas no âmbito do ProfEPT relacionadas ao tema em estudo e da revisão de literatura acerca dos conceitos que fundamentam a elaboração de materiais educativos, serão apresentados os aspectos referentes à concepção e ao desenvolvimento do guia. Também será descrito o percurso metodológico adotado, desde a concepção do material até sua avaliação final pelos destinatários.

## 5 PRODUTO EDUCACIONAL

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT), enquanto política pública de formação, tem assumido um papel estratégico na ampliação do acesso à educação, bem como na promoção da permanência e do êxito dos estudantes, especialmente daqueles historicamente excluídos dos processos educacionais. Nesse contexto, a presença de estudantes indígenas nas instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica evidencia avanços no campo das políticas afirmativas, ao mesmo tempo em que revela desafios relacionados à garantia de condições efetivas de permanência, ao reconhecimento identitário e ao sucesso acadêmico.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível analisar os dispositivos institucionais responsáveis por mediar a implementação dessas políticas e por promover ações concretas que assegurem não apenas o ingresso, mas também a permanência e o êxito desses estudantes no âmbito da EPT. No âmbito dessas instituições, os Neabis configuram-se como espaços fundamentais de articulação entre ações pedagógicas, políticas institucionais e práticas educativas voltadas à valorização da diversidade étnico-racial e cultural.

As iniciativas desenvolvidas por esses núcleos, em especial aquelas destinadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, constituem experiências formativas relevantes. Contudo, para que essas ações possam ser reconhecidas, avaliadas e aprimoradas ao longo do tempo, torna-se fundamental que sejam devidamente registradas, sistematizadas e socializadas no âmbito institucional, de modo a fortalecer a memória institucional e subsidiar a construção de práticas educativas mais inclusivas.

A produção e a preservação da memória dessas ações assumem, portanto, caráter estratégico, uma vez que possibilitam não apenas a visibilidade das práticas desenvolvidas, mas também a reflexão crítica sobre os processos institucionais e formativos que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica.

Nesse sentido, a ausência de instrumentos sistematizados que orientem o acesso a esses registros fragiliza a preservação da memória institucional e limita a circulação dos conhecimentos produzidos a partir das experiências desenvolvidas nos Neabis, o que reforça a necessidade de proposição de estudos e produtos educacionais voltados à organização, ao acesso e à difusão dessas memórias, em

consonância com os princípios da EPT e da formação humana integral.

É nesse cenário que se insere o Produto Educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa, o qual consiste em um guia de acesso às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

O guia tem como finalidade orientar estudantes, servidores, pesquisadores e demais interessados quanto aos caminhos, fontes e estratégias para localizar, consultar e compreender os registros dessas ações no contexto institucional. Assim, mais do que um instrumento informativo, o guia configura-se como uma estratégia pedagógica e institucional voltada à valorização das práticas desenvolvidas em prol dos estudantes indígenas.

A proposição desse Produto Educacional justifica-se pela constatação de que, embora diversas ações formativas, pedagógicas e institucionais sejam desenvolvidas nos Neabis, seus registros encontram-se, muitas vezes, dispersos em diferentes espaços físicos e digitais, o que dificulta o acesso, a sistematização e a preservação da memória institucional.

Essa fragmentação compromete a visibilidade das iniciativas e limita seu potencial formativo e institucional, o que torna urgente a construção de instrumentos que promovam a organização e a democratização do acesso às informações. Tal proposição dialoga diretamente com os princípios formativos do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que orienta a produção de conhecimentos e produtos educacionais comprometidos com a realidade das instituições e com a transformação das práticas educativas.

O curso de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tem como finalidade a formação de profissionais capazes de produzir conhecimentos e desenvolver produtos educacionais articulados ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado. Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2008, p. 45), “Essa concepção fundamenta-se na compreensão da EPT como um campo que integra trabalho, ciência, tecnologia e cultura, orientando-se pela perspectiva da formação humana integral”.

Nessa perspectiva, a formação proposta pelo programa ultrapassa uma concepção instrumental de ensino, articulando-se a uma visão crítica e integrada do processo educativo. Conforme estabelecido nas diretrizes do Programa, os produtos educacionais desenvolvidos devem dialogar com os contextos reais das instituições

de ensino, contribuindo para a qualificação das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

Conforme estabelecido nas diretrizes do Programa, os produtos educacionais desenvolvidos devem dialogar com os contextos reais das instituições de ensino, contribuindo para a qualificação das práticas pedagógicas e da gestão educacional.

Nessa direção, o ProfEPT compreende os espaços educativos como instâncias de organização, planejamento e implementação de ações formativas, nas quais se torna imprescindível a mobilização articulada de condições materiais, institucionais e humanas.

Tal abordagem converge com a concepção de educação omnilateral, que busca superar a fragmentação do conhecimento e promover uma formação que considere as múltiplas dimensões do sujeito, especialmente no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (Ciavatta, 2014; Frigotto, 2018).

Para assegurar que o estudo desenvolvido se insira nesse campo teórico-prático e dialogue com as produções já consolidadas no programa, fez-se necessário mapear as pesquisas e produtos educacionais anteriormente desenvolvidos no âmbito do ProfEPT. Com esse intuito, realizou-se um levantamento no site do Observatório do ProfEPT, bem como no Portal de Periódicos da Capes, ambientes digitais que se constituem como instrumentos estratégicos de sistematização das informações do programa, reunindo dados sobre dissertações e produtos educacionais desenvolvidos pelos egressos do mestrado em rede, além de subsidiar processos de gestão, avaliação e acompanhamento institucional (Observatório ProfEPT, 2025).

A análise dessas produções permite não apenas compreender as tendências investigativas do programa, mas também identificar lacunas temáticas que justificam novas pesquisas e proposições de produtos educacionais. Para a realização do levantamento, utilizou-se o recurso de busca avançada, com os seguintes descritores: Neabis; núcleos; memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis.

O uso desses descritores, individualmente, não resultou na identificação de produções acadêmicas relacionadas à temática investigada, o que evidencia a ausência de estudos que sistematizem as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). Tal constatação revela uma lacuna no campo de pesquisa e

reforça a relevância do presente estudo, considerando tratar-se de um tema e de um problema de pesquisa ainda não explorados no contexto do programa.

Essa lacuna reforça a pertinência da proposição de um Produto Educacional que responda a demandas ainda não contempladas no âmbito do ProfEPT, em consonância com as diretrizes estabelecidas para a Área de Ensino. Nesse sentido, o Documento Orientador de APCN – Área 46 – Ensino (Brasil, 2019) estabelece que o mestrando deve desenvolver um processo ou Produto Educacional aplicado em condições reais de sala de aula ou em outros espaços educativos, podendo assumir formato artesanal ou de protótipo. O documento também determina que a dissertação deve, impreterivelmente, incluir um relato fundamentado da aplicação do Produto Educacional desenvolvido.

De acordo com o referido documento, a produção técnica e tecnológica na Área de Ensino, entendida como produtos e processos educacionais, destina-se à utilização por professores e outros profissionais que atuam em espaços formais e não formais de ensino. Para os cursos de Mestrado e Doutorado Profissional, destaca-se que esses produtos educacionais podem ser categorizados, conforme os campos da Plataforma Sucupira, nas seguintes modalidades: desenvolvimento de material didático e instrucional, como propostas de ensino, sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas e materiais textuais, a exemplo de manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos, dicionários e relatórios de projetos; desenvolvimento de produtos, como mídias educacionais, incluindo vídeos, simulações, animações, videoaulas, experimentos virtuais, áudios, objetos de aprendizagem, ambientes de aprendizagem, páginas de Internet, blogs e jogos educacionais; desenvolvimento de aplicativos, tais como aplicativos de modelagem, aquisição e análise de dados, plataformas virtuais e similares; desenvolvimento de técnicas, compreendendo protótipos educacionais, materiais para atividades experimentais, equipamentos, kits e jogos interativos; cursos de curta duração e atividades de extensão, como cursos, oficinas, ciclos de palestras, exposições, atividades de divulgação científica, entre outras; outros produtos, incluindo produções artísticas e culturais, bem como produtos de comunicação e divulgação científica e cultural, como artigos em jornais ou revistas e programas de rádio ou televisão (Brasil, 2019).

No que se refere à classificação do conteúdo do Produto Educacional desenvolvido nesta pesquisa, este se configura como um guia/protocolo, tipologia reconhecida nos documentos normativos da Área de Ensino desde 2013 (Brasil, 2013; 2019a; 2022), bem como nas diretrizes do Grupo de Trabalho (GT) de Produção Técnica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) (Brasil, 2019b). Conforme estabelecido por esse GT, o guia/protocolo é definido como:

O guia pode ser compreendido como um conjunto sistematizado de informações, decisões, normas e regras aplicáveis a determinada atividade, no qual se reúnem os conhecimentos básicos relativos a uma ciência, técnica, ofício ou procedimento. Sua finalidade principal é orientar práticas, padronizar ações e apoiar a tomada de decisões no contexto em que é utilizado.

De acordo com Houaiss e Villar (2009), o guia caracteriza-se como um guia de instruções que reúne normas e procedimentos destinados a orientar o uso de dispositivos, a execução de tarefas ou a resolução de problemas específicos. Nessa perspectiva, assume um papel organizador do conhecimento prático e técnico, contribuindo para a uniformização de processos e para a disseminação de orientações de forma acessível.

No âmbito institucional e educacional, os manuais podem apresentar-se sob a forma de compêndios, livros ou documentos normativos, em suporte impresso ou digital, estabelecendo diretrizes sobre como se deve atuar em determinados procedimentos (ABNT, 2018). Assim, configuram-se como instrumentos fundamentais para a orientação do trabalho, a preservação de práticas institucionais e a socialização de conhecimentos sistematizados.

Após a definição da categoria do Produto Educacional (PE), faz-se necessário estabelecer os critérios de conteúdo que orientarão a elaboração do material educativo. Esse planejamento é fundamental para assegurar a intencionalidade pedagógica do produto e sua coerência com os objetivos formativos propostos. De acordo com Leite (2018), o material educativo constitui um recurso pedagógico que favorece a experiência de aprendizagem, atuando como elemento mediador no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo a autora, embora essa definição possa aparentar simplicidade, ela envolve implicações significativas, especialmente no que se refere à compreensão de que o material educativo não se restringe à sua materialidade ou ao suporte físico

que o compõe. Trata-se, antes, de um artefato pedagógico intencionalmente planejado, concebido para promover interações significativas entre os sujeitos, os conhecimentos e os contextos socioculturais nos quais se insere (Leite, 2018).

Nesse sentido, é fundamental explicitar que os eixos conceitual, pedagógico e comunicacional propostos por Leite (2018) articulam-se diretamente com os pressupostos da Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel (1968). O eixo conceitual relaciona-se à seleção de conteúdos potencialmente significativos, capazes de dialogar com os conhecimentos prévios dos sujeitos (subsunçores); o eixo pedagógico organiza a progressão lógica e hierarquizada desses conteúdos, favorecendo sua assimilação progressiva; e o eixo comunicacional assegura que a linguagem e a forma de apresentação do material contribuam para a ancoragem cognitiva. Dessa forma, a integração desses eixos potencializa a construção de aprendizagens significativas, conforme aprofundado por Novak (1984) e Moreira (2006).

Nessa perspectiva, o material educativo ultrapassa uma função meramente instrumental, assumindo um papel central na organização, sistematização e mediação dos saberes. Conforme Zabala (1998), os materiais didáticos devem estar articulados às finalidades educativas, contribuindo para a construção de aprendizagens significativas e contextualizadas.

Do mesmo modo, Libâneo (2013) destaca que os recursos pedagógicos somente cumprem sua função formativa quando integrados a uma proposta pedagógica crítica, orientada para a compreensão da realidade e para a formação humana integral.

Assim, a definição dos conteúdos do Produto Educacional deve considerar não apenas os aspectos informativos, mas também sua capacidade de promover reflexão, participação e apropriação crítica do conhecimento, em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, o material educativo é compreendido como um recurso que extrapola a função informativa, assumindo caráter formativo ao contribuir para o desenvolvimento integral do sujeito. Em consonância com os princípios da Educação Profissional e Tecnológica, que articulam trabalho, ciência, tecnologia e cultura (Freire, 1996; Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2012).

Com base nessa compreensão, o material educativo foi orientado pelos eixos conceitual, pedagógico e comunicacional, conforme Leite (2018). Esses eixos

asseguram a intencionalidade pedagógica, a consistência teórica e a clareza comunicacional do material, possibilitando sua adequação ao problema de pesquisa delineado.

Na sequência, são explicitados os elementos contemplados em cada um desses eixos no Produto Educacional desenvolvido.

**Eixo conceitual:** O delineamento do eixo conceitual do Produto Educacional exigiu domínio aprofundado da temática investigada, demandando a realização de pesquisa bibliográfica e documental como etapas estruturantes do percurso metodológico. Tais procedimentos desempenharam papel central na construção da fundamentação teórica do material, possibilitando a identificação, análise e sistematização dos principais conceitos relacionados às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

A escolha dos conceitos que fundamentam o guia está alinhada à Teoria Histórico-Cultural de Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio de interações sociais mediadas pela linguagem e pela cultura. Nessa perspectiva, novas ideias e informações são internalizadas na medida em que se articulam com conceitos previamente construídos na experiência do indivíduo, favorecendo a atribuição de significados aos novos conhecimentos.

No caso deste guia, essas âncoras são os conceitos relacionados às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS, selecionados por sua relevância para o tema investigado e sua aplicabilidade pelo público-alvo, ou seja, pesquisadores e profissionais interessados em acessar essas informações. As informações organizadas no guia não apenas permitem o acesso direto às memórias institucionais, mas também promovem a compreensão crítica do contexto e dos significados dessas ações, contribuindo para a construção de sentido socialmente situado.

Além disso, a proposta se ancora na perspectiva freireana de educação como prática emancipatória. Para Freire (1996), o conhecimento se constrói de forma dialógica, mediante a problematização da realidade e o reconhecimento dos saberes dos sujeitos historicamente situados. Assim, ao sistematizar as ações desenvolvidas nos Neabis, o guia não só promove o acesso às informações, mas incentiva a reflexão crítica sobre as políticas institucionais e seus impactos na trajetória acadêmica de estudantes indígenas.

A discussão acerca da memória institucional é sustentada por Le Goff (1990), que compreende a memória como construção social vinculada à identidade e às disputas de poder. Registrar e sistematizar as ações desenvolvidas nos Neabis implica, portanto, valorizar práticas que contribuem para a promoção da equidade e para a consolidação de políticas institucionais inclusivas.

A proposta do PE dialoga com a perspectiva da interculturalidade crítica, conforme defendida por Catherine Walsh (2009), ao defender práticas educativas que reconheçam a pluralidade epistemológica e enfrentem desigualdades estruturais herdadas do colonialismo. Essa perspectiva reforça a necessidade de apresentar informações de forma que respeite as culturas, histórias e saberes dos estudantes indígenas, fortalecendo a função do guia como instrumento de mediação e acesso às memórias institucionais.

Os conceitos selecionados servem como âncoras para a assimilação de novas ideias e conhecimentos. Tais âncoras não apenas integram o novo material à estrutura cognitiva do sujeito, mas também são modificadas por sua incorporação, configurando um processo de interação dinâmico entre conceitos previamente estabelecidos e novas aprendizagens. Nesse movimento dialético, o conhecimento é constantemente reorganizado e ampliado, favorecendo a construção de sentidos contextualizados e socialmente situados.

Para tanto, foi essencial considerar a relevância desses conceitos para o tema abordado — especialmente no que se refere às memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS — bem como sua aplicabilidade pelo público-alvo do guia, composto por pesquisadores e profissionais interessados no acesso a essas informações. A organização conceitual, portanto, não se restringe à dimensão teórica, mas orienta a estrutura do material, garantindo clareza, coerência e funcionalidade.

**Eixo pedagógico:** No que se refere ao eixo pedagógico, buscou-se estabelecer um ponto de partida e um ponto de chegada em relação à abordagem ao destinatário do material. O ponto de partida consistiu na compreensão das etapas que estruturam os Neabis, sua relação histórica e seu desenvolvimento e ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito institucional, reconhecendo esses projetos como espaços de produção, registro e circulação de conhecimentos.

Sob esse contexto, as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas foram

compreendidas como parte integrante do processo, uma vez que envolvem a organização, preservação e disponibilização de documentos, registros e demais fontes que compõem a memória institucional. Com tal compreensão, o guia foi estruturado de modo a orientar o pesquisador quanto aos caminhos possíveis para localizar informações relativas às ações nos Neabis, considerando os fluxos institucionais, os setores responsáveis e os instrumentos formais de registro.

Desse modo, a pesquisa teve como objetivo compreender o entendimento efetivo dos sujeitos envolvidos acerca do tema investigado. Nesse processo, o desenvolvimento do Produto Educacional fundamentou-se na Teoria Histórico-Cultural, a qual compreende o conhecimento como resultado das interações sociais e da mediação entre sujeito e objeto. Tal perspectiva reconhece que a aprendizagem ocorre por meio da relação entre novos conteúdos e os conhecimentos previamente construídos pelos participantes.

Dessa forma, parte-se do pressuposto de que a aprendizagem se torna mais significativa quando as novas informações estabelecem conexões substantivas com a estrutura cognitiva já existente no indivíduo. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de David Ausubel (1968), ao afirmar que o conhecimento prévio é a variável que mais influencia a aprendizagem significativa de novos conteúdos.

Baseado nas contribuições de Ausubel (1968) e Novak (1984), o Guia de Acesso às Memórias dos Neabis do IFRS, destinado a pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica, foi estruturado em consonância com os princípios da Teoria da Aprendizagem Significativa, sistematizada por David Ausubel e posteriormente ampliada por Joseph Novak e Moreira, especialmente no que se refere à organização do conhecimento, à utilização de subsunçores e à elaboração de material potencialmente significativo.

**Organização do conhecimento:** o produto foi organizado de maneira lógica, clara e hierarquizada, apresentando os conceitos centrais da pesquisa em sequência progressiva. As etapas do processo foram explicitadas de modo sistemático, favorecendo a construção gradual do conhecimento. Essa organização contribui para que os usuários desenvolvam uma estrutura cognitiva articulada, possibilitando melhor compreensão e aplicação dos procedimentos descritos.

**Subsunçores:** no âmbito da Teoria da Aprendizagem Significativa, a existência de subsunçores relevantes na estrutura cognitiva do sujeito constitui condição indispensável para que um material possa ser considerado potencialmente

significativo. Conforme postula essa abordagem, a aprendizagem significativa depende de duas condições fundamentais: a presença de conceitos prévios adequados, capazes de servir como âncoras cognitivas, e a disposição do aprendiz para estabelecer relações substantivas e não arbitrárias entre o novo conteúdo e o conhecimento já existente.

Nesse sentido, aprender significativamente implica a atribuição de significado aos signos, processo que ocorre quando novas informações se integram, de modo não mecânico, à estrutura cognitiva previamente organizada.

Segundo apontado por Moreira (2006, p. 21), “os subsunçores são conhecimentos prévios especificamente relevantes para a aprendizagem de novos conhecimentos, funcionando como ideias-âncora que possibilitam a assimilação e a diferenciação progressiva dos conteúdos”.

À luz dessa compreensão, a elaboração do Produto Educacional considerou os subsunçores identificados durante a pesquisa, entendidos como os conhecimentos prévios pertinentes dos participantes acerca das ações institucionais relacionadas aos Neabis e às políticas de inclusão.

A mobilização desses subsunçores orientou a organização, o desenvolvimento e a estruturação deste guia, concebido para orientar pesquisadores e demais interessados sobre onde localizar as memórias sobre as ações dos Neabis para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas no IFRS. Ao integrar os saberes já consolidados com as novas informações sistematizadas, o guia promove uma aprendizagem significativa, fortalecendo a compreensão crítica e contextualizada das práticas institucionais.

Material relevante e não arbitrário: o guia foi desenvolvido com o propósito de apresentar de forma sistematizada os procedimentos e as formas de encontrar as memórias sobre as ações dos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito dos estudantes indígenas. O conteúdo foi organizado de maneira aplicável e contextualizada, evidenciando sua pertinência para o processo de valorização dos Neabis. Dessa forma, o material contribui para ampliar a motivação e a compreensão dos usuários em relação ao produto, fortalecendo seu potencial de utilização e impacto institucional.

**Eixo comunicacional:** O eixo comunicacional do Produto Educacional é fundamental para garantir que as informações sejam transmitidas de forma clara e eficiente aos usuários. Nesse sentido, optou-se pela utilização de uma linguagem

acessível, que atenda tanto aos pesquisadores da EPT quanto aos profissionais que atuam diretamente nas ações dos Neabis.

Ao considerar que os projetos vinculados aos Neabis podem ser elaborados, executados e coordenados por diferentes perfis profissionais, optou-se por uma linguagem acessível, inclusiva e adequada a distintos contextos de atuação. Tal escolha visa assegurar a compreensão das orientações apresentadas no guia, favorecendo seu uso efetivo como instrumento de mediação entre os sujeitos e as memórias institucionais das ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

Para a definição da estrutura pedagógica do material, realizou-se inicialmente um levantamento de produtos educacionais já publicados sobre a temática, bem como uma revisão de literatura relacionada à organização e à construção de materiais educativos.

Essa etapa fundamentou-se nos três eixos propostos por Leite (2018) para a análise e elaboração de mensagens educativas, os quais orientaram a concepção do Produto Educacional no que se refere à clareza, ao envolvimento e à compreensão dos conteúdos apresentados.

Além disso, o material ancora-se nos pressupostos da Teoria Histórico-Cultural, desenvolvida por Vygotsky (1998), segundo a qual a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais mediadas pela linguagem e pela cultura. Nessa perspectiva, o conhecimento é construído a partir da relação entre os saberes prévios dos sujeitos e os novos conteúdos apresentados, atribuindo-lhes significado no contexto sociocultural em que estão inseridos.

Para seguir tais fundamentos teóricos e metodológicos, foi estruturado o guia, com o objetivo de orientar sobre como e onde localizar as memórias sobre as ações desenvolvidas nos Neabis no IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

O Produto Educacional configura-se, portanto, como um guia de orientações destinado a extensionistas e pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica, contribuindo para a organização, sistematização e preservação dessas memórias institucionais. O material completo encontra-se apresentado no item Apêndice A desta dissertação.

A inserção das memórias no site do Núcleo de Memórias do IFRS constitui um desdobramento fundamental da pesquisa, demandando a explicitação de sua

estrutura, funcionamento e perspectivas de continuidade. O espaço digital foi concebido como um repositório institucional organizado a partir de diretrizes de sistematização documental, visando reunir, classificar e disponibilizar registros das ações desenvolvidas pelos Neabis.

Sua criação ocorreu no âmbito institucional do IFRS, com apoio de setores vinculados à gestão da informação e à tecnologia, sendo sua manutenção atribuída a uma equipe responsável pela curadoria e atualização dos conteúdos, composta por servidores vinculados aos núcleos e, quando possível, por colaboradores da área de tecnologia da informação.

Os critérios de organização do repositório baseiam-se na categorização por tipo de ação (ensino, pesquisa, extensão), temporalidade, campus de origem e público atendido, assegurando maior acessibilidade e rastreabilidade das informações. No que se refere à sustentabilidade do repositório digital, destaca-se a adoção de estratégias institucionais voltadas à sua continuidade, tais como a vinculação a políticas institucionais de memória e gestão documental, a definição de responsabilidades formais para sua manutenção, a utilização de plataformas institucionais consolidadas e a previsão de atualização contínua por meio da inserção periódica de novos registros.

Tais medidas visam garantir não apenas a preservação das informações ao longo do tempo, mas também sua relevância enquanto instrumento de apoio às práticas de pesquisa, extensão e gestão, atendendo às exigências de perenidade e aplicabilidade frequentemente destacadas nas avaliações do ProfEPT.

No que tange à estrutura e organização do guia, sua estrutura foi definida a partir de seções previamente estabelecidas, em consonância com os objetivos do estudo e com os fundamentos teórico-metodológicos que orientam a construção do Produto Educacional. A disposição dessas seções visa garantir uma apresentação sistemática e coerente dos conteúdos, favorecendo tanto a leitura sequencial quanto a consulta pontual por parte dos usuários.

**Seção 1 – Elementos iniciais do Produto Educacional:** essa seção reúne os componentes introdutórios do guia. Nela, são apresentados o guia e a delimitação do público-alvo, além do sumário, que permite ao leitor visualizar a organização geral do material. Na sequência, são expostos a introdução, os objetivos, as finalidades e os possíveis benefícios do Produto Educacional, evidenciando sua relevância para extensionistas, pesquisadores e profissionais da

Educação Profissional e Tecnológica envolvidos nas ações desenvolvidas nos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis).

Essa seção inicial tem como propósito situar o leitor quanto à proposta do guia e às suas possibilidades de utilização, contribuindo para a compreensão de sua função enquanto instrumento de orientação, sistematização e acesso às memórias institucionais.

**Seção 2 – Fundamentação teórico-conceitual:** é dedicada à apresentação da base teórica que fundamentou a elaboração e a construção do Produto Educacional. Nela, são abordados os conceitos centrais da Educação Profissional e Tecnológica, bem como os aspectos históricos relacionados à temática, além da discussão sobre o papel dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) no âmbito institucional, especialmente no que concerne às memórias sobre as ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

Essa seção tem como objetivo situar o leitor no contexto histórico, social e educacional em que se desenvolvem as ações registradas, oferecendo subsídios teóricos para a compreensão de sua relevância. Ao sistematizar esses fundamentos, estabelecem-se as bases conceituais que orientam a utilização do Produto Educacional e favorecem sua apropriação de forma crítica e contextualizada nos usuários.

**Seção 3 – Orientações para acesso e utilização das informações destinadas a apresentar os caminhos e estratégias para a localização e o uso das memórias institucionais sistematizadas.** Essa seção contempla orientações sobre como acessar os registros, interpretar as informações disponíveis e utilizá-las em atividades de pesquisa, extensão e gestão institucional. Busca-se, assim, ampliar as possibilidades de uso do material, fortalecendo o guia como instrumento de apoio às práticas profissionais e acadêmicas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

**Seção 4 – Considerações finais do guia:** é destinada à apresentação das considerações finais do Produto Educacional, contemplando, ainda, as referências utilizadas e os agradecimentos. Nessa seção, é apresentada uma síntese das orientações desenvolvidas ao longo do guia, retomando seus objetivos e evidenciando a relevância da preservação e do acesso às memórias sobre as ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

Além disso, a seção destaca o potencial do Produto Educacional como

instrumento de apoio às práticas de pesquisa, extensão e gestão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, incentivando sua utilização e adaptação de acordo com as especificidades dos diferentes contextos institucionais. Ao reforçar essas possibilidades de uso, o guia consolida-se como um recurso orientador voltado à organização, valorização e preservação das memórias institucionais.

O guia configura-se, assim, como um material prático de apoio à gestão, destinado a pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica que desenvolvem projetos de ensino, pesquisa e extensão nas instituições de ensino.

Ao facilitar o acesso às informações relativas às memórias produzidas a partir das ações de ensino, pesquisa, extensão e atividades afins realizadas nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFRS, o Produto Educacional busca incentivar o conhecimento, a valorização e o fortalecimento dos Neabis e de suas ações no âmbito institucional.

## 5.1 AVALIAÇÃO DO PRODUTO

A avaliação do Produto Educacional, intitulado “Espaço de Memórias sobre as Ações Desenvolvidas nos Neabis do IFRS para Acesso, Permanência e Êxito de estudantes indígenas”, foi realizada por meio da aplicação de um questionário aos coordenadores dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A participação nesse processo ocorreu de forma voluntária, mas mostrou-se de extrema relevância para a qualificação do Produto Educacional, uma vez que os respondentes atuam diretamente na coordenação de ações pedagógicas, de pesquisa e de extensão no âmbito dos Neabis.

Destaca-se que esses coordenadores, em sua prática institucional, frequentemente necessitam acessar informações produzidas por outros Neabis acerca de ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas. Entretanto, tais informações, em muitos casos, não se encontram disponíveis, o que evidencia fragilidades nos registros institucionais e reforça a pertinência do guia proposto.

As respostas ao questionário foram elaboradas a partir da análise do Produto Educacional, considerando a perspectiva de sujeitos que se configuram como potenciais usuários do guia e que experienciam desafios relacionados à execução,

ao registro e à socialização de projetos e ações. A avaliação levou em conta a experiência desses coordenadores enquanto agentes envolvidos tanto na produção de conhecimentos quanto na implementação de iniciativas institucionais, as quais, não raras vezes, resultam na dispersão ou fragilidade das memórias documentais.

Logo, a partir da avaliação do guia, verificou-se a sua pertinência, clareza, aplicabilidade e potencial contribuição para a organização e o acesso às memórias sobre as ações desenvolvidas nos Neabis. Além disso, permitiu-se identificar ajustes e aprimoramentos necessários à sua consolidação enquanto Produto Educacional, alinhado às demandas institucionais e aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

O questionário de avaliação do produto foi desenvolvido no formato de formulário eletrônico, por meio da plataforma *Google Forms* (Apêndice D), e organizado a partir de componentes avaliativos propostos por Leite (2019). O autor propõe um modelo avaliativo estruturado em cinco componentes, amplamente adotado em pesquisas da área, a saber: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança. Esses componentes permitiram analisar o material não apenas em seus aspectos técnicos, mas também em sua relevância pedagógica, institucional e social.

Os itens referentes ao componente atração buscaram identificar se o guia apresenta características capazes de despertar o interesse do público-alvo. Para tanto, as questões abordaram a percepção dos participantes quanto à organização do material, à clareza visual, à estrutura dos conteúdos e à adequação da linguagem utilizada, considerando a sua função de mediação e aproximação inicial dos usuários com o Produto Educacional.

No componente compreensão, os itens do questionário tiveram como objetivo verificar se os conteúdos e orientações apresentados no guia foram compreendidos pelos participantes. As questões relacionadas a esse eixo avaliaram a clareza das informações, a objetividade das instruções e a coerência interna do material, considerando a capacidade do Produto Educacional de comunicar, de forma acessível, os procedimentos necessários ao registro e à organização das memórias institucionais.

Os itens vinculados ao componente envolvimento buscaram averiguar se os participantes reconheceram o guia como relevante para a sua prática institucional. Nesse conjunto de questões, investigou-se a percepção dos coordenadores quanto

à utilidade do material no desenvolvimento de ações pedagógicas, de pesquisa e de extensão no âmbito dos Neabis, bem como seu potencial de uso recorrente no cotidiano institucional.

No que se refere ao componente aceitação, os itens do questionário analisaram se o enfoque adotado, os conteúdos abordados e a linguagem utilizada no guia foram considerados adequados e pertinentes pelo grupo destinatário. Esse eixo avaliativo permitiu identificar o grau de concordância dos participantes em relação à proposta do Produto Educacional e à sua aderência às demandas institucionais e às especificidades da Educação Profissional e Tecnológica.

Por fim, os itens relacionados ao componente mudança de ação, tiveram como finalidade identificar o potencial do guia para estimular alterações nas atitudes, perspectivas e práticas institucionais dos usuários. As questões desse eixo investigaram se o Produto Educacional contribui para a reorganização dos processos de registro, sistematização e disponibilidade de encontrar as memórias sobre as ações desenvolvidas nos Neabis, bem como para o fortalecimento da gestão do conhecimento institucional.

A avaliação do Produto Educacional contou com a participação de nove avaliadores, vinculados aos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis) do IFRS, conforme descrito no Apêndice D. Para tanto, foi elaborado um questionário estruturado a partir dos componentes avaliativos definidos no estudo. Cada componente foi avaliado por meio de três questões, sendo duas de caráter fechado e uma de natureza aberta.

Para as questões fechadas, utilizou-se uma escala do tipo Likert, com variação de 1 a 5, correspondendo, respectivamente, às opções: discordo totalmente (1); discordo (2); nem concordo nem discordo (3); concordo (4); e concordo totalmente (5).

Para além dos dados quantitativos obtidos por meio das questões fechadas, procedeu-se à análise qualitativa das respostas abertas, com o objetivo de compreender percepções, sugestões e eventuais limitações do produto. A questão aberta teve como finalidade possibilitar aos participantes o registro de comentários, percepções e sugestões de aprimoramento relacionadas a cada componente analisado.

As respostas evidenciaram, de modo geral, uma avaliação positiva quanto à organização, relevância e aplicabilidade do Produto Educacional. Entretanto,

também foram identificadas algumas considerações críticas, especialmente relacionadas à necessidade de maior detalhamento das instruções, ampliação de conteúdo, melhorias na navegação, linguagem etc.

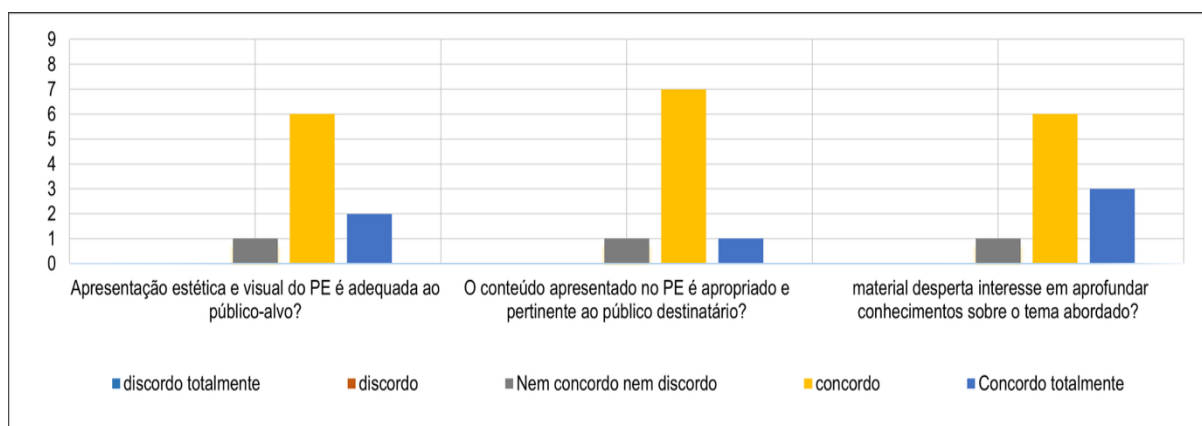
O processo de produção dos dados avaliativos foi realizado por meio de contato, via correio eletrônico, com 17 servidores vinculados aos Neabis do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Aos participantes foram encaminhados o Produto Educacional (PE) e o *link* de acesso ao questionário eletrônico de avaliação.

Inicialmente, foi estabelecido o prazo de cinco dias para o preenchimento do instrumento. Os servidores convidados possuem experiência na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão, com atuação em iniciativas aprovadas no âmbito dos Neabis nos últimos anos no IFRS, o que confere consistência técnica às análises realizadas.

Do total de servidores contatados, nove aceitaram participar da pesquisa, correspondendo a 52,94% da população convidada. Configurando, assim, esse grupo a amostra do estudo para fins de avaliação do Produto Educacional. É importante frisar que a avaliação foi estruturada em cinco componentes: Atração, Compreensão, Envolvimento, Aceitação e Mudança.

No que se refere ao primeiro componente avaliativo, denominado Atração, buscou verificar se o design do Produto Educacional é considerado atrativo e se os conteúdos apresentados despertam interesse no público destinatário. Os resultados obtidos a partir das respostas às três questões que compõem esse componente são apresentados e analisados no Gráfico 1, conforme descrito a seguir.

**Gráfico 1** - Avaliação da atração do PE: design, conteúdo e interesse dos avaliadores



Fonte: o autor (2026).

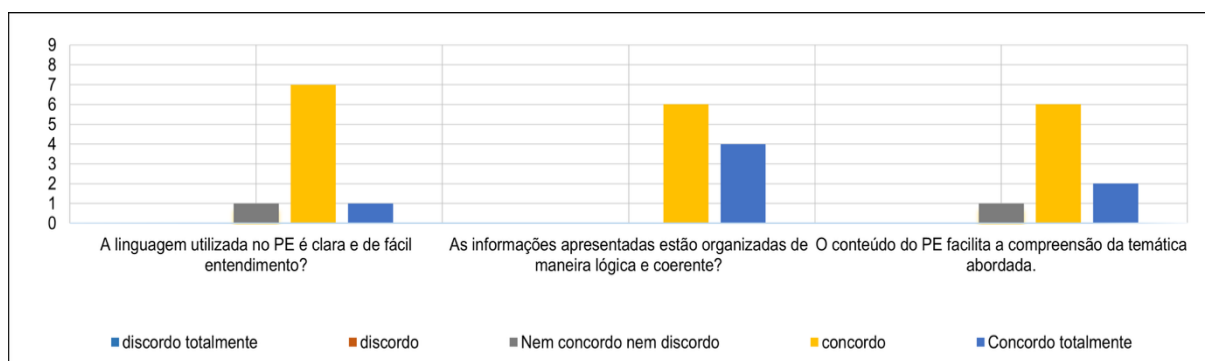
Com base nas respostas dos nove avaliadores, o *feedback* referente à Atração foi positivo. A apresentação estética e visual do PE foi considerada adequada ao público-alvo, evidenciando coerência entre proposta pedagógica e organização visual.

O conteúdo apresentado também foi avaliado como apropriado e pertinente ao público destinatário, indicando que o material cumpre sua finalidade formativa.

Quanto ao interesse em aprofundar-se na temática, a maioria dos participantes demonstrou disposição para ampliar seus conhecimentos, reforçando o potencial mobilizador do Produto Educacional. O segundo componente, denominado Compreensão, teve como objetivo identificar se a linguagem, as informações e a organização do conteúdo foram entendidas de maneira clara pelo grupo destinatário.

No Gráfico 2 são ilustradas as respostas fornecidas pelos 9 avaliadores às três questões desse componente:

**Gráfico 2** - Avaliação da compreensão do PE: linguagem, organização e conteúdo



**Fonte:** o autor (2026)

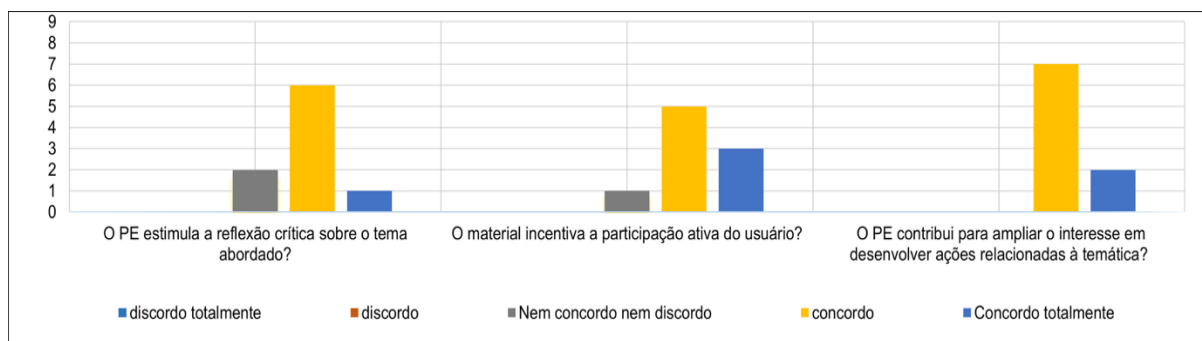
As respostas dos nove avaliadores demonstraram percepção bastante positiva. A maioria concordou quanto à adequação da linguagem, à clareza das informações e à organização do conteúdo, indicando que o material foi considerado acessível e bem estruturado. Especificamente quanto à linguagem utilizada, sete avaliadores assinalaram “Concordo”, um indicou “Concordo totalmente” e um marcou “Nem concordo nem discordo”.

Esses resultados apontam uma pequena margem para o aprimoramento na redação ou na explicitação de determinados pontos, embora a avaliação geral tenha sido satisfatória.

O terceiro componente, denominado Envolvimento, teve como finalidade verificar se os participantes reconhecem o material como relevante para sua atuação

profissional. No Gráfico 3, demonstra-se como foi a avaliação com base nas respostas às três questões desse componente:

**Gráfico 3 - Avaliação do envolvimento com o conteúdo do PE**



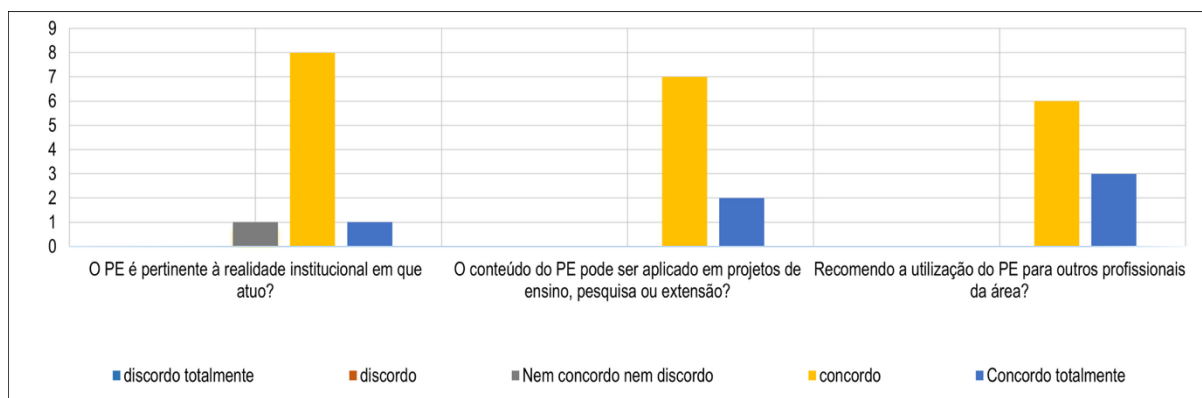
Fonte: o autor (2026).

Os resultados das respostas dos nove avaliadores no componente “Envolvimento” indicam que o Produto Educacional foi percebido como relevante e significativo para o contexto de atuação, demonstrando alinhamento com as demandas formativas vinculadas aos Neabis.

A maioria dos avaliadores “concordou” que o PE estimula a reflexão crítica e que o material é direcionado a pesquisadores como eles, indicando uma forte identificação com o conteúdo. Em relação ao PE contribuir para o interesse em desenvolver ações relacionadas ao tema, sete avaliadores “concordaram” e dois “concordaram totalmente”, indicando interesse nas percepções.

O quarto componente avaliativo analisou o nível de aceitação do Produto Educacional pelos participantes. No Gráfico 4, destaca-se como foi a avaliação com base nas respostas às três questões desse componente:

**Gráfico 4 - Avaliação da aceitação do PE**

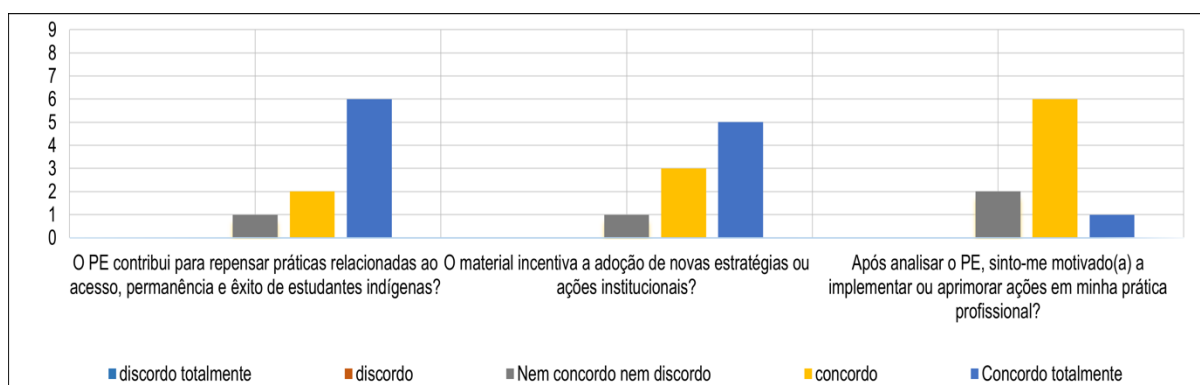


Fonte: o autor (2026).

Os resultados das respostas dos nove avaliadores representantes dos Neabis do IFRS, no componente “Avaliação”, indicam que o Produto Educacional, de modo geral, obteve elevada aceitação do material, confirmando a concordância quanto à sua pertinência, aplicabilidade e qualidade geral. Esse resultado reforça a adequação do PE às expectativas do público-alvo.

O quinto componente, denominado Mudança, buscou verificar se o Produto Educacional contribuiu para provocar reflexões, ampliar conhecimentos ou promover possíveis transformações nas práticas profissionais. No Gráfico 5, indica-se como foi a avaliação com base nas respostas às três questões desse componente:

**Gráfico 5 - Avaliação da aceitação do PE**



Fonte: o autor (2026).

Os resultados obtidos no componente “Mudança de ação”, conforme demonstrado no gráfico, revelam que o Produto Educacional possui potencial formativo que ultrapassa a dimensão informativa, incidindo diretamente sobre a prática profissional dos servidores.

A percepção dos avaliadores indica que o material não apenas amplia conhecimentos, mas também provoca reflexões capazes de desencadear revisões e aprimoramentos nas ações desenvolvidas no âmbito dos Neabis. Esse dado é particularmente relevante, pois aponta que o Produto Educacional contribui para a qualificação das práticas institucionais, tanto no que se refere à execução das ações quanto à sua sistematização, armazenamento e divulgação.

Ao estimular maior organização e visibilidade das iniciativas realizadas, o material favorece processos de institucionalização das práticas e fortalece a memória e a identidade dos Neabis no IFRS. Além disso, ao incidir sobre a atuação

dos servidores, o Produto Educacional potencializa impactos que extrapolam o plano individual, alcançando a dimensão coletiva e institucional.

A qualificação das ações desenvolvidas nos Neabis repercute diretamente nas estratégias voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito dos estudantes indígenas, reforçando o compromisso institucional com a equidade e com a educação para as relações étnico-raciais.

Nesse sentido, o componente “Mudança de ação” confirma o caráter transformador do Produto Educacional, evidenciando sua capacidade de mobilizar reflexões críticas e contribuir para o aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas e institucionais. Adicionalmente, observa-se que a consistência dos resultados entre os diferentes componentes analisados reforça a robustez do Produto Educacional enquanto instrumento formativo.

A convergência das percepções dos avaliadores indica não apenas a efetividade do material, mas também a sua pertinência no contexto institucional, indicando que a sua implementação pode contribuir de maneira sistemática para o fortalecimento das ações dos Neabis e para a consolidação de práticas alinhadas aos princípios da inclusão, da diversidade e da justiça social.

Por fim, foi realizada uma síntese integrada das avaliações referentes aos cinco componentes analisados, permitindo visualizar, de forma articulada, a convergência dos resultados e a coerência formativa do Produto Educacional. Essa síntese pode ser visualizada no Quadro 16 a seguir:

**Quadro 16** - Síntese dos resultados da avaliação do PE pelos avaliadores dos Neabis 2026

<b>Componente avaliado</b>	<b>Síntese das avaliações</b>
<b>Atração</b>	A apresentação estética e visual do PE foi considerada adequada ao público-alvo, evidenciando coerência entre proposta pedagógica e organização visual; o conteúdo foi avaliado como apropriado e pertinente ao público destinatário; com relação a temática, a maioria dos participantes demonstrou disposição para ampliar seus conhecimentos.
<b>Compreensão</b>	A maioria concordou quanto à adequação da linguagem, à clareza das informações e à organização do conteúdo, indicando que o material foi considerado acessível e bem estruturado.

Componente avaliado	Síntese das avaliações
<b>Envolvimento</b>	A maioria dos avaliadores "concordaram " que o PE estimula a reflexão crítica, indicando uma forte identificação com o conteúdo e interesse em desenvolver ações relacionadas ao tema.
<b>Aceitação</b>	Elevada aceitação do material, evidenciando concordância quanto à sua pertinência, aplicabilidade e qualidade geral; o resultado reforça a adequação do PE às expectativas do público-alvo.
<b>Mudança de Ação</b>	Percepção dos avaliadores indica que o material não apenas amplia conhecimentos, mas também provoca reflexões capazes de desencadear revisões e aprimoramentos nas ações desenvolvidas no âmbito dos Neabis.

Fonte: o autor (2026).

A síntese dos resultados da avaliação do Produto Educacional, estruturada nos componentes Atração, Compreensão, Envolvimento, Aceitação e Mudança, revelou um conjunto de resultados convergentes que apontaram para a consistência pedagógica, a pertinência temática e o potencial transformador do material no âmbito dos Neabis do IFRS.

No componente **Atração**, os dados indicam que o Produto Educacional apresenta adequação estética e organizacional, favorecendo o engajamento inicial do público-alvo. A avaliação positiva do *design* e da apresentação visual evidencia que a estrutura do material dialoga com sua intencionalidade pedagógica. Além disso, o reconhecimento da pertinência do conteúdo e o interesse manifestado pela maioria dos avaliadores em aprofundar-se na temática demonstram que o PE não apenas informa, mas desperta motivação formativa. Essa dimensão é relevante, pois a atratividade, em materiais educativos, constitui condição para a mobilização inicial do sujeito para a aprendizagem.

No que se refere à **Compreensão**, os resultados evidenciam que o material foi considerado claro, acessível e bem-organizado. A predominância das respostas "Concordo" quanto à linguagem e à organização indica que o PE alcança equilíbrio entre rigor conceitual e inteligibilidade.

A presença de uma resposta neutra, embora minoritária, sinaliza possibilidade de pequenos ajustes na explicitação de determinados conceitos ou na fluidez

textual. Ainda assim, o conjunto dos dados demonstra que o Produto Educacional cumpre adequadamente a sua função comunicativa, assegurando que o conteúdo seja compreendido pelo público ao qual se destina.

O componente **Envolvimento** amplia a análise ao demonstrar que o material foi percebido como relevante para a atuação profissional dos participantes. A maioria dos avaliadores reconheceu que o PE estimula a reflexão crítica e se direciona ao perfil de pesquisadores e profissionais vinculados aos Neabis, indicando forte identificação com o conteúdo.

Ademais, os dados relativos ao interesse em desenvolver ações relacionadas à temática — com sete respondentes marcando “Concordo” e dois “Concordo totalmente” — evidenciam que o PE ultrapassa a dimensão informativa e alcança o campo da mobilização para a prática. Tal resultado é significativo, pois aponta para a capacidade do material de fomentar o engajamento ativo.

No componente **Aceitação**, observou-se elevado nível de concordância quanto à pertinência, aplicabilidade e qualidade geral do Produto Educacional. Trata-se de um indicativo de que o material atende às expectativas formativas e dialoga com as demandas institucionais existentes.

Por fim, o componente **Mudança** revela o potencial formativo mais profundo do Produto Educacional. Os avaliadores indicaram que o PE contribui para fomentar reflexões, ampliar conhecimentos e estimular possíveis transformações nas práticas profissionais. Destaca-se, ainda, a percepção de que o material pode contribuir para o aprimoramento das ações desenvolvidas nos Neabis, inclusive no que se refere ao registro, armazenamento e divulgação dessas iniciativas.

Esse dado amplia o alcance do Produto, indicando impacto não apenas individual, mas também organizacional. Ao favorecer o fortalecimento das práticas institucionais e contribuir para ações voltadas ao acesso e à permanência de estudantes indígenas, o PE demonstra alinhamento com os princípios e objetivos que orientam os Neabis no IFRS.

De forma articulada, os cinco componentes avaliativos evidenciam coerência interna entre estrutura, conteúdo e finalidade pedagógica do Produto Educacional, demonstrando que o material não é apenas atrativo e compreensível, mas também relevante e com potencial transformador sobre as práticas institucionais.

A convergência positiva entre essas dimensões revela que o PE transcende os critérios técnicos de qualidade, assumindo caráter formativo capaz de mobilizar

reflexões, aprimorar ações e fortalecer estratégias institucionais, sobretudo no contexto dos Neabis do IFRS.

Os resultados indicam que o Produto Educacional contribui significativamente para o desenvolvimento e a sistematização das ações institucionais, bem como para a promoção da equidade e do acesso, permanência e êxito dos estudantes indígenas na instituição. Apesar da avaliação positiva, pequenas oportunidades de aprimoramento, especialmente no refinamento da linguagem e na clareza de alguns conteúdos, são necessárias.

Pode-se depreender também que as observações configuram recomendações estratégicas para estudos futuros, orientando aperfeiçoamentos e novas investigações sobre a eficácia, o impacto e a potencial expansão de produtos educacionais similares. Essa é uma forma de garantir que iniciativas formativas continuem a alinhar rigor conceitual, pertinência prática e transformação institucional.

## 6 CONCLUSÕES (CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Ao encaminhar-se para os apontamentos que fecham este estudo, é pertinente retomar os elementos que impulsionaram a motivação para a realização da presente pesquisa: a trajetória profissional e formativa do pesquisador, bem como suas experiências institucionais, suscitaram inquietações acerca da organização, sistematização e divulgação das memórias sobre as ações desenvolvidas nos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

Nesse sentido, o objetivo central da pesquisa consistiu em analisar tais memórias, considerando a sua relevância para a consolidação de políticas inclusivas na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O problema investigado voltou-se à identificação das ferramentas e mecanismos de sistematização, monitoramento e controle necessários para garantir o acesso, a organização e a divulgação dessas memórias no âmbito institucional. Partiu-se do pressuposto de que sua implementação pode favorecer a institucionalização das políticas de inclusão e o fortalecimento das ações afirmativas.

Assim, o problema essencial deste estudo foi delineado nos seguintes termos: ao considerar as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas e a sua importância para a EPT, quais ferramentas e mecanismos de sistematização, monitoramento e controle seriam necessários para garantir-lhes o encontro, a organização e a divulgação? A fundamentação norteadora foi a de que a implementação de tais ferramentas e mecanismos poderia contribuir para o desenvolvimento de um Produto Educacional voltado à padronização dos fluxos de registro, armazenamento e disseminação das memórias institucionais, favorecendo a institucionalização das políticas de inclusão e o fortalecimento das ações afirmativas no âmbito da EPT.

Por isso, a sistematização das memórias constitui-se como estratégia fulcral para a produção de conhecimento, a gestão institucional e a promoção da equidade educacional relativas aos estudantes indígenas.

Quanto aos objetivos específicos — caracterizar formas de organização das memórias, identificar dificuldades nos processos institucionais e indicar ferramentas e mecanismos de controle —, estes foram retomados e analisados à luz dos dados

empíricos, evidenciando sua coerência com os resultados alcançados.

Nesse percurso analítico, a interpretação dos dados foi orientada pelas categorias de investigação — organização das memórias, sistematização institucional e divulgação das ações dos Neabis —, as quais possibilitaram evidenciar que tais dimensões ainda se apresentam fragilizadas no contexto do IFRS, ocorrendo de forma dispersa, não padronizada. Em muitos casos, essas dimensões dependem de iniciativas individuais, o que compromete o acesso, a preservação e a circulação dessas informações no âmbito institucional.

O referencial teórico adotado para esta dissertação baseou-se na origem e na trajetória histórica da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) no contexto brasileiro, evidenciando o papel da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como possibilidade de formação integral no âmbito da Educação Pública.

Ainda no campo dos conceitos e definições atinentes ao tema, a história dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabis) no Brasil foi contemplada. A gênese dela está associada às lutas históricas dos movimentos sociais, especialmente as encampadas pelo movimento negro e pelos povos indígenas, que reivindicaram o reconhecimento de suas histórias, culturas e saberes nos sistemas educacionais e nas instituições de ensino.

Esses núcleos caracterizam-se como espaços institucionais destinados à produção de conhecimento, à formação, à pesquisa e à extensão, com foco na promoção da educação para as relações étnico-raciais e no enfrentamento das desigualdades e discriminações de natureza racial e étnica.

No âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), os Neabis foram institucionalizados por meio de normativas institucionais, assumindo funções consultivas e propositivas sobre os temas transversais importantes da composição das políticas de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Entre as suas ações possíveis, destacam-se: a formação continuada de docentes e técnicos administrativos, o desenvolvimento de pesquisas aplicadas, a produção de materiais didático-pedagógicos, a implementação de projetos de extensão junto às comunidades e o acompanhamento das políticas de ações afirmativas.

Considerando a pesquisa realizada, os Neabis podem e devem ser vistos como instâncias estratégicas para a implementação de práticas educacionais

antirracistas e para a promoção de uma Educação Pública inclusiva, equitativa e socialmente referenciada. Também foram discutidos os desafios contemporâneos da Educação Profissional e Tecnológica, com ênfase nas dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão, compreendidas como eixos estruturantes para o fortalecimento e a consolidação da EPT no contexto da RFEPECT.

Para contemplar esse entendimento, analisaram-se as memórias sobre as ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, sempre evidenciando a relevância de sua sistematização e divulgação para a valorização frente à crescente demanda por uma EPT inclusiva. Tal perspectiva implica o reconhecimento, a valorização das diferenças étnico-raciais no contexto educacional brasileiro e as possíveis e necessárias contribuições para a promoção da equidade e da justiça social.

O estudo das bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) demonstrou a necessidade de adotar uma compreensão educacional que vá além da simples difusão de saberes técnicos, orientando-se para a formação integral dos sujeitos. A concepção de formação humana omnilateral, conforme abordada por diversos estudiosos, ressalta a importância de considerar as múltiplas dimensões constitutivas dele, o ser humano, como as dimensões cognitiva, ética, social, política, econômica, cultural e afetiva.

Sob esse prisma, a EPT não se restringe à qualificação para o mercado de trabalho, mas também busca promover o desenvolvimento de capacidades socioemocionais, o pensamento crítico, a ética no exercício profissional e a consciência social de seus estudantes, garantindo-lhes condições equitativas de acesso a uma educação de qualidade e socialmente comprometida.

Com base em tal interpretação, foram examinados os aspectos pragmáticos relacionados à materialização dos princípios na EPT, com destaque para a integração entre teoria e prática como eixo estruturante do processo formativo. Trata-se de uma integração que visa capacitar os estudantes tanto para a realização técnica de suas funções quanto para a compreensão crítica dos contextos sociais, éticos e ambientais que atravessam suas futuras atuações profissionais.

Quanto aos resultados, esta investigação sobre as memórias das ações desenvolvidas nos Neabis do IFRS para acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas evidenciou desafios significativos e oportunidades de aprimoramento institucional. Entre eles, destaca-se que as citadas memórias carecem, de forma

urgente, de um espaço institucional específico e estruturado para o seu armazenamento, organização e divulgação. Além disso, tal necessidade foi apontada por mais de 90% dos servidores entrevistados que já atuaram ou seguem atuando diretamente nas atividades dos Neabis do IFRS, o que explicita a ausência de políticas sistematizadas de registro e preservação das iniciativas.

Além disso, as sugestões de melhoria apresentadas pelos participantes da pesquisa incluíram a elaboração de manuais detalhados, contendo orientações sobre onde e de que forma encontrar tais memórias, bem como a criação de um repositório digital institucional. Esse repositório teria como finalidade organizar as memórias de maneira sistematizada para disponibilizá-las ao público interessado, por meio de acesso institucional, ampliando a transparência e a difusão do conhecimento produzido.

Com base nos dados coletados e graças ao avanço da pesquisa, a criação do “Guia de Acesso às Memórias sobre as Ações Desenvolvidas nos Neabis do IFRS para Acesso, Permanência e Êxito de Estudantes Indígenas” foi identificada como uma solução viável atual para enfrentar os desafios encontrados.

À vista disso, o guia fornece orientações claras e práticas para extensionistas, pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica e demais interessados, com o intuito de facilitar o acesso às memórias sobre as ações e, conseqüentemente, fortalecer sua sistematização, preservação e divulgação no âmbito dos Neabis do IFRS.

O guia apresenta potencial para contribuir na superação de entraves institucionais e burocráticos, qualificando a compreensão dos principais conceitos e procedimentos e promovendo maior eficiência, transparência e padronização nos processos desenvolvidos.

Este Produto Educacional pode ser aplicado em qualquer instituição pública de ensino que disponha de registros e memórias das ações desenvolvidas nos Neabis, desde que ainda não possuam um sistema específico de armazenamento, organização e divulgação dessas memórias institucionais, apresentando-se, assim, como uma ferramenta replicável e adaptável a diferentes contextos.

## REFERÊNCIAS

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. NBR 14724: Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, RJ: ABNT, 2018.

ARNAIZ SÁNCHEZ, Pilar. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BACARIN, Ligia Maria Bueno Pereira. **Fundamentos Filosóficos, Pedagógicos e Científicos da Educação Especial**. Curitiba, PR: Contentus, 2020.

BANIWA, Gersem. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília, DF: MEC, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEDEIROS, Juliana Schneider. História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang. **Revista Brasileira de História** (Impresso), v. 30, p. 55-75, 2010.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo, SP: T.A. Queiroz, 2003.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm). Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, DF: CAPES, 2013.

BRASIL. **Documento de Área – Ensino**. Brasília, DF: CAPES, 2022.

BRASIL. **Documento Orientador de APCN – Área 46 – Ensino**. Brasília, DF: CAPES, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. **Grupo de Trabalho de Produção Técnica**: Relatório Final. Brasília, DF: CAPES, 2019b.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática

"História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm) Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm) Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF, 2008a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm). Acesso em: 07 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 24 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Ensino Fundamental. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. Ed. Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF, 1994. (Cadernos de Educação Básica. Série Institucional; 2). Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/F3D00026.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB Nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 25 jun. 2012. Seção 1, p. 7–8.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena**. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=5315-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-escolar-indigena-pdf-1](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5315-diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-escolar-indigena-pdf-1). Acesso em: 29 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**. Apresentação EPT. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/apresentacao-ept>. Acesso em: 07 jul. 2023.

CAMUSO, Carla. **Aldeamento intelectual**: inserção de indígenas na educação profissional e tecnológica. 2011. 2011. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/9458>. Acesso em: 12 out. 2023.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. 1. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2011.

CANDAU, Vera Maria; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 10, n. 29, p. 151-169, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/3042>. Acesso em: 23 abr. 2026.

CANDAU, Vera Maria. **Educação intercultural**: mediações necessárias. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, 2011.

CATANEO, Caroline. **De onde vêm as histórias?** Um compêndio para identificação, registro e organização de dados memoriais do IFRS. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/182>. Acesso em: 04 jun. 2024.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, RS: Vozes, 2008. p. 295-316.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo, SP: Cortez, 2005. p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada**: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2014.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 4. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo, SP: Atlas, 2015

DENZIN, Norman K. **The research act: a theoretical introduction to sociological methods**. New York: McGraw-Hill, 1978.

ENNE, Ana Lucia S. Memória, identidade e imprensa em uma perspectiva relacional. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, Rio Grande do Sul, v.6, n.2, p.102-116, jul./dez. 2004.

ENNE, Ana Lúcia Silva. Memória, narrativa e identidade: a construção de sentidos no cotidiano. In: ENNE, Ana Lúcia Silva; SÁ, Simone Pereira de (orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2004. p. 95-112.

ESCOTT, Clarice Monteiro; MORAES, Márcia Amaral Correa de. História da educação profissional no Brasil: as políticas públicas e o novo cenário de formação de professores nos institutos federais de educação, ciências e tecnologia. In SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. João Pessoa, PB: UFPB, 2012. p.1492-1508. Disponível em: <https://histedbrnovo.fe.unicamp.br/pf-histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.51.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.

ESTEVÃO, Fernanda Léia Batista Souza. **Evasão, retenção e permanência de estudantes indígenas no Campus Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO**. 2021. 132f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Rondônia, Porto Velho, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/586994>. Acesso em: 18 set. 2023.

FÁVERO, Altair Alberto; CENTENARO, Junior Bufon. A pesquisa documental nas investigações de políticas educacionais: potencialidades e limites. **Revista Contrapontos**, v. 19, n. 1, p. 170-184, 2019. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/issue/view/522>. Acesso em: 11 jun. 2024.

FERREIRA, L. G.; SOUZA, D. L. Desafios e perspectivas da Educação Profissional e Tecnológica: a inclusão de estudantes indígenas. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 1245-1267, 2018.

FERREIRA, Renato Ferreira dos Santos (ed.). **Ações Afirmativas**. A questão das cotas: Análises jurídicas de um dos assuntos mais controvertidos da atualidade. Niterói, RJ: Impetus, 2011. 380p.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

FRANÇA, M. **História da educação: perspectivas e práticas educacionais**. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA-EPT: possibilidades e desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053>. Acesso em: 4 nov. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista Ideação**, v. 20, n. 1, p. 41–62, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 6. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**. São Paulo, SP: Edusp, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2019.

GOHN, Maria Políticas públicas e a gestão da memória institucional: implicações para a inclusão de grupos marginalizados. **Revista de Educação e Sociedade**, v. 32, n. 89, p. 13-30, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo, SP: Centauro, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, SP: Vértice, 1990.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva, 2009.

IFGOIANO. **História dos Neabis**. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/nucleos/566-Neabi-urutai/17941-historia-dos-Neabis.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IFRS. **Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/assessoria-de-acoes-inclusivas-aa/>. Acesso em: 28 maio 2023.

IFRS. **Resolução Consup Nº 021/2014**. Regulamenta os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabis). Porto Alegre, RS: IFRS, 2014.

IFRS. **Resolução Consup Nº 023/2019**. Institui a Política de Ingresso Especial de Estudantes Indígenas. Porto Alegre, RS: IFRS, 2019.

IFRS. **Resolução Nº 064, de 23 de outubro de 2018**. Aprovar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFRS. **Porto Alegre, RS: IFRS, 2018**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/documentos/resolucao-no-064-de-23-de-outubro-de-2018-aprovar-o-plano-estrategico-de-permanencia-e-exito-dos-estudantes-do-ifrs/>. Acesso em: 11 jun. 2024.

KAPLÚN, Gabriel. Material educativo: a experiência de aprendizado. **Revista Comunicação & Educação**, São Paulo, p. 46-60, 2003.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE, Carlinda. **Avaliação e qualidade dos materiais educativos**. Porto: Porto Editora, 2018.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Proposta de avaliação coletiva de materiais educativos em Mestrados Profissionais na Área de Ensino. **Campo Aberto**, v. 38, n. 2, p. 185-198, 2019. Disponível em: <https://dehesa.unex.es/server/api/core/bitstreams/0524a29c-26c2-4b43-91d1-60c42297b9e6/content>. Acesso em: 10 fev. 2026.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2013.

LIMA FILHO, Domingos Leite. A educação profissional e tecnológica e os desafios da inclusão. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, n. 25, p. 1-25, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6355>. Acesso em: 23 abr. 2026.

LUCIANO, Gersem José dos Santos. Educação indígena no país e o direito de cidadania plena. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 345-357, 2013. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/310/480>. Acesso em 13 out. 2023.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. **Educação e trabalho**: uma relação histórica. São Paulo, SP: Autores Associados, 1999.

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais** [...]. Bauru, SP: USC, 2004. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini\\_2004\\_entrevista\\_semi-estruturada.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf). Acesso em: 11 jun. 2024.

MELIÀ, Bartolomeu. Educação indígena na escola. *In*: Educação Indígena. **Cadernos Cedes**, n. 49. Campinas, 1999.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil**. São Paulo, SP: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 26. ed. rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 2014.

NAAF. **Núcleo de Ações Afirmativas**. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/ensino/assessoria-de-acoes-inclusivas/nucleo-de-acoes-afirmativas-naaf/>. Acesso em 26 mai. 2024.

NORA, Pierre. Entre la memoria y la historia: la problemática de los lugares. In: **Lembranças do passado**: a memória histórica e as instituições. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra. 1993.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

NORA, Pierre. Memória: da liberdade à tirania. *In*: MUSAS. **Revista Brasileira de Museus e Museologia**, n. 4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM, 2009. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/musas20120327.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

OBSERVATÓRIO PROFEPT. **Observatório do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica**. Plataforma digital de acompanhamento das dissertações e produtos educacionais do ProfEPT. 2025. Disponível em: <https://obsprofept.midi.upt.iftm.edu.br/Egressos>. Acesso em: 30 nov. 2025.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1998.

OLIVEIRA, João Pacheco; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 2020.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Revista RETTA**, v. 1, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/images/OTRANTO.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2026.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo, SP: Moderna, 2011.

PAIVA, Maria Vitória Silva. Cultura indígena e identidade nacional. **Revista Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v. 12, n. 2, p. 230-245, jul-dez/2016. ISSN: 1517- Disponível em: <https://doi.org/10.26673/tes.v12i2.10230>. Acesso em: 12 jul. 2023.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992b. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1941>. Acesso em: 13 maio 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em: 21 maio 2024.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992a.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013, 276 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RAMOS, Marise. **Concepção do ensino médio integrado**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

RAMOS, Marise. **Educação profissional: fundamentos filosóficos e pedagógicos**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2017.

SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território pataxó do Monte Pascoal. **Cadernos de História**, v. 5, n. 6, p.31-46, jul. 2000. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1703/1829>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

SASSAKI, Romeu. O Paradigma do Século 21. Inclusão: **Revista da Educação Especial**, p. 19-23, out. 2005. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online], v. 12, n. 34, p.152-165, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2016.

SILVA, Aracy L. **Identidade indígena e processo de territorialização**. São Paulo, SP: FAPESP, 2000.

SILVA, Marcell da. **A política educacional para as relações étnico-raciais: notas a partir da atuação dos NeabiS no IFSul**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Charqueadas, RS, 2023.

SOUTO, Maricélia Tomáz de; LIMA, Beatriz da Silva; PEREIRA, Erica Domingos. Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E INCLUSÃO - CINTEDI, 1., 2014, Campina Grande. **Anais** [...]. Campina Grande, PB: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8712>. Acesso em: 27 maio 2023.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 23. reimpr. São Paulo, SP: Atlas, 2015.

UNAMUNO, Miguel de. **Del sentimiento trágico de la vida**. Buenos Aires: Errepar, 2000.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 1998. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 27 maio 2023.

UNIPAMPA. **Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/adafi/Neabis/historia-dos-neabs/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

UNIPAMPA. **História dos Neabis**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/adafi/Neabis/historia-dos-neabs/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. **Construyendo interculturalidad crítica**. La Paz: III-CAB, 2010. p. 75–96.

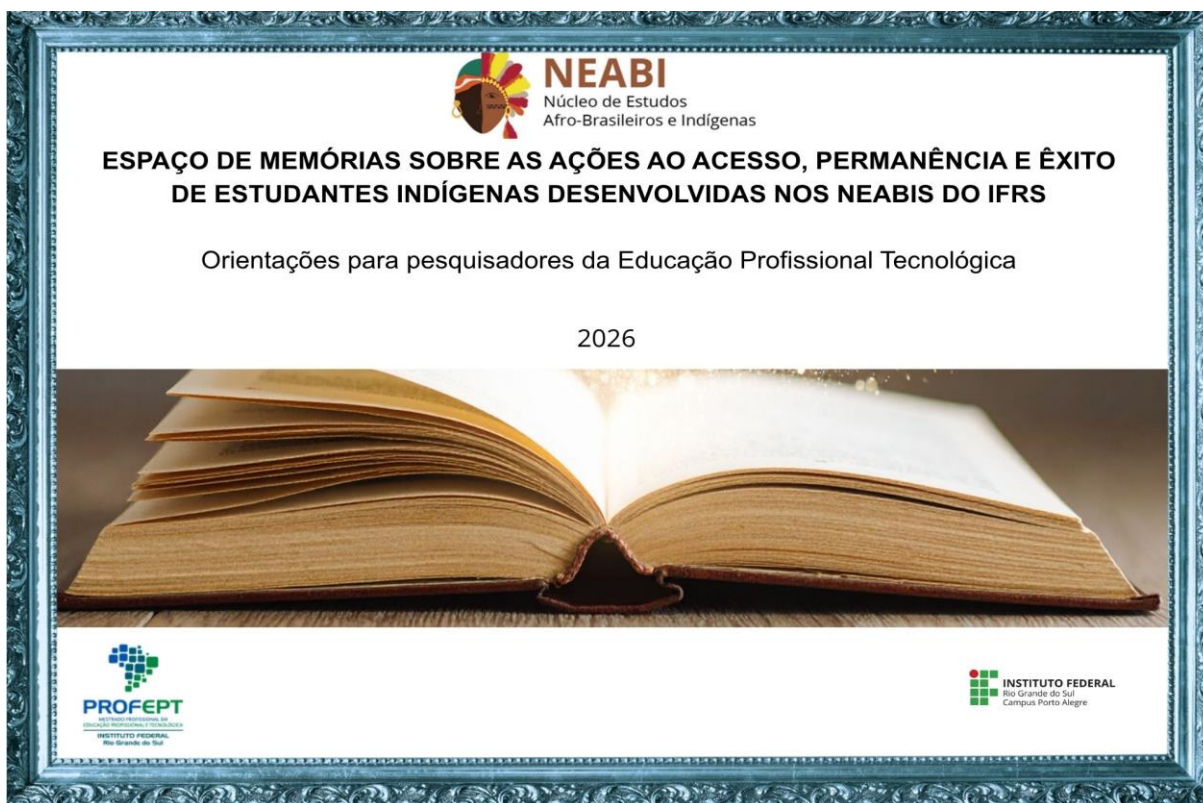
WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, Sociedad**: luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2015.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre, RS: ArtMed, 1998.

## APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

Nesta seção, são apresentadas as imagens das páginas do Guia, que foi elaborado na plataforma online de design gráfico Canva e está disponível em formato PDF.



## FICHA TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

**Origem do Produto Educacional:** O Produto Técnico Tecnológico (PTT) intitulado Espaço de Memórias sobre as Ações ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas Desenvolvidas nos Neabis do IFRS: orientações para pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica foi construído durante a pesquisa de mestrado profissional intitulada "Memórias das Ações Destinadas ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas Desenvolvidas nos Neabis do IFRS", desenvolvida no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Inserindo-se na linha de pesquisa Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), pertencente ao macroprojeto 4 - História e Memórias no Contexto da EPT

**Tipo do Produto:** Guia / Material instrucional digital.

**Nível de ensino a que se destina:** Qualificação Profissional, Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica, Graduação, Pós-Graduação.

**Área de conhecimento:** Ensino (Educação Profissional e Tecnológica).

**Público-alvo:** Integrantes e colaboradores dos Neabis; docentes, técnicos administrativos e gestores educacionais; pesquisadores e interessados nas temáticas de inclusão, diversidade e interculturalidade na EPT.

## FINALIDADE E RELEVÂNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

O presente Produto Educacional tem por finalidade oferecer orientações práticas, sistematizadas e acessíveis a pesquisadores, extensionistas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e coordenadores dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), contribuindo para a organização, a preservação e a localização das memórias relacionadas às ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por esses núcleos.

Ao sistematizar informações e indicar percursos metodológicos para o acesso aos registros institucionais, o guia visa fortalecer a gestão do conhecimento, ampliar a transparência institucional e valorizar as iniciativas voltadas às comunidades indígenas no âmbito do IFRS. Nesse sentido, configurando-se como instrumento de apoio às práticas educativas e às políticas de promoção da igualdade racial e da interculturalidade na EPT.

Sua relevância técnico-científica reside na articulação entre a produção acadêmica e a intervenção prática, característica constitutiva dos produtos educacionais no âmbito dos mestrados profissionais, especialmente no ProfEPT, ao mesmo tempo em que contribui para o campo das investigações sobre memória institucional, educação intercultural e políticas educacionais inclusivas.

### PROCESSO DE CONSTRUÇÃO

O produto foi elaborado a partir da pesquisa qualitativa desenvolvida na dissertação; da análise de narrativas e registros institucionais; do diálogo com integrantes dos Neabis; da sistematização das memórias das ações institucionais voltadas aos estudantes indígenas. Sua construção fundamenta-se nos pressupostos da Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da formação humana integral e nas diretrizes das políticas de ações afirmativas.

### VALIDAÇÃO E AVALIAÇÃO

O Produto Educacional foi submetido a um processo de validação estruturado em duas etapas complementares, visando assegurar sua consistência teórico-metodológica, aplicabilidade e relevância no contexto da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

**A primeira etapa consistiu na avaliação pelos usuários participantes**, realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado de experiência de uso, após a apresentação do guia. Essa etapa possibilitou analisar aspectos relacionados à clareza, à organização, à utilidade, à acessibilidade e ao potencial de aplicação do material no contexto das práticas desenvolvidas nos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs).

**A segunda etapa correspondeu à avaliação acadêmica**, realizada pela banca examinadora da dissertação de mestrado no âmbito do ProfEPT. Nessa ocasião, o produto foi analisado quanto à sua pertinência, coerência metodológica, aplicabilidade e aderência à proposta formativa do Programa, considerando sua articulação com a pesquisa desenvolvida e sua contribuição para a realidade educacional. Esse processo de validação, ao articular avaliação empírica e acadêmica, confere maior robustez técnico-científica ao produto, assegurando sua confiabilidade e potencial de replicabilidade em contextos similares.

### REGISTRO E DISPONIBILIDADE

**Registro:** A ser inserido após depósito na Plataforma EDUCAPES, incluindo ISBN e ficha catalográfica, repositório institucional ou biblioteca, conforme normativas vigentes.

**Repositórios adicionais:** Repositório Institucional do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) e demais ambientes institucionais pertinentes.

**Acesso:** Livre e gratuito.

**Direitos autorais:** Permitida a reprodução parcial ou total para fins acadêmicos e institucionais, desde que citada a fonte. Vedada a comercialização.

**Forma de divulgação:**

- Portal Integra;
- Repositório Institucional do IFRS;
- Eventos científicos da área de Ensino;
- Divulgação digital e impressa nos campi do IFRS.

**Avaliação do produto:** O produto foi avaliado pelos participantes ao final da aplicação do Produto Educacional, por meio de questionário de avaliação da experiência de uso. Foi também avaliado e validado pelos professores componentes da banca de defesa da dissertação de mestrado do ProfEPT.

**Disponibilidade:** Irrestrita, garantindo-se o respeito aos direitos autorais, não sendo permitida a comercialização.

**Divulgação:** Digital/Impressa.

**Instituição envolvida:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre.

**URL:** A ser inserido após disponibilização no Portal Integra - portal de inovação do IFRS

**Idioma:** Português


**Cidade:** Porto Alegre

**País:** Brasil


**Ano:** 2026



• SEÇÃO 1 .....	9
• RESUMO .....	10
• APRESENTAÇÃO E PÚBLICO-ALVO .....	11
• INTRODUÇÃO .....	12
• OBJETIVOS E FINALIDADES .....	13
• BENEFÍCIOS .....	14
• SEÇÃO 2 .....	15
• FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL .....	15
• EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) ....	16
• ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO .....	18
• SEÇÃO 3 .....	24
• ORIENTAÇÕES, DICAS E CONTATOS .....	24
• JUSTIFICATIVA PARA A CONSTRUÇÃO DO GUIA .....	25
• DEPOIMENTOS DOS ENTREVISTADOS .....	26
• COMO ACESSAR O ACERVO DOS NEABIS .....	31
• SEÇÃO 4 .....	35
• CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	36
• BIBLIOGRAFIA .....	39
• GLOSSÁRIO DE TERMOS .....	41



# SEÇÃO 1





Esta seção mostra o resumo e a apresentação. Em seguida, são abordados a introdução, o público-alvo, os objetivos, as finalidades e os possíveis benefícios do produto educacional.

9


## RESUMO

Este Produto Educacional, intitulado Espaço de Memórias sobre as Ações ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas desenvolvidas pelos NEABIs do IFRS: orientações para pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica foi elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). O material tem como objetivo sistematizar, organizar e socializar memórias institucionais relacionadas às ações desenvolvidas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), com foco na promoção ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas. A partir de uma abordagem qualitativa, fundamentada em narrativas e registros institucionais, o guia apresenta orientações metodológicas para pesquisadores da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), contribuindo para a valorização de saberes plurais, o fortalecimento de práticas inclusivas e a visibilização de experiências historicamente silenciadas. O produto configura-se como um instrumento formativo e de apoio à pesquisa, com potencial de aplicabilidade em diferentes contextos educacionais, especialmente naqueles comprometidos com a equidade, diversidade e justiça social.

**Palavras-chave:** Educação Profissional e Tecnológica; memória; estudantes indígenas; NEABI; narrativas.

10



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CAMPUS PORTO ALEGRE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**


**Ademar Kuminiki**

**Memórias das Ações Destinadas ao Acesso, Permanência e Êxito  
de Estudantes Indígenas Desenvolvidas nos Neabis do IFRS**

## APRESENTAÇÃO

Este guia, apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação Profissional Tecnológica do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - Campus Porto Alegre, faz parte do trabalho de pesquisa intitulado “Memórias das Ações Destinadas ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas Desenvolvidas pelos NEABIs do IFRS”. Este produto educacional é um requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Educação Profissional Tecnológica e está vinculado à linha de pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), que pertence ao Macroprojeto 4 - História e Memórias no contexto da EPT. 11

**PÚBLICO ALVO:**



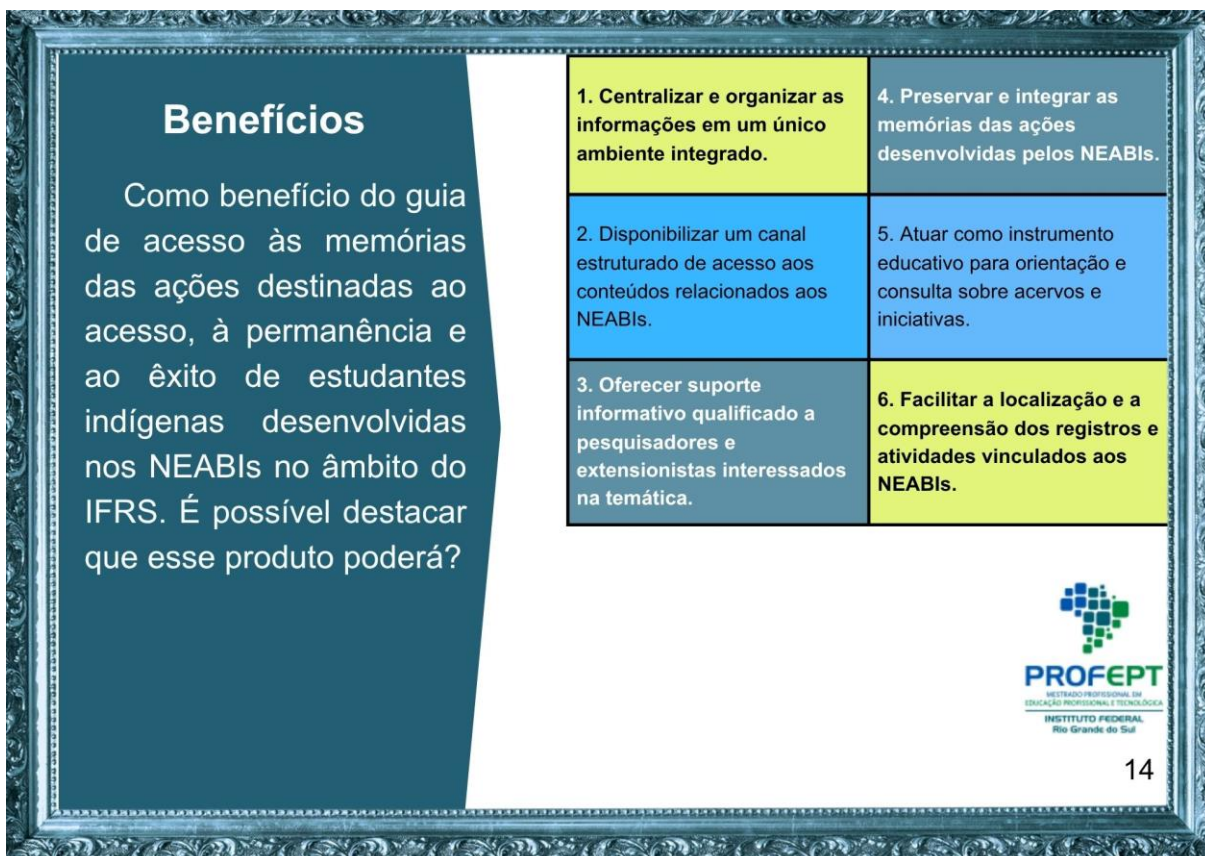
O guia destina-se a integrantes e colaboradores dos NEABIs; docentes, técnicos-administrativos e gestores educacionais; pesquisadores e interessados nas temáticas de inclusão, diversidade e interculturalidade na EPT.

## INTRODUÇÃO

Este guia foi elaborado a partir de uma pesquisa desenvolvida no âmbito de uma dissertação de Mestrado, que investigou as memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas no Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), especialmente aquelas promovidas pelos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs). A pesquisa teve como foco principal as dificuldades enfrentadas por usuários e pesquisadores do IFRS para localizar e acessar os registros das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão desenvolvidas pelos NEABIs. Ao longo do estudo, foram identificados diversos desafios que impactam a organização, o armazenamento e a divulgação dessas memórias institucionais.

Entre os principais obstáculos destacam-se: a falta de clareza nas normativas, falhas nos fluxos de comunicação e limitações nos sistemas de arquivamento e disponibilização das informações. Para a construção dos dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados aos coordenadores e demais envolvidos nas ações dos NEABIs, possibilitando a identificação das necessidades e das lacunas existentes nos processos institucionais.

Diante desse contexto, este guia tem como objetivo oferecer orientações práticas, claras e acessíveis aos pesquisadores, extensionistas da EPT e coordenadores dos NEABIs do IFRS, contribuindo para a organização, a preservação e a localização das memórias das ações desenvolvidas. Ao sistematizar informações e indicar caminhos para o acesso aos registros institucionais, busca-se fortalecer a gestão do conhecimento, a transparência e a valorização das iniciativas voltadas às comunidades indígenas no âmbito do IFRS. 12



## Seção 2

### Fundamentação teórico-conceitual

Nessa seção, são abordados os conceitos centrais da Educação Profissional e Tecnológica, bem como os aspectos históricos relacionados à temática, além da discussão sobre o papel dos NEABIs no âmbito institucional, especialmente no que concerne às memórias sobre as ações de acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas.

Educação profissional e tecnológica (EPT)

Fundamentação teórico-conceitual

Seção 2

Produto Educacional

Ensino, pesquisa e extensão

15

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

A educação profissional e tecnológica (EPT) é uma modalidade educacional prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a finalidade precípua de preparar as pessoas “para o exercício de profissões”, contribuindo para que o cidadão possa se inserir e atuar no mundo do trabalho e na vida em sociedade, integrando os diferentes níveis e modalidades da Educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. A EPT traz a ideia de trabalho como princípio educativo, atuando na perspectiva da formação integral do ser humano. Assim, pode-se observar que o princípio da formação integrada se faz presente na formação (omnilateral) dos profissionais-cidadãos, para que estejam capacitados a atuar e intervir no mundo do trabalho.

Trabalho como princípio educativo

Mundo do trabalho

Modalidade

EPT

LDB

Formação Integrada

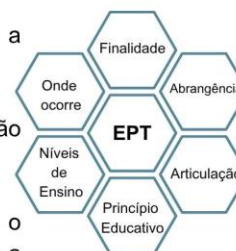
Formação (omnilateral)

**INSTITUTO FEDERAL**  
Rio Grande do Sul  
Campus Porto Alegre

16

### Aspectos-chave da EPT na LDB: LDB (Lei nº 9.394/1996)

- Finalidade: Preparar para o exercício de profissões, contribuindo para a cidadania e desenvolvimento socioeconômico.
- Articulação: Integra-se ao Ensino Médio (articulada ou subsequente) e Educação de Jovens e Adultos (EJA/EPT).
- Princípio educativo: O trabalho como princípio educativo proporcionando o acesso ao saber historicamente produzido que vincula o trabalho, a cultura e a ciência para formar trabalhadores emancipados e capacitados à transformação da realidade social.
- Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional: Cursos de curta duração.
- Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Pode ser integrada (matrícula única) ou concomitante (matrículas distintas).
- Educação Profissional Tecnológica de Graduação e Pós-graduação: especializações *lato sensu* ou *stricto sensu*.

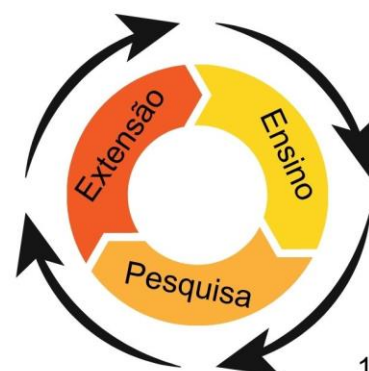


17

### Ensino, Pesquisa e Extensão

Na EPT, os três pilares: Ensino, Pesquisa e Extensão constitui a base fundamental do processo formativo, sustentando-se no princípio da indissociabilidade entre essas dimensões, de modo que o ensino se desenvolva articulado à produção do conhecimento científico e às ações de intervenção social.

Essa integração possibilita uma educação integrada e emancipatória, orientada à formação humana integral e à compreensão crítica da realidade, ao articular trabalho, ciência, cultura e tecnologia, conforme defendem Frigotto (2005), Ciavatta (2005) e Ramos (2005), que compreendem a EPT como um projeto educativo comprometido com a transformação social e com a superação da fragmentação do conhecimento.



18

### Indissociabilidade na EPT

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se como um conceito-chave que orienta tanto as práticas pedagógicas quanto a organização institucional.

Esse princípio reafirma que o processo de ensino-aprendizagem não se restringe à transmissão de conteúdos em sala de aula, mas se desenvolve de forma articulada à produção de conhecimentos, por meio da pesquisa, e à interação com a sociedade, mediada pelas ações de extensão.



19



### História dos núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABIs

A constituição dos (NEABIs) no Brasil teve início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia, a partir da iniciativa do professor Agostinho da Silva. Essa experiência inaugurou a institucionalização de espaços acadêmicos voltados à produção de conhecimentos, à pesquisa e à ação comunitária relacionados às questões étnico-raciais, influenciando, ao longo das décadas, a criação de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs) em diversas instituições de ensino superior (IFG, 2021).



20

### NEABIs IFRS

O fortalecimento desses núcleos ocorreu especialmente a partir das décadas de 1980 e 1990, em consonância com a ampliação da presença de pesquisadores/as negros/as oriundos do Movimento Negro nas universidades, resultando na criação de redes nacionais de articulação, como a Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN) e a Rede Nacional de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos. Inicialmente voltados às temáticas afro-brasileiras, esses núcleos ampliaram sua atuação ao incorporar os estudos indígenas, passando a adotar a denominação NEABIs, em consonância com a perspectiva da diversidade étnico-racial e intercultural.

Os NEABIs do IFRS foram formalmente instituídos e regulamentados pelo Conselho Superior (Consup) em 25 de fevereiro de 2014, por meio da Resolução nº 021.

Embora alguns núcleos locais tenham surgido anteriormente em campi específicos — como o Campus Osório, em 2011 —, a estrutura oficial dos NEABIs no IFRS consolidou-se institucionalmente apenas a partir de 2014. Os núcleos passaram a ser criados por meio de portarias próprias em cada campus. No âmbito institucional, os NEABIs configuram-se como setores de caráter propositivo e consultivo, com a finalidade de estimular e promover ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas às temáticas das identidades e das relações étnico-raciais, especialmente no que se refere às populações afrodescendentes e indígenas, tanto no contexto interno da instituição quanto em suas relações com a comunidade externa.

21



### Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e os NEABIs



No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os NEABIs assumem papel estratégico ao articular ações de Ensino, Pesquisa e Extensão voltadas à formação integral dos sujeitos, em consonância com os princípios da EPT, que compreendem o trabalho como princípio educativo e a educação como prática social emancipatória. A implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 fortaleceu essa atuação, ao reconhecer a centralidade das temáticas afro-brasileiras e indígenas na formação cidadã, ética e crítica dos/as estudantes das instituições de EPT.





22

## Produto Educacional - NEABIs

Nesse contexto, o Produto Educacional desenvolvido no âmbito desta pesquisa insere-se como uma ação extensionista e formativa vinculada às práticas dos NEABIs, ao sistematizar, preservar e socializar as memórias institucionais sobre as ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas na EPT. Ao dialogar com a trajetória histórica e com a função social dos NEABIs, o Produto Educacional consolida-se como um instrumento de ensino e de apoio às práticas educativas, contribuindo para o fortalecimento das políticas de promoção da igualdade racial, da interculturalidade e da inclusão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

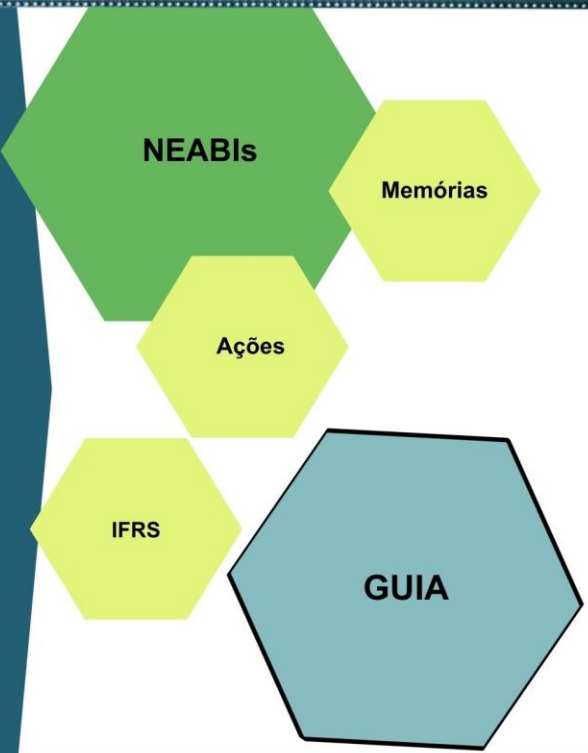



23


## Seção 3

### Orientações, dicas e contatos

Nessa seção, são apresentadas a justificativa do porquê da construção do guia, as orientações e a forma de como acessar às memórias das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos NEABIs do IFRS.



The diagram consists of five interconnected hexagons. A large green hexagon at the top is labeled 'NEABIs'. To its right is a smaller yellow-green hexagon labeled 'Memórias'. Below 'NEABIs' is another yellow-green hexagon labeled 'Ações'. To the left of 'Ações' is a yellow-green hexagon labeled 'IFRS'. At the bottom right is a large light blue hexagon labeled 'GUIA'. The 'GUIA' hexagon overlaps with the 'Ações' and 'IFRS' hexagons.



24

### Justificativa para a construção do Guia

A construção do guia: espaço de Memórias sobre as Ações ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas desenvolvida nos NEABIs do IFRS, surge a partir das evidências identificadas durante a realização das entrevistas com servidores vinculados aos NEABIs de diferentes *campi* da instituição.

Durante essas entrevistas, todos os participantes destacaram explicitamente a ausência de um espaço institucional (repositório) que reúna e organize essas experiências.

Todos os entrevistados, em seus depoimentos — como se observará a seguir — evidenciam de forma inequívoca essa ausência.

### Depoimento dos entrevistados

**E1:** *Um repositório seria bem importante; para armazenamento das memórias das ações dos Neabis.*

**E2:** *Eu acho que teria que ser uma coisa pública, algo dentro do campus, uma extensão da página do campus, um recorte na página do campus, onde falasse sobre os núcleos e um espaço de memória das ações; eu acho que teria que ter um repositório, onde todas essas informações fossem guardadas, até que outros núcleos pudessem ter acesso, que daí a gente às vezes, **muitas coisas que eu fiz, poderá servir para outros núcleos.***

**E3:** *Eu acho que o IFRS deveria pensar numa forma, num sistema para arquivamento e trabalhar com os NEABIs. Por exemplo, um repositório.*

**E4:** *Acho que a gente tem que ter essa institucionalização dessas memórias; e tenho o entendimento que é necessário ter um repositório do que foi feito.*

**E5:** *Um instrumento institucional, investimento em tecnologia, em tecnologia de informação, para a gente ter esses repositórios, e inclusive se a gente considerar essa divulgação para a comunidade externa, isso se faz por meio de site, por meio de interfaces institucionais.*



## Guia - Apresentação



O guia configura-se como uma ferramenta destinada a orientar o acesso às Memórias sobre as Ações ao Acesso, à Permanência e ao Êxito de Estudantes Indígenas desenvolvidas nos NEABIs do IFRS, instituição integrante da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Sua disponibilização em formato digital, na página institucional do IFRS, possibilita ampla divulgação e acesso contínuo às informações, constituindo-se como um instrumento de orientação permanente para todos aqueles que desejam conhecer e consultar as formas de acesso às Memórias das Ações desenvolvidas pelos NEABIs da instituição.



27

## O que você encontrará!

No site do Núcleo de Memórias do IFRS, foi criado um espaço específico dedicado aos NEABIs, no qual estão reunidos materiais que documentam e divulgam as ações realizadas pelos núcleos.

Nesse ambiente, é possível acessar, de forma **organizada e acessível**:

- Registros textuais das ações desenvolvidas;
- Materiais audiovisuais, como vídeos e imagens;
- Informações sobre os contextos e impactos das ações;
- Memórias institucionais relacionadas à diversidade, à inclusão e à justiça social.

Essa iniciativa contribui para o fortalecimento das práticas educativas e para a preservação da memória institucional do IFRS.



Núcleo de  
**MEMÓRIA**  
do IFRS 28

## Disponibilidade



O Produto Educacional será indexado na plataforma EDUCAPES (<https://educapes.capes.gov.br>), repositório institucional mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assegurando acesso aberto, ampla disseminação e visibilidade nacional à produção técnico-científica desenvolvida no âmbito do Programa. Ademais, será anexado ao Portal Integra (<https://integra.ifrs.edu.br>), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), fortalecendo sua circulação no contexto institucional, bem como disponibilizado no Observatório do ProfEPT (<https://obsprofeppt.midi.upt.iftm.edu.br>), ampliando sua difusão junto à comunidade acadêmica e à rede da Educação Profissional e Tecnológica.



29



## Apresentação à comunidade

Olá, comunidade acadêmica!


Você conhece os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABIs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)?

Já teve a oportunidade de conhecer as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por esses núcleos?

Com o objetivo de ampliar o acesso à informação e valorizar a memória institucional, foi elaborado um passo a passo que orienta a comunidade acadêmica no acesso às Memórias sobre as Ações destinadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas, bem como a outras iniciativas desenvolvidas no âmbito dos NEABIs do IFRS.




30



**NEABI**  
Núcleo de Estudos  
Afro-Brasileiros e Indígenas

## Como acessar o acervo dos NEABIs

O acesso é simples e rápido. Siga os passos abaixo:


1. Acesse o site do Núcleo de Memórias do IFRS:  
 <https://memoria.ifrs.edu.br/>

**Bem-vindo à memória do IFRS!**


Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou acontece por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu. Justino de...

• Núcleo de Memória do IFRS

2. No menu principal, clique na aba “Acervo”.
3. Selecione a opção “Coleções de acervos NEABI”.
4. Clique em “Coleções de Acervos NEABI” e Acesse.



31



- INÍCIO
- O NÚCLEO
- HISTÓRICO
- LINHA DO TEMPO
- AÇÕES DESENVOLVIDAS
- BIBLIOTECA VIRTUAL
- EVENTOS/ESPAÇOS DE MEMÓRIA
- ACERVO

- Todo o Acervo
- Coleções
- Coleção de acervos Neabi
- Doações

**Bem-vindo à memória do IFRS!**

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou acontece por acaso, tanto o que se perdeu ou transformou, como aquilo que permaneceu.

Justino de Magalhães Tecendo neos. História das instituições educativas. Editora Universitária São Francisco-EDUSF, 2004, p. 155.

O Núcleo de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - NuMem/IFRS é responsável pela organização, preservação, difusão, salvaguarda do patrimônio cultural de natureza imaterial e material do IFRS de forma sistemática e permanente. Sua atuação é interdisciplinar, indissociável e plural.

Neste espaço virtual, você poderá conhecer um pouco mais da nossa memória, além de poder visitar as nossas coleções e acervos - fragmentos de nossa história.

Todos estão convidados a conhecer essa história, construída desde os primórdios da educação profissional no Brasil e agora eternizada e disponibilizada neste espaço virtual.

**Núcleo de Memória do IFRS em números**

Ativar o Windows  
Acesse Configurações para ativar o Windows

32



## Recursos disponíveis



No acervo dos NEABIs, você poderá:

- Visualizar, ler e assistir a materiais referente às memórias sobre as ações desenvolvidas;
- Realizar filtros de busca por tipo de ação, campus/núcleo e ano;
- Utilizar recursos de acessibilidade, incluindo acesso por Língua Brasileira de Sinais (Libras).



33



# Convite

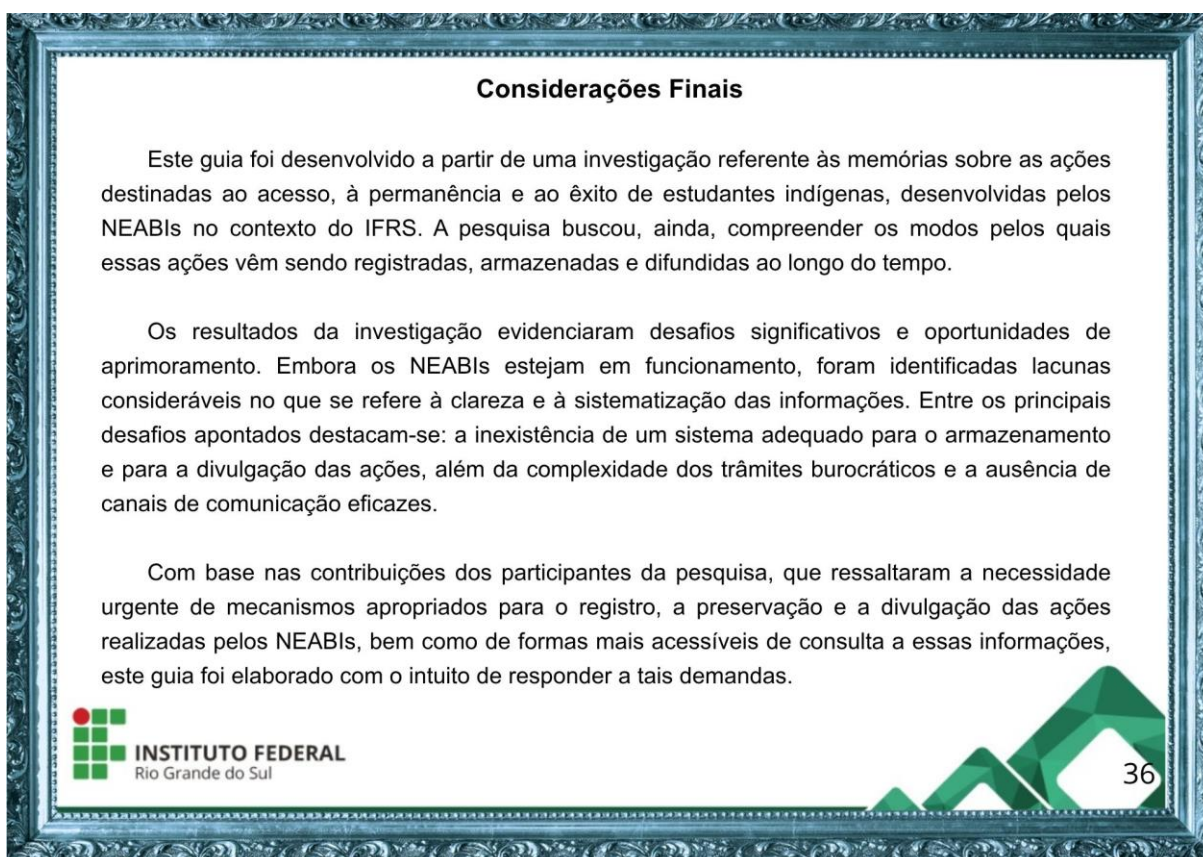
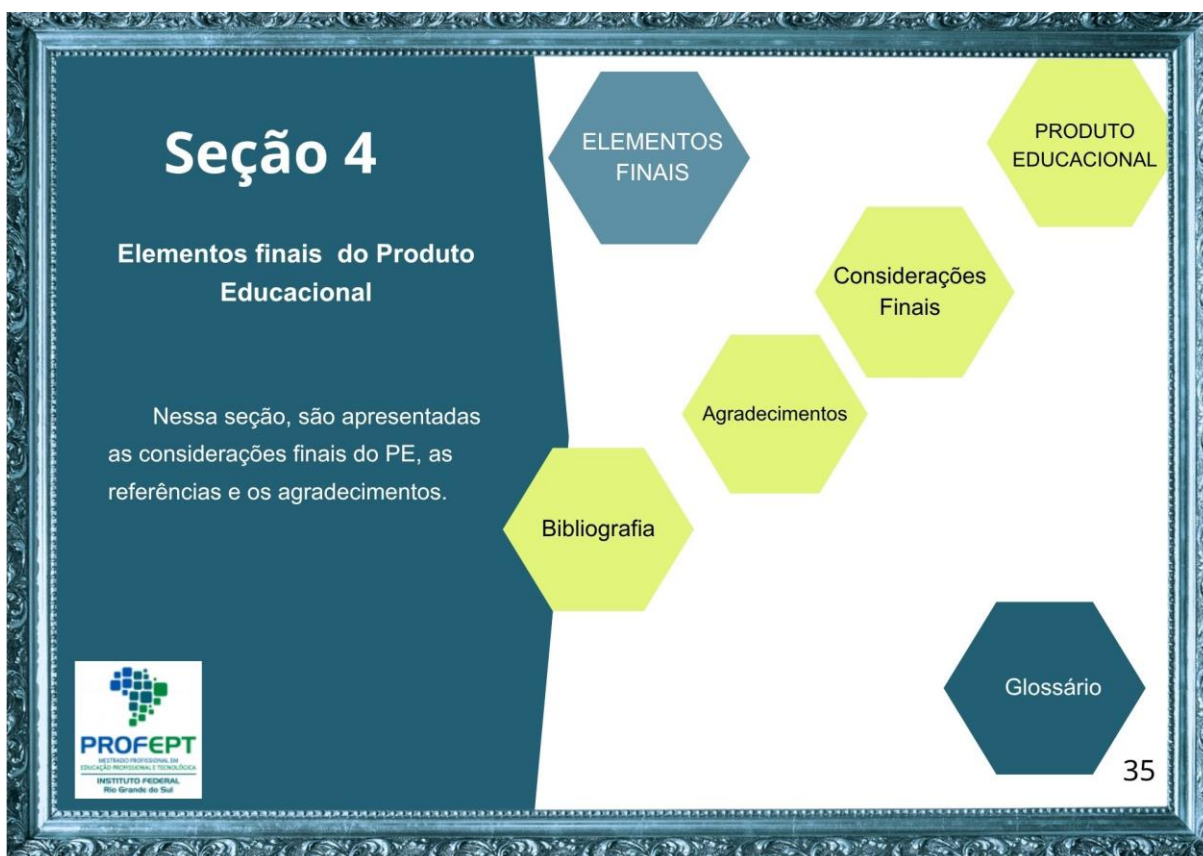


Convidamos toda a comunidade acadêmica a conhecer, valorizar e compartilhar as ações desenvolvidas pelos NEABIs do IFRS.

Essas memórias representam o compromisso institucional com a diversidade, a inclusão e a equidade.



34



Assim, o guia tem como objetivo oferecer suporte a pesquisadores, extensionistas, coordenadores de projetos e profissionais da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), disponibilizando informações claras e objetivas sobre onde e como acessar as memórias sobre as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos NEABIs do IFRS.

Espera-se que este material contribua para a simplificação da busca por informações relativas às ações dos NEABIs, auxiliando o trabalho de pesquisadores e extensionistas da EPT. Acredita-se, ainda, que o guia não apenas esclareça dúvidas, mas também facilite o acesso às informações, incentivando novos estudos sobre os NEABIs e suas ações.

As discussões aqui iniciadas podem, portanto, servir como base sólida para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área.



## Agradecimentos



Ao finalizar este guia, é fundamental reconhecer que a aprendizagem se constitui por meio das interações sociais estabelecidas entre os sujeitos e o meio em que estão inseridos, sendo mediada pela linguagem e pela cultura, conforme destaca Vygotsky (1998). Nesse processo, o conhecimento prévio dos participantes assume papel central na construção de novos saberes, como aponta Marco Antônio Moreira (2012).

Assim, as orientações aqui apresentadas buscam dialogar com bases teóricas, experiências e saberes já existentes, contribuindo para o enriquecimento das práticas de pesquisadores e extensionistas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Registro meu agradecimento a todas e todos que se dispuseram a dedicar parte de seu tempo à leitura deste guia. Almeja-se que este material se configure como um instrumento de apoio às práticas desenvolvidas, auxiliando no aprimoramento das atividades realizadas e contribuindo para o fortalecimento e para a qualificação dos processos que envolvem os NEABIs.

## Bibliografia

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 3, n. 3, 2005.

39

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada:** a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 83-105.

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFG. **História dos NEABIs.** Urutai: IF Goiano, 2021. Disponível em: <https://www.ifgoiano.edu.br/home/index.php/nucleos/566-neabi-urutai/17941-historia-dos-neabis.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IFRS. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. **Resolução nº 021, de 25 de fevereiro de 2014.** Institui e regulamenta o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) no âmbito do IFRS. Bento Gonçalves, 2014.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria ; RAMOS, Marise. **Trabalho, educação e formação humana.** São Paulo: Cortez, 2005.

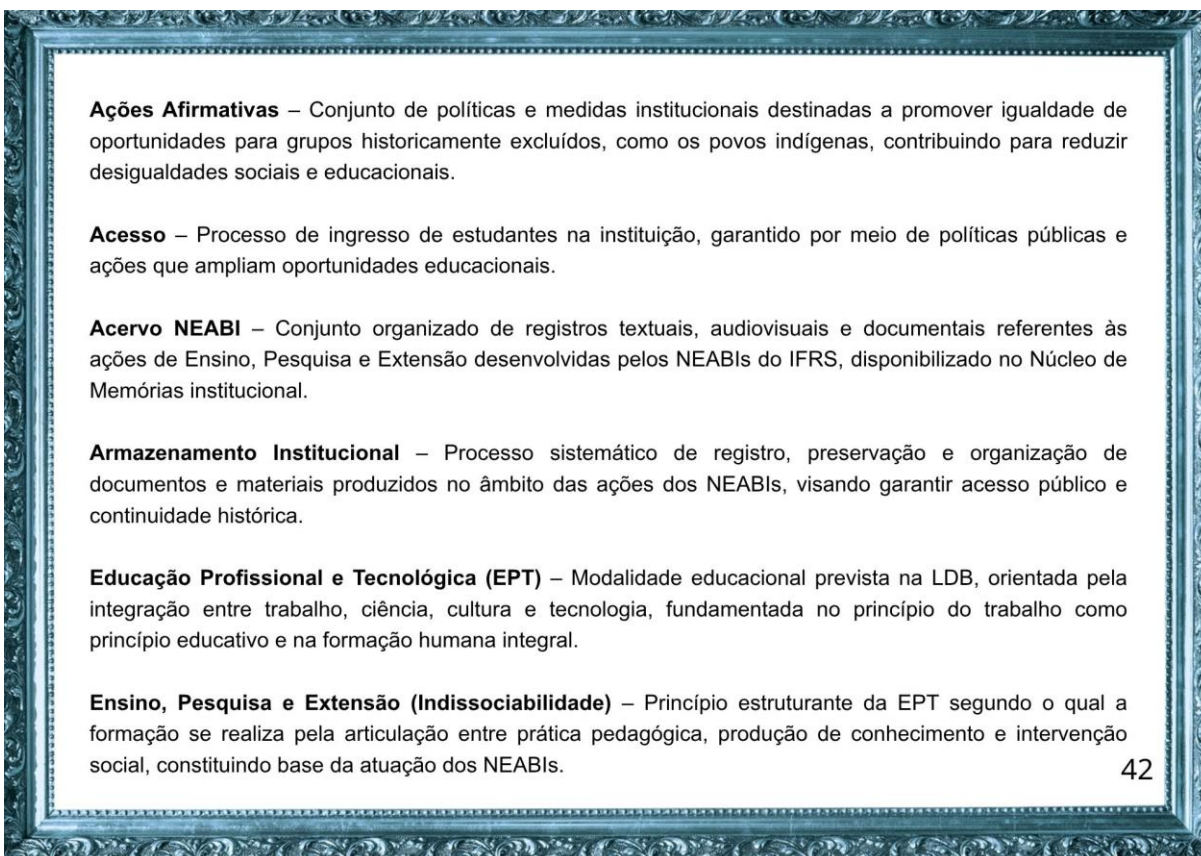
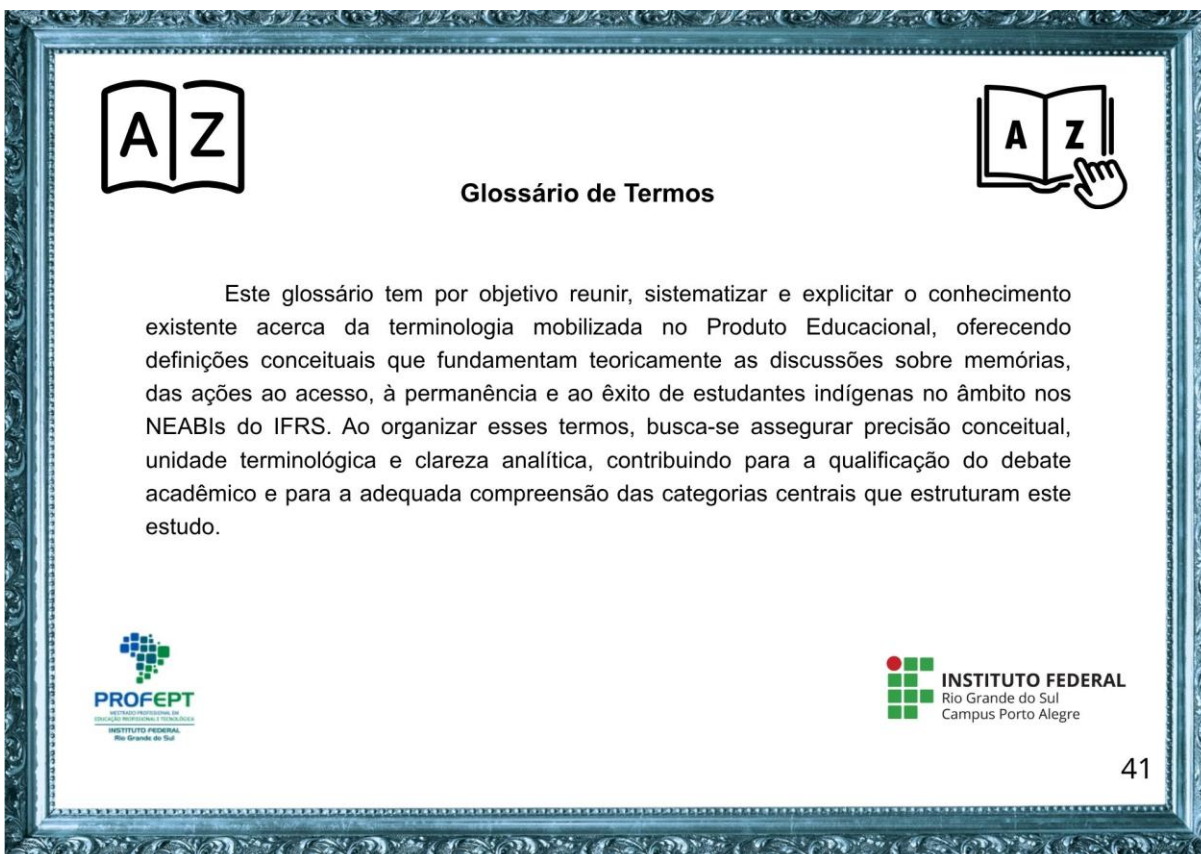
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem significativa:** a teoria de David Ausubel. São Paulo: Centauro, 2012.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios da organização do currículo integrado.** *In:* FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

VYGOTSKY, Lev. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

40



**Estudantes Indígenas** – Sujeitos pertencentes a povos originários, cuja presença na EPT demanda reconhecimento identitário, respeito à diversidade cultural e implementação de políticas específicas de permanência e êxito.

**Êxito** – Concepção ampliada de sucesso acadêmico que envolve permanência qualificada, aprendizagem significativa, conclusão do curso e reconhecimento sociocultural do estudante indígena.

**Formação Humana Integral (Omnilateral)** – Perspectiva formativa que busca o desenvolvimento pleno do sujeito em suas dimensões intelectual, cultural, ética, social e técnica, superando a formação fragmentada.

**Gestão do Conhecimento** – Processo institucional de organização, sistematização e socialização das memórias e registros das ações desenvolvidas, fortalecendo a transparência e a continuidade das práticas.

**Guia de Memórias** – Produto Educacional elaborado no âmbito do Mestrado Profissional em EPT, destinado a orientar pesquisadores, extensionistas e gestores sobre onde e como acessar as memórias das ações dos NEABIs do IFRS.

**Inclusão** – Princípio orientador das ações institucionais voltadas à garantia de acesso, permanência e êxito de estudantes historicamente marginalizados, especialmente indígenas.

**Interculturalidade** – Perspectiva que reconhece o diálogo entre diferentes matrizes culturais e epistemológicas, valorizando saberes indígenas no contexto da EPT.

43

**Memória Institucional** – Conjunto de registros, narrativas, documentos e experiências que expressam a trajetória histórica das ações desenvolvidas pelos NEABIs no IFRS.

**NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas)** – Instância institucional propositiva e consultiva, regulamentada pelo IFRS, responsável por fomentar ações de Ensino, Pesquisa e Extensão relacionadas às temáticas étnico-raciais.

**Núcleo de Memórias do IFRS** – Ambiente digital institucional destinado à preservação e disponibilização de acervos históricos e documentais, incluindo as coleções dos NEABIs.

**Permanência** – Conjunto de condições materiais, pedagógicas, simbólicas e institucionais que garantem a continuidade da trajetória acadêmica do estudante indígena. Condições oferecidas pela instituição para que o estudante continue seus estudos até a conclusão do curso.

**Produto Educacional** – Material desenvolvido no Mestrado Profissional com objetivo de contribuir de forma prática para a melhoria das ações institucionais.

**Repositório** – Espaço digital destinado ao armazenamento e à organização de documentos, registros e materiais produzidos pelos NEABIs.

**Sistematização** – Organização estruturada das informações e experiências, facilitando o acesso, a consulta e a preservação das memórias institucionais.

44

## APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS COLABORADORES DOS NEABIS DO IFRS

**Prezado servidor/a,**

Este questionário integra a pesquisa desenvolvida no âmbito do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), Campus Porto Alegre, e compõe a dissertação intitulada “**Memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS**”. Suas respostas serão utilizadas para analisar se os Neabis do IFRS possuem sistemas adequados de controle e de divulgação das memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais de registro, preservação e acesso à memória educacional.

Agradeço por sua contribuição.

1. Se possuir interesse no convite, por favor, leia e caso esteja de acordo, consinta o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido a seguir

( ) Abrir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

( ) Não tenho interesse em participar

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(Imagem do TCLE)

Consentimento, após esclarecimento.

Concordo em participar da pesquisa intitulada: “Memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS”. Recebi uma via online deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

### **Perguntas norteadoras**

**Nome do pesquisador:** Ademar Kuminiki

**Nomes das orientadoras:**

**Orientadora:** prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Cristina Caminha de Castilhos França.

**Coorientador (a):** Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucília Regina de Souza Machado

**Identificação do (a) entrevistado (a) não obrigatório:**

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Localidade/cidade/ onde reside:

Tipo de vínculo com o IFRS:

**Questões para o questionário - Perguntas norteadoras**

1 - Conte-me sua relação com o Neabi? -----  
-----

2 - Sobre os estudantes indígenas, quantos já ingressaram? Quantos obtiveram êxito e concluíram os cursos que ingressaram?-----  
-----

3 - Há alguma formação do Neabi voltada aos professores para atuarem com os estudantes indígenas? Relate quais são e que resultados são obtidos:-----  
-----

4 - Quais ações você recorda, de terem sido desenvolvidas nos Neabi e voltadas à permanência e êxito dos estudantes indígenas do IFRS?-----  
-----

5 - Sobre as ações desenvolvidas nos Neabis de outros *Campi*, quais foram as que você destacaria considerando os resultados positivos para a permanência e êxito dos discentes indígenas?-----  
-----

6 - Como você avalia as políticas de inclusão e de permanência e êxito do IFRS, quando voltadas aos estudantes indígenas?-----  
-----

7 - Como você vê a relação entre a política de inclusão, e a de permanência e êxito na formação em EPT dos estudantes indígenas?-----  
-----  
-----

8 - Sobre o processo seletivo, como você analisaria historicamente as transformações para atender ao ingresso de estudantes indígenas?-----

-----

9 - Como você percebe as possíveis contribuições dos Neabis para a permanência e êxito dos estudantes indígenas? -----

-----

10 - Descreva as ações que contribuíram ou continuam contribuindo para o sucesso escolar dos estudantes indígenas:-----

-----

11 - Ao longo dos acompanhamentos realizados nos Neabi aos estudantes indígena, quais são as dificuldades que eles apresentaram e quais ações foram adotadas nos Neabi para que superem as dificuldades? -----

-----

-----

12 - Indique sugestões para a melhoria das ações voltadas à permanência e o êxito dos estudantes indígenas?-----

-----

-----

## APÊNDICE C – ENTREVISTA COM SERVIDORES DOS NEABIS DO IFRS

**Prezado servidor/a,**

Esta entrevista faz parte do trabalho de pesquisa que estou desenvolvendo e que constituirá a dissertação do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica que frequento no IFRS – *Campus* Porto Alegre, intitulada “**Memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS**”. Suas respostas serão utilizadas para analisar se os Neabis do IFRS possuem sistemas adequados de controle e de divulgação das memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, contribuindo para o fortalecimento das práticas institucionais de registro, preservação e acesso à memória educacional. Desde já muito obrigado pela sua contribuição.

**Perguntas norteadoras referente a entrevista:**

1 -Fale sobre sua trajetória de vida e de formação, onde trabalhou, qual função ocupa hoje no IFRS.-----  
-----

2 - Fale sobre vossa atuação no Neabis, você ocupa um cargo? Como foi sua escolha? Foi através de convite ou edital ou outros?-----  
-----

3 - Qual sua percepção geral sobre a forma como as informações referentes as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS, são disponibilizadas ao conhecimento das pessoas interessadas ao assunto.-----  
-----

4 - Quais dificuldades organizacionais você identifica no trabalho que envolve em divulgar as informações referentes as memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS.-----  
-----

5 - Quais sugestões você teria para melhorar o acesso a essas informações, e de qual seria a melhor forma de divulgar.-----  
-----

## **APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Prezado/a servidor/a,

Este questionário é parte integrante do trabalho de pesquisa conduzido no âmbito do Curso de Pós-Graduação – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, que estou cursando no IFRS – Campus Porto Alegre, intitulado “Memórias Das Ações Destinadas Ao Acesso, Permanência E Êxito De Estudantes Indígenas Desenvolvidas nos Neabis Do IFRS”, tem como objetivo avaliar o Produto Educacional denominado "espaço de memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS". Após a sua defesa, o Produto Educacional estará disponível no acervo da página do portal integra do ifrs para produtos educacionais (<https://integra.ifrs.edu.br>).

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO** (Imagem do TCLE)

#### **CONSENTIMENTO APÓS ESCLARECIMENTO:**

Concordo em participar da pesquisa que tem por objetivo avaliar o Produto Educacional denominado “espaço de memórias das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis do IFRS”.

( ) Sim

( ) Não

## **QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL**

Considerando o desenvolvimento e a implementação do Produto Educacional mencionado anteriormente, elaborado a partir dos resultados da pesquisa realizada junto aos Neabis do IFRS, apresentamos o questionário a seguir, composto por questões abertas e fechadas. As perguntas estão organizadas em cinco componentes, conforme proposto por Leite (2019): atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança de ação. Sua participação neste processo é voluntária, mas possui grande relevância para a qualificação e aprimoramento do Produto Educacional. Desde já, agradecemos sua disponibilidade em contribuir com

a análise e avaliação da proposta.

Solicita-se que as respostas sejam elaboradas com base em sua apreciação do Produto Educacional (PE) desenvolvido pelo pesquisador, considerando sua perspectiva enquanto potencial usuário e profissional que atua na execução de projetos de ensino, pesquisa e extensão. Tais projetos, por vezes, resultam em registros e memórias das ações voltadas ao acesso, à permanência e ao êxito de estudantes indígenas desenvolvidas nos Neabis no âmbito do IFRS, contexto no qual este estudo foi realizado. Para cada questão apresentada, atribua uma pontuação de 1 a 5, de acordo com a escala indicada a seguir.

1 - Discordo totalmente

2 - Discordo

3 - Nem concordo nem discordo

4 - Concordo

5 - Concordo totalmente

### **ATRAÇÃO:**

Este componente tem como objetivo avaliar o nível de atratividade do Produto Educacional (PE) para o público ao qual se destina, considerando aspectos visuais e de conteúdo.

1. Avalie o Produto Educacional (PE) quanto aos seguintes aspectos relacionados à

### **ATRAÇÃO:**

1.1 Apresentação estética e visual do PE é adequada ao público-alvo?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

1.2 O conteúdo apresentado no PE é apropriado e pertinente ao público destinatário?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

1.3 O material desperta interesse em aprofundar conhecimentos sobre o tema

abordado?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

1.4 Espaço para comentários, sugestões ou observações referentes ao componente ATRAÇÃO:

### **COMPREENSÃO:**

Este componente tem como objetivo avaliar o nível de clareza e entendimento proporcionado pelo Produto Educacional (PE), considerando a organização das informações e a linguagem utilizada.

2. Avalie o Produto Educacional (PE) quanto aos seguintes aspectos relacionados à **COMPREENSÃO:**

2.1 A linguagem utilizada no PE é clara e de fácil entendimento?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

2.2 As informações apresentadas estão organizadas de maneira lógica e coerente?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

2.3 O conteúdo do PE facilita a compreensão da temática abordada?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

2.4 Espaço para comentários, sugestões ou observações referentes ao componente **COMPREENSÃO:**

### **ENVOLVIMENTO:**

Este componente busca avaliar o nível de engajamento e interação que o Produto Educacional (PE) é capaz de promover junto ao público-alvo.

3. Avalie o Produto Educacional (PE) quanto aos seguintes aspectos relacionados ao **ENVOLVIMENTO**:

3.1 O PE estimula a reflexão crítica sobre o tema abordado?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

3.2 O material incentiva a participação ativa do usuário?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

3.3 O PE contribui para ampliar o interesse em desenvolver ações relacionadas à temática?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

3.4 Espaço para comentários, sugestões ou observações referentes ao componente ENVOLVIMENTO:

### **ACEITAÇÃO**

Este componente avalia o grau de relevância e aplicabilidade do Produto Educacional (PE) no contexto de atuação do público-alvo.

4. O Produto Educacional (PE) quanto aos seguintes aspectos relacionados à **ACEITAÇÃO**:

4.1 O PE é pertinente à realidade institucional em que atuo?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

4.2 O conteúdo do PE pode ser aplicado em projetos de ensino, pesquisa ou extensão?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

4.3 Recomendo a utilização do PE para outros profissionais da área?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

4.4 Espaço para comentários, sugestões ou observações referentes ao componente ACEITAÇÃO:

### **MUDANÇA DE AÇÃO**

Este componente busca identificar o potencial do Produto Educacional (PE) para promover transformações nas práticas profissionais e institucionais.

5. Avalie o Produto Educacional (PE) quanto aos seguintes aspectos relacionados à **MUDANÇA DE AÇÃO**:

5.1 O PE contribui para repensar práticas relacionadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

5.2 O material incentiva a adoção de novas estratégias ou ações institucionais?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

5.2 Após analisar o PE, sinto-me motivado(a) a implementar ou aprimorar ações em minha prática profissional?

(1 - Discordo totalmente | 2 - Discordo | 3 - Nem concordo nem discordo | 4 - Concordo | 5 - Concordo totalmente)

5.4 Espaço para comentários, sugestões ou observações referentes ao componente MUDANÇA DE AÇÃO:

## ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL  
REITORIA DO IFRS  
GABINETE (REITORIA)

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL Nº 21 / 2023 - GAB-REI (11.01.01.01)**

**Nº do Protocolo: 23419.004456/2023-37**

**Bento Gonçalves-RS, 03 de novembro de 2023.**

### TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Júlio Xandro Heck, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), autorizo a realização da pesquisa intitulada "Memórias das Ações Destinadas ao Acesso, Permanência e Êxito de Estudantes Indígenas Desenvolvidas pelo IFRS" a ser conduzida pelo pesquisador abaixo relacionado. Fui informado pelo responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pelo pesquisador responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo, de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da Pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo. Serão, ainda, observadas na íntegra, as disposições constantes na Lei Geral de Proteção de Dados nº 13.709/2018, no tocante à preservação da confidencialidade de todas as informações pessoais coletadas, que serão utilizadas unicamente para atender à finalidade específica da pesquisa, sendo realizada, sempre que possível, a anonimização de eventuais dados pessoais sensíveis.

Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Será disponibilizado ao pesquisador o acesso aos endereços eletrônicos da "Assessoria de Ações Afirmativas, Inclusivas e Diversidade", "Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABIs)", "Registros acadêmicos" e "das Políticas de Permanência e Êxito do IFRS".

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

**CEP/IFRS**

E-mail: [cepesquisa@ifrs.edu.br](mailto:cepesquisa@ifrs.edu.br)

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves/RS, CEP: 95700-000

Telefone: (54) 3449-3340

Pesquisador:

**Ademar Kuminiki**

Telefone para contato: (54) 999513481

E-mail para contato: [ademar.kuminiki@bento.ifrs.edu.br](mailto:ademar.kuminiki@bento.ifrs.edu.br)

*(Assinado digitalmente em 06/11/2023 15:34)*

JULIO XANDRO HECK

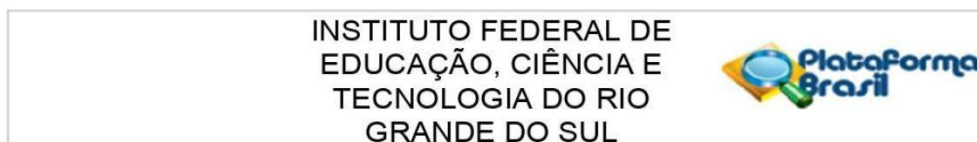
REITOR

IFRS / REI (11.01.01)

Matricula: 1342777

Visualize o documento original em <https://sig.ifrs.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **21**, ano: **2023**, tipo: **TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**, data de emissão: **03/11/2023** e o código de verificação: **edc79f216e**

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP/IFRS)



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** REMINISCÊNCIAS DAS AÇÕES DESTINADAS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES INDÍGENAS DESENVOLVIDAS PELO IFRS

**Pesquisador:** ADEMAR KUMINIKI

**Área Temática:**

**Versão:** 3

**CAAE:** 76388523.6.0000.8024

**Instituição Proponente:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 6.775.922

#### Apresentação do Projeto:

A temática do presente trabalho refere às ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de indígenas desenvolvidas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), por meio das políticas que envolvem o tema e o desenvolvimento das ações correspondentes do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) desse instituto. Este projeto será desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Porto Alegre, desse mesmo Instituto Federal e na Linha de Pesquisa Organização e Memórias dos Espaços Pedagógicos em Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Com foco nas ações institucionais voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas, o projeto tem como objetivo geral analisar as destinadas a tais propósitos desenvolvidos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul IFRS, levando-se em consideração os processos de inclusão promovidos pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI). Com base nos resultados obtidos, pretende-se desenvolver um produto educacional acerca das ações institucionais mais efetivas à consecução das finalidades previstas. A pesquisa visa, portanto, contribuir para o reordenamento das ações institucionais e sua efetividade para uma educação inclusiva de estudantes indígenas. Os dados serão buscados junto aos NEABI dos campi do IFRS, dentre outros documentos. Em termos metodológicos, esta pesquisa é de caráter

<b>Endereço:</b> Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303	
<b>Bairro:</b> CENTRO	<b>CEP:</b> 95.700-086
<b>UF:</b> RS	<b>Município:</b> BENTO GONCALVES
<b>Telefone:</b> (54)3449-3340	<b>E-mail:</b> cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.775.922

aplicado, com abordagem qualitativa e finalidade exploratória. Os procedimentos a serem realizados envolvem a análise documental, em especial os pertinentes à legislação educacional vigente e aos instrumentos normativos institucionais relacionados às políticas de inclusão, permanência e êxito. Nesse sentido, serão analisados os fluxos político-administrativos dos Núcleos. Adicionalmente, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os diferentes segmentos envolvidos com as políticas, tais como docentes, discentes indígenas, profissionais responsáveis pela assistência estudantil, coordenadoria de registros acadêmicos e membros do NEABI. Com os dados da pesquisa coletados, almeja-se desenvolver um produto educacional que terá como principal objetivo contribuir para o acesso, a permanência e o êxito de alunos indígenas. O produto educacional gerado pela pesquisa será um instrumento de gestão educacional e de apoio às ações que contribuam para o alcance dos objetivos educacionais inclusivos voltados aos indígenas.

Texto extraído do arquivo "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2230636.pdf".

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Analisar as reminiscências sobre as ações institucionais do IFRS voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas considerando seus propósitos e alcances e o cenário institucional pré-existente às mesmas.

Objetivo Secundário:

a) Reordenar as reminiscências sobre as ações institucionais voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas do IFRS, como uma ferramenta para o fortalecimento dos NEABIs junto do IFRS.

b) Identificar avanços e retrocessos enfrentados pelos Neabi para a ampliação do acesso, permanência e êxito dos discentes indígenas no IFRS.

Texto extraído do arquivo "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2230636.pdf".

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Riscos:

Sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possíveis constrangimentos para responder as perguntas, os procedimentos de investigação não são invasivos e serão mantidos sob os critérios éticos de sigilo e confidencialidade dos dados. Caso você não se sinta confortável pode deixar de responder qualquer pergunta em particular, ou até mesmo encerrar o formulário.

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086  
**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES  
**Telefone:** (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.775.922

Além do mais, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, e caso necessário, os riscos previstos se concretizem você será encaminhado para atendimento na Sessão de pedagogia ou assistente social do seu Campus, a fim de receber o acompanhamento necessário. Caso haja despesas sobre o atendimento em setor privado, será efetuado o devido ressarcimento. Ou ainda, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, você poderá realizar o contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Cabe observar a preocupação com os riscos e benefícios quanto à participação na pesquisa online. Ressaltam-se a liberdade de expressão, desde que respeitadas à inviolabilidade da intimidade, o consentimento do cidadão para uso de seus dados pessoais e o propósito legítimo do pesquisador no tratamento dos dados de participantes, sempre priorizando a anonimização dos dados. O pesquisador terá o cuidado sobre a adoção de sites que mantenham o banco e dados anônimos, uma vez que a pesquisa em ambiente virtual oferece novos e velhos desafios, os quais precisam ser manejados com cuidado, no sentido de preservar os direitos e a segurança dos participantes.

**Benefícios:**

A sua participação na pesquisa trará benefícios diretos, contribuindo para o avanço do conhecimento em sua área específica. Suas experiências, opiniões e informações coletadas ajudarão ao pesquisador a obter dados e, por consequência, reflexões aprofundadas sobre o tema proposto, enriquecendo a base de conhecimento pré-existente. Além disso, sua participação permitirá uma reflexão sobre sua própria prática, possibilitando uma análise crítica de sua experiência e o aprimoramento de suas práticas profissionais. A colaboração também poderá estabelecer novas parcerias, compartilhamento de conhecimento e oferecer oportunidades futuras de pesquisa ou desenvolvimento profissional. Isso terá um impacto significativo nas políticas e práticas educacionais em sua instituição, ressaltando, assim, a importância da sua participação.

Texto extraído do arquivo "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2230636.pdf".

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Este projeto de pesquisa é voltado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), ofertado pelo Campus Porto Alegre do IFRS como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Tem como tema

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086  
**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES  
**Telefone:** (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.775.922

de pesquisa: Às reminiscências das as ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelo IFRS.

- 1) O estudo é nacional;
- 2) A pesquisa no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Campus Porto Alegre;
- 3) Tipo de fomento: Financiamento próprio;
- 4) Tamanho da amostra: 17 participantes maiores;
- 5) Previsão de início e término da coleta de dados:
  - Aplicação de questionários e realização de entrevista: de 16/06/2024 a 16/07/2024;
  - Coleta de dados - Tabulação e análise de dados de 17/06/2024 a 30/07/2024.

**\*\*Metodologia Proposta:** Os métodos e a metodologia de investigação variam conforme o campo de investigação. A metodologia de pesquisa a ser adotada é de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica inicial sobre o tema, análise descritiva de documentos, bem como questionário e entrevistas, junto ao público atendido e os servidores envolvidos no processo de permanência e êxito do IFRS. Neste caso, um dos documentos a ser estudado será à própria política de permanência e êxito do IFRS, e as leis e normas que envolvem a inclusão dos estudantes indígenas na educação brasileira. Ao mesmo tempo demonstrar as ações utilizadas para inclusão desses alunos, considerando a política de permanência e êxito e de como é realizada no IFRS, desde a entrada dos alunos, via processo de seleção, matrículas, inserção dos mesmos no ambiente escolar, as relações com colegas, professores, comunidade acadêmica e equipe que acompanham os processos educacionais, para que, ao final o estudante indígena possa adquirir autonomia e atender aos seus propósitos com êxito.

**\*\*Critério de Inclusão:** Como critério de inclusão na pesquisa, considera-se como participante qualquer servidor que trabalhe na educação, inclusão, permanência e êxito no IFRS - Campus BG. Sendo que os sujeitos da pesquisa serão os servidores envolvidos, conforme mencionado anteriormente e do Neabi que compõem questão.

**\*\*Critério de Exclusão:** Como critério de exclusão para não participação da pesquisa, inicialmente será o desinteresse dos servidores e o fato de não ter assinado o termo de consentimento livre e esclarecido. Posteriormente, serão excluídos os servidores que não responderem o questionário no período estabelecido previamente.

**\*\*Hipótese:** Quais ações institucionais contribuem para a inclusão, o acesso, a permanência e êxito dos estudantes indígenas, considerando as suas especificidades étnicas e culturais?

**\*\*Metodologia de Análise de Dados:** A análise e interpretação de dados será feita com base em

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086  
**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES  
**Telefone:** (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.775.922

todas as informações obtidas, com metodologia de análise a ser indicada pela parte orientadora, e objetivo de entender como está circunscrita as reminiscências das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelo IFRS, por meio de política específica, especialmente das ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) desse instituto.

Texto extraído do arquivo "PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_2230636.pdf".

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com as normativas éticas.

**Recomendações:**

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo <relatório> para que sejam devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS nº 001/13, item XI.2.d.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº. 6.765.153 emitido pelo CEP em 15 de Abril de 2024.

Foram solicitadas providências quanto a seguinte pendência anterior Não Atendida:

1) Incluir Critérios de encerramento ou suspensão de pesquisa: conforme Norma Operacional CNS nº 001/2013, item 3.4.13. Prever quais situações podem acarretar em encerramento do projeto e/ou atividade de pesquisa.

Resposta:

**7.7 CRITÉRIOS DE ENCERRAMENTO OU SUSPENSÃO DE PESQUISA**

Serão seguidos os critérios de encerramento ou suspensão de pesquisa; Ao submeter um projeto de pesquisa para avaliação ética, os(as) pesquisadores(as) devem observar as exigências da Norma Operacional CNS 001/2013 item 3.4.13. As mesmas têm de prever quais serão esses critérios.

Para tanto, conforme exigências da Norma Operacional CNS 001/2013 item 3.4.13, nessa pesquisa.

\*O não atingimento de o mínimo de 30% de amostras das 17 pessoas a serem entrevistados, buscar-se-á a alteração metodológica a ser submetida ao CEP novamente;

\*Caso o interlocutor Identificar algum risco ou danos à saúde dos sujeitos participantes da pesquisa, consequentemente à mesma não prevista no termo de consentimento. E o mesmo não se sinta confortável ao responder alguma questão no momento da entrevista, ele pode

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086  
**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES  
**Telefone:** (54)3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL**



Continuação do Parecer: 6.775.922

deixar de responder, solicitar o afastamento da pesquisa ou, ainda, caso haja um dano maior ele será encaminhado pelo pesquisador ao setor institucional para atendimento.

ANÁLISE: Atendida.

Não foram observados outros óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2230636.pdf	17/04/2024 13:07:42		Aceito
Outros	CARTA_RESPOSTA_2.pdf	17/04/2024 13:05:03	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_cep_ifrs.pdf	31/03/2024 22:43:54	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Outros	TERMO_AUTORIZACAO_USO_IMAGE M_VOZ.pdf	31/03/2024 22:31:16	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_MESTRADO_PROFEPT_2023_2025.doc	31/03/2024 22:26:09	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CARTA_RESPOSTA.pdf	31/03/2024 16:26:56	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Outros	Google_forms_LINK_PROJETO_PERGUNTAS.pdf	31/03/2024 16:14:28	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Projeto Detalhado	PROJETO_MESTRADO_PROFEPT_20	31/03/2024	ADEMAR KUMINIKI	Aceito

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303

**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086

**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES

**Telefone:** (54)3449-3340

**E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO SUL



Continuação do Parecer: 6.775.922

/ Brochura Investigador	3_2025.pdf	14:54:56	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	31/03/2024 14:37:37	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO_DE_NSENTIMENTO_TCLE.pdf	31/03/2024 14:31:32	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	ORIENTACAO_PARA_CLE_ADULTOS.pdf	06/12/2023 13:16:09	ADEMAR KUMINIKI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_Rosto.pdf	06/12/2023 12:46:28	ADEMAR KUMINIKI	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

BENTO GONCALVES, 19 de Abril de 2024

Assinado por:  
**SHANA PAULA SEGALA MIOTTO**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Rua General Osório, 348 - 3º andar- sala 303  
**Bairro:** CENTRO **CEP:** 95.700-086  
**UF:** RS **Município:** BENTO GONCALVES  
**Telefone:** (54)3449-3340 **E-mail:** cepsquisa@ifrs.edu.br

## ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPI  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a):

Você está sendo convidado (a) para participar do projeto de pesquisa intitulado: “Reminiscências das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelo IFRS”. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional de Educação Profissional e Tecnológica da instituição INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL - CAMPUS PORTO ALEGRE. Nessa pesquisa pretendemos entender a importância das reminiscências/lembranças das ações institucionais voltadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas na (EPT), e o objetivo geral diz respeito à análise dessas reminiscências no que se refere aos propósitos e alcances dessas ações. Para tanto se levará em consideração o cenário institucional pré-existente às mesmas.

A pesquisa será realizada nos campi do IFRS, junto aos coordenadores dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – Neabi. E terá uma duração aproximada de vinte minutos. O primeiro movimento do trabalho de produção de dados será o envio de um questionário online de forma individual semiestruturado que será enviado aos mesmos via Google forms.

Após este processo, serão escolhidos os representantes dos Neabis para participarem de uma entrevista semiestruturada de forma online ou presencial. Todas as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, observando critérios éticos de sigilo e confidencialidade dos dados durante o estudo, e seus dados serão mantidos em sigilo, seguindo as orientações da LGPD 13.709/2018<sup>a</sup>.

Sua participação na pesquisa pode ter alguns riscos, como possíveis constrangimentos para responder as perguntas, os procedimentos de investigação não são invasivos e serão mantidos sob os critérios éticos de sigilo e confidencialidade dos dados. Caso você não se sinta confortável pode deixar de responder qualquer pergunta em particular, ou até mesmo encerrar o formulário. Além do mais, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador responsável, e caso necessário, os riscos previstos se concretizem você será encaminhado para atendimento na Sessão de pedagogia ou assistente social do seu Campus, a fim de receber o acompanhamento necessário. Caso haja despesas sobre o

atendimento em setor privado, será efetuado o devido ressarcimento. Ou ainda, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, você poderá realizar o contato imediato com o pesquisador responsável pelo estudo que fornecerá os esclarecimentos necessários.

Cabe observar a preocupação com os riscos e benefícios quanto à participação na pesquisa online. Ressaltam-se a liberdade de expressão, desde que respeitadas à inviolabilidade da intimidade, o consentimento do cidadão para uso de seus dados pessoais e o propósito legítimo do pesquisador no tratamento dos dados de participantes, sempre priorizando a anonimização dos dados. O pesquisador terá o cuidado sobre a adoção de sites que mantenham o banco e dados anônimos, uma vez que a pesquisa em ambiente virtual oferece novos e velhos desafios, os quais precisam ser manejados com cuidado, no sentido de preservar os direitos e a segurança dos participantes.

A sua participação na pesquisa trará benefícios diretos, contribuindo para o avanço do conhecimento em sua área específica. Suas experiências, opiniões e informações coletadas ajudarão ao pesquisador a obter dados e, por consequência, reflexões aprofundadas sobre o tema proposto, enriquecendo a base de conhecimento pré-existente. Além disso, sua participação permitirá uma reflexão sobre sua própria prática, possibilitando uma análise crítica de sua experiência e o aprimoramento de suas práticas profissionais. A colaboração também poderá estabelecer novas parcerias, compartilhamento de conhecimento e oferecer oportunidades futuras de pesquisa ou desenvolvimento profissional. Isso terá um impacto significativo nas políticas e práticas educacionais em sua instituição, ressaltando, assim, a importância da sua participação.

Ao participar desta pesquisa, saiba que você tem direito:

- de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, sem que isso traga qualquer prejuízo a você;
- a não ser identificado e que as informações relacionadas à sua privacidade são confidenciais;
- de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar seu interesse em continuar participando da pesquisa;
- de não ter despesas ou ônus financeiro relacionado à sua participação nesse estudo;
- de que, caso tenha despesas (e de seu acompanhante, se aplicável) relacionadas à participação na pesquisa, terá direito a compensação material das mesmas;
- de se recusar a responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada;

- de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com as Resoluções 466/2012, 510/2016 e outras do Conselho Nacional de Saúde relacionada à ética em pesquisa.

Com relação aos critérios de encerramento ou suspensão de pesquisa, os resultados do estudo serão divulgados para os participantes da pesquisa e instituições onde os dados foram obtidos; bem como a divulgação dos resultados serão encaminhados para publicação, com os devidos créditos aos autores.

Este documento será assinado em duas vias, de igual teor, uma ficando em posse do participante e outra do pesquisador.

=====

Concordo em participar da pesquisa intitulada: “Reminiscências das ações destinadas ao acesso, permanência e êxito de estudantes indígenas desenvolvidas pelo IFRS”.

Recebi uma via assinada e rubricada deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Porto Alegre, \_\_\_ de \_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do(a) participante \_\_\_\_\_

Nome e Assinatura do(a) pesquisador(a) \_\_\_\_\_

Contato do pesquisador:

Nome: Ademar kuminiki

Instituição: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL CAMPUS PORTO ALEGRE

Telefone: (54)999513481

e-mail: ademarmkm@gmail.com

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, por favor consulte o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) responsável pela avaliação. Um CEP é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, que tem como objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

CEP/IFRS

E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br

Endereço: Rua General Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54)3449-3340